



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA – PPGCASA



**PRÁTICA DOCENTE APÓS 30 ANOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: O CASO DE UMA
ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL EM RONDÔNIA**

ELIEUDE BACELAR MATOS

**MANAUS/AM
2024**

ELIEUDE BACELAR MATOS

**PRÁTICA DOCENTE APÓS 30 ANOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: O CASO DE UMA ESCOLA DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM RONDÔNIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão.

**MANAUS/AM
2024**

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M433p Matos, Elieude Bacelar
Prática Docente Após 30 Anos da Institucionalização da
Educação Ambiental no Brasil: O Caso de Uma Escola do Ensino
Fundamental em Rondônia / Elieude Bacelar Matos . 2024
143 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e
Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Direito à Educação Ambiental. 2. Bncc. 3. Educação ambiental
escolar. 4. Prática docente. . I. Simão, Maria Olívia de Albuquerque
Ribeiro. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**PRÁTICA DOCENTE APÓS 30 ANOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO
DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: O CASO DE UMA
ESCOLA DO ENSINO FUNDAMENTAL EM RONDÔNIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão

Presidente - Universidade Federal do Amazonas/UFAM

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

Titular - Universidade Federal do Amazonas/UFAM

Prof.^a Dr.^a Irlane Maia de Oliveira

Titular - Universidade Federal do Amazonas/UFAM

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Vieira Nowak

Titular - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia/INPA

Prof.^a Dr.^a Kátia Viana Cavalcante

Suplente - Universidade Federal do Amazonas/UFAM

Prof.^a Dr.^a Edilza Laray de Jesus

Suplente - Universidade do Estado do Amazonas/UEA

**MANAUS/AM
2024**

*“Nunca imites ninguém. Que a tua
produção seja como um novo fenômeno
da natureza”.*

Leonardo da Vinci

Ao meu soberano Deus; à minha querida mãe, mulher que, desde a minha infância, incentivou-me a acreditar e a alcançar meus objetivos; em especial ao meu amado e parceiro esposo, por sua força e determinação em me apoiar e me encorajar a seguir em frente. Ao meu pai, o homem que batalhou do seu jeito ao lado da minha preciosa mãe, para que eu pudesse triunfar e que, se estivesse aqui, estaria celebrando conosco (in memoriam). À minha orientadora, que, com toda dedicação empenho e atenção, guiou-me e acolheu-me ao longo deste incrível e extenso processo de crescimento profissional, fundamental para que eu continuasse avançando, por não poupar esforços, nem tempo, para minha orientação e direcionamento rumo a este tão esperado momento.

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo presente da vida e por me conceder as maravilhas divinas nas esferas espiritual e intelectual. Onde a bondade prevalece, ali há a influência de Deus em nossas vidas, cuidando e guiando. Ao meu pai (*in memoriam*), Francisco Moreira Matos, que me motivou a acreditar em mim mesmo. À minha mãe, Francisca Bacelar Matos, a eterna preciosidade a quem devo toda a gratidão, por me conceder a vida, por permitir que eu crescesse entre meus oito irmãos e que, junto ao meu pai, se dedicou a educar todos os filhos no caminho correto. Para você, mãe, a gratidão eterna. Obrigada, por seu esforço em me guiar no caminho do conhecimento, por me proteger com suas palavras doces e cuidadosas, por ser tão amiga, tão dedicada a mim em todos os momentos, sem exceção. Não há palavras para expressar o quão grande foi o seu amor.

Ao meu querido e amado esposo, que é minha rocha, a pessoa que me incentivou a acreditar que eu seria capaz de alcançar as metas que objetivei. Agradeço por todo o apoio com nossas filhas e neta, por ser um grande homem, um bom pai, avô carinhoso e um companheiro leal. Sua presença firme e constante em minha vida tem me trazido felicidade e me impulsionado a seguir em frente nesta trajetória. Quero também reconhecer o entendimento das minhas filhas durante os momentos em que estive ausente, dedicando meus dias e noites aos estudos, com o objetivo de tê-las sempre por perto. Foram elas que me encorajaram a continuar, mostrando um exemplo de amizade e companheirismo que me encheu de orgulho. Não posso deixar de mencionar a pequena Sofia, mesmo sendo tão criança, sempre busca por carinho e atenção. Sua doçura e compreensão, mesmo na minha ausência, tornaram meus dias mais felizes e me motivaram a seguir em frente. Agradeço também aos meus irmãos, pelo cuidado e apoio nos momentos em que precisei me ausentar e quando necessitei de auxílio em meu lar.

Gostaria de agradecer especialmente à minha querida amiga Leanny Biavati, que, com muito esforço e dedicação, me apoiou nos momentos em que precisei de suporte em relação aos processos necessários para concretizar ações solicitadas, e aos meus colegas de trabalho que colaboraram de maneira unânime. Uma menção especial à Maíra, que sempre me incentivou com palavras de encorajamento, me fazendo acreditar que todas as dificuldades seriam superadas; à Ângela, da SEMAD-RO, e à Leoni Claudino, da SEMED-RO, pela dedicação e apoio constantes de forma amável neste processo. Agradeço também à Secretária de Educação Maria da Conceição de Candeias do Jamari-RO, à Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho-RO na pessoa de Gláucia Negreiros, e a todos que

participaram desse processo, meu eterno agradecimento. Às minhas diretoras, Ivoneide e Loreci, que me deram suporte nessa etapa da minha carreira profissional, e aos meus colegas de profissão.

À querida orientadora, Dra. Maria Olívia, agradeço imensamente por sua dedicação em me instruir com delicadeza e paciência, estimulando-me a prosseguir em busca do que há de mais belo neste processo, confiando em mim, oferecendo apoio e incentivo, além de conduzir, de forma exigente e ponderada, esta caminhada em que estou inserida. Seus conselhos e ensinamentos serão carregados comigo, contribuindo significativamente para a minha reputação pessoal, acadêmica e profissional. Suas impressões e marcas permanecerão eternamente gravadas em meu coração... Inexprimível gratidão.

À professora Dra. Therezinha Fraxe, agradeço por seu compromisso com as questões ambientais e por sua eficaz contribuição ao PPGCASA. Aos demais professores do programa, agradeço pelas valiosas contribuições para o meu desenvolvimento acadêmico e futuro profissional. Ao secretário do PPGCASA, Professor Dr. Carlos (Tijolinho), expresso minha gratidão por toda a paciência e dedicação dispensadas à turma, guiando sempre nossos passos pela Academia. À Prefeitura de Porto Velho-RO e à Prefeitura de Candeias do Jamari-RO, meus agradecimentos pelo apoio na promoção da capacitação contínua dos docentes destes municípios, por meio da SEMED-RO. Essas ações valorizam a educação de qualidade e o desenvolvimento dos educadores e cidadãos locais, compartilhando conhecimentos e experiências para que se tornem multiplicadores do saber. Aos gestores, professores e profissionais da escola envolvida, expresso minha gratidão por disponibilizarem os dados essenciais para esta pesquisa e por colaborarem na coleta de informações dos projetos em conjunto com a Instituição.

MEMORIAL

Sou Elieude Bacelar Matos, tenho 47 anos, sou filha de Francisco Moreira Matos e Francisca Bacelar Matos, natural de Imperatriz (MA), a segunda filha mais velha do casal, dentre os nove irmãos nascidos.

Em 1977, nasci e morei no estado do Maranhão até aproximadamente os cinco anos, local onde comecei minha carreira estudantil e aprendi a ler em casa, pois não tinha idade escolar para a época. Na comunidade em que residia, havia uma professora que se encantou pelo fato de eu ser tão pequena e já saber de muita coisa que só se aprendia na escola, mesmo sem nunca ter ido a um ambiente escolar. Esta professora começou a me levar diariamente até a sua sala de aula e foi assim que teve início a minha jornada acadêmica.

Em 1982, saímos do Maranhão e nos mudamos para Goiás, onde ficamos por um curto período, durante o qual não estudei. Logo em seguida, nos mudamos para o Mato Grosso do Sul, onde minha jornada acadêmica e escolar continuou. Ao ingressar na escola, na primeira série, já sabia ler e escrever, porém, de acordo com as normas educacionais da época eu teria que recomeçar o processo. Nossas atividades incluía cantar músicas, apreciar a natureza e aprender a respeitar o próximo, cumprindo filas para tudo: lanche, lavar as mãos, ir ao banheiro e sair da sala de aula. Guardo lembranças desse período, que incluía, até mesmo, o uso do castigo físico, pois quem não conhecia o alfabeto recebia alguns “bolos”, que nunca eram aplicados pela professora, mas sugeridos por ela para que “castigássemos” quem ainda não sabia ler.

Em 1984, mudamos para o atual estado do Tocantins, onde estudei por uns anos da infância. Gostava da escola, cultivava uma amizade com a professora e... não tinha palmatória! Por um bom tempo, senti-me acolhida, mas, na saída para casa, um dia incomum me marcou. Lembro-me de alguns colegas mal-amados que praticavam *bullying* comigo e falaram coisas que mexeram com meu psicológico a ponto de me fazer sair correndo para não ouvir aquilo, tanto é que lembro até hoje de cada palavra e, principalmente, da queda que levei quando desci a ladeira do caminho da escola para casa, na chuva, ouvindo os gritos daqueles meninos maldosos. Depois disso, comecei a não querer mais ir para aquela escola, então meu pai se dispôs a ir comigo, mas de nada adiantou, motivo que o fez me transferir para outra escola, onde, felizmente, fui muito bem acolhida.

Em 1989, nos mudamos para o estado do Pará, onde realizei grande parte dos meus estudos. Concluí o ensino fundamental, na época, e já ingressei na 5ª série. Outra situação difícil que vivenciei foi quando uma professora não simpatizava comigo, era evidente. Ela

constantemente me olhava com desdém e sempre dirigia as perguntas mais complexas para mim. Uma vez, durante uma aula de geografia sobre os estados brasileiros, ela me fez perguntas sobre as capitais, exigindo que eu as soubesse de cor, sem errar, todas elas. Como não sabia, acabei sendo punida, ficando exposta sob o sol quente até o meio-dia, enquanto os outros alunos já tinham ido para casa. Meu pai chegou à escola e me encontrou chorando, desmotivada. Ele prontamente procurou a direção e solicitou minha transferência. Só tive uma experiência escolar mais positiva no Pará quando iniciei um curso técnico no ensino médio.

Em 1994, comecei a estudar ciências contábeis, assegurando uma vaga no ensino médio, enquanto meu pai buscava uma vaga no curso de magistério, pois ele acreditava que a profissão era a mais nobre. A verdade é que, apesar das conquistas, eu não gostava daquilo, chorava sempre sozinha no meu quarto, pois tinha 14 anos, havia conquistado uma vaga no ensino médio de Ciências Humanas sozinha, mas não estava plenamente feliz, porque sabia que teria que cursar o magistério para realizar o desejo de meu pai. Meu sonho era ser juíza, não professora, no entanto, meu pai insistia que ser professor era uma profissão admirável e respeitada, que os professores sabiam de tudo e eram os responsáveis por ensinar os outros. Ele dizia que, por ser inteligente, eu deveria seguir a carreira de docente. Por obediência ao meu pai, acabei cedendo.

Em 1997, após perder um ano de estudos devido a uma professora de geografia que me reprovou e outro ano por me mudar para uma vila sem escola que ofertasse o magistério, fiquei um período sem estudar, mesmo assim acabei lecionando em uma turma multisseriada com 23 alunos. Foi um sucesso! Em gratidão, uma ex-aluna, de 56 anos, presenteou-me com um bolo confeitado, que ocupava quase metade de uma mesa, como agradecimento por tê-la ensinado a ler e escrever. Foi uma grande surpresa encontrá-la junto da turma, em minha casa, com aquele lindo presente. Já estávamos entrando de férias, então festejamos com alegria, principalmente o fato de eu tê-la ensinado a ler, pois ninguém havia conseguido e, a partir daquele dia, ela iria ler tudo.

Aos 18 anos, decidi sair rumo a uma cidade onde havia um curso de magistério. Fiquei hospedada na casa de uma família e saía todos os dias para estudar e trabalhar. Concluí o segundo ano do magistério, sendo aprovada, embora tenha precisado pagar algumas disciplinas complementares, devido à diferença nos currículos das escolas.

Iniciei minha carreira trabalhando na Secretaria de Educação e numa escola com crianças. Logo após, fui convidada a atuar exclusivamente na Secretaria de Educação. A partir desse dia, ofereceram-me um quarto em uma Casa de Professores, onde professores de outras cidades que vinham dar aulas naquele município se hospedavam.

Em 1996, no final do ano, mudamos para Rondônia (RO). Naquela época, cursava o 3º ano do magistério, à noite, porque não havia vagas durante o dia na turma regular e, dessa forma, completei meu ensino médio no magistério. Uma nova fase da vida se iniciou, pois havia começado a lecionar, há poucos meses, em uma creche particular, quando fui aprovada em um Concurso Público para professora do Ensino Fundamental I e foi neste momento que surgiram minhas principais inquietações relacionadas ao ensino básico. Para mim, era importante saber o porquê das crianças enfrentarem tantas dificuldades durante o processo de ensino e aprendizagem. Observo as limitações no sistema educacional e começo a perceber as dificuldades para ministrar uma boa aula. Naquela época, não havia giz colorido, apenas branco e, naquele momento, deparei-me com uma turma de 33 alunos retirados de cinco turmas de 1ª série, onde nenhum deles sabiam ler ou escrever. Era quase fim do ano e ensinar aqueles alunos, que mal conheciam as letras do alfabeto, a ler tornou-se a minha missão.

Os obstáculos surgiram nesse ponto, porque eu desejava que eles aprendessem a ler; alguns até faziam cópias simplesmente para desenvolver a coordenação motora. Faltavam materiais essenciais, como cola, tesoura e canetas hidrográficas. No entanto, recordo-me de ter feito cartazes coloridos com lápis de cor e desenhos personalizados, incluindo letras e famílias silábicas. Todos os dias, eu os fazia ler aqueles cartões e observava a leitura individualmente, só permitindo que saíssem após esse horário. Inicialmente, houve resistência, mas os pais ficaram encantados ao verem seus filhos aprendendo a ler e escrever, exceto por uma criança, que aumentou o meu desejo de aprofundar os meus conhecimentos em relação aos momentos vivenciados nas práticas pedagógicas.

Em 2002, a Secretaria de Educação propôs formar professores em nível superior. Aproveitando a oportunidade, cursei Pedagogia e, em 2010, concluí minha primeira especialização em Educação Especial. Apesar de ter encontrado resposta a algumas de minhas muitas inquietações, surgiram novas perguntas sobre: o porquê de algumas crianças enfrentarem tantas dificuldades para aprender e se isso estava relacionado ao contexto social, cultural ou algo mais intrusivo.

Após cursar Pedagogia, decidi então me aprofundar e realizar várias outras especializações, incluindo Coordenação Pedagógica, Psicopedagogia Clínica e Institucional, além do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Com as novas instruções, percebi as razões por trás das dificuldades encontradas durante o processo de aprendizagem, que são, além dos aspectos familiares, culturais e sociais, também outras limitações, como o caso de crianças com deficiência, que eram

praticamente excluídas, devido ao despreparo das instituições. Com o início da Lei de Inclusão desses indivíduos nas escolas, houve uma mudança no panorama intelectual relacionado à prática. Agora, surgem discussões sobre o desenvolvimento dessas pessoas em contato com a natureza e em como esse ambiente pode contribuir para o seu progresso através de estímulos e vivências. Foi nesse momento que me interessei por explorar essa abordagem e passei a pesquisar mais sobre o assunto.

Em 2021, surgiu a primeira oportunidade de participar como aluna especial no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA/UFAM. Ao passar pelo processo seletivo de ampla concorrência, nesse mesmo ano, tive a alegria de ser aceita no mestrado. Meu interesse em ingressar no PPGCASA/UFAM foi motivado pela minha curiosidade em abordar questões ambientais e seu impacto na natureza humana, com foco nas pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Assim, decidi explorar o tema de pesquisa: Prática docente após 30 anos da incorporação do direito constitucional à educação ambiental no Brasil.

Como professora do Ensino Fundamental, senti a necessidade de investigar essa temática, uma das linhas de pesquisa contempladas no Programa que possibilita o desenvolvimento deste estudo.

Nessa ocasião, as nossas aulas no programa PPGCASA/UFAM tiveram início em março de 2022, com a primeira disciplina sendo Fundamentos de Ciências Ambientais. Foi um desafio significativo, pois a necessidade de adquirir conhecimentos e esclarecimentos para a educação ambiental na escola me motivou a dedicar-me a essa disciplina. Mesmo com os obstáculos, consegui também cursar disciplinas como Biossegurança, Métodos em Pesquisa Ambiental, Sociedade e Sustentabilidade, Seminário de Mestrado e Métodos Qualitativos, que contribuíram para aprimorar minhas perspectivas de focar a pesquisa no tema mencionado anteriormente.

RESUMO

Diante dos desafios socioambientais de proporções épicas vivenciados diante da grave crise que assola nosso planeta, a Educação Ambiental (EA) emerge, novamente, como um instrumento para a construção da sustentabilidade. Diante disso, a escola se constitui locus estratégico, por ser uma instituição transformadora capaz de proporcionar, de forma crítica, o acesso ao conhecimento, reflexões e mudanças nas ações das pessoas. Diante disso, esta pesquisa analisou a prática docente da Educação Ambiental no Ensino Fundamental I a partir do estudo de caso de uma escola pública de Porto Velho-RO, região norte do Brasil. No percurso metodológico, de caráter qualitativo, empregaram-se pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com 18 professores, além de análise de conteúdo. Os resultados indicam que as práticas educacionais ambientais não são conduzidas conforme preconizam as políticas e diretrizes da EA no Brasil. A maioria dos professores experientes, com mais de 20 anos de carreira e 10 anos de formados não tiveram, na formação inicial, o componente curricular de Educação Ambiental, tampouco obtiveram formação continuada em Educação Ambiental, mesmo transcorridos 24 anos de implementação da PNEA. Esses professores abordam as questões ambientais por meio de sensibilização e atividades lúdicas de forma genérica e pontual a partir de temas, como: reciclagem, lixo, poluição das águas. Não incorporam ainda de forma sistemática e contínua a Educação Ambiental em sua prática pedagógica, restringindo as abordagens a atividades pontuais, principalmente em datas comemorativas. O Projeto Político-Pedagógico da escola estudada, revisado em 2019, também não faz nenhuma menção aos desafios ou temas ambientais, ou sequer, cita leis, normas, diretrizes relacionadas à Educação Ambiental. Neste contexto, é apresentado um Guia norteador para a reelaboração do PPP e a inserção das práticas ambientais. Esta pesquisa nos faz refletir que, mesmo após 30 (trinta) anos da CF Brasileira instituir o direito à EA e mais de 20 anos da PNEA definir a EA na educação escolar, ainda existem no país escolas que necessitam implementar as políticas educacionais ambientais em conformidade com o que está estabelecido nos marcos legais e orientativos da Educação Ambiental.

Palavras-chaves: Direito à Educação Ambiental; BNCC; Educação ambiental escolar; Prática docente.

ABSTRACT

Faced with the socio-environmental challenges of epic proportions experienced in the face of the serious crisis that is plaguing our planet, Environmental Education (EE) once again emerges as an instrument for building sustainability. In view of this, the school constitutes a strategic location as it is a transformative institution capable of providing, in a critical way, access to knowledge, reflections and changes in people's actions. Therefore, this research analyzed the teaching practice of Environmental Education in Elementary School I based on the case study of a public school in Porto Velho-RO, northern region of Brazil. In the qualitative methodological approach, documentary research, semi-structured interviews with 18 teachers were used, in addition to content analysis. The results indicate that environmental educational practices are not conducted as recommended by EA policies and guidelines in Brazil. The majority of experienced teachers, with over 20 years of career and 10 years of training, did not have the Environmental Education curricular component in their initial training. Nor did they obtain continued training in Environmental Education, even after 24 years of implementing the PNEA. These teachers address environmental issues through awareness raising and playful activities in a generic and specific way based on topics such as: recycling, garbage, water pollution. They do not yet systematically and continuously incorporate Environmental Education into their pedagogical practice, restricting approaches to specific activities, mainly on commemorative dates. The Pedagogical Political Project of the studied school, revised in 2019, also makes no mention of environmental challenges or themes, or even cites laws, standards, guidelines related to Environmental Education. In this context, a guiding guide is presented for re-elaborating the PPP and the inclusion of environmental practices. This research makes us reflect that, even after 30 (thirty) years of the Brazilian CF establishing the right to EE and more than 20 years of the PNEA defining EE in school education, there are still schools in the country that need to implement environmental educational policies in accordance with what is established in the legal and guiding frameworks for Environmental Education.

Keywords: Right to Environmental Education, BNCC; School environmental education; Teaching practice.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tempo de atuação em sala de aula.	34
Tabela 2: Faixa etária dos professores do Ensino Fundamental-I participantes da pesquisa.	35
Tabela 3: Áreas de atuação dos professores (as) nos anos de 2021 e 2022.....	43
Tabela 4: Temas ambientais abordados pelos professores do Ensino Fundamental I nos anos de 2021 e 2022.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização do bairro Três Marias, Cidade de Porto Velho, Rondônia, Brasil.	26
Figura 2: As Três Marias / Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM).....	27
Figura 3: Croquis da escola pesquisada e ambiente com áreas da natureza.....	28
Figura 4: Escola espaço e ambientação.....	29
Figura 5: Fotos dos cartazes e atividades expostas nas salas de aula que evidenciam práticas de EA na Escola Estudada. Setembro, 2023.	48
Figura 6: Fotos dos cartazes relativos às atividades da aula de Ciências relacionadas ao combate à Dengue na Escola. 5ºano, fevereiro de 2024.	49
Figura 7: Imagens de alguns brinquedos criados pelos alunos a partir da orientação da professora E (pedagoga), durante o projeto do JEPP em 2022.	51
Figura 8: Atividades realizadas pelo professor que atua no ensino fundamental I na Escola pesquisada. Bairro Três Marias, Porto Velho-RO.....	52
Figura 9: Atividades realizadas pelo professor que atua no ensino fundamental I na escola pesquisada. Bairro Três Marias, Porto Velho-RO.	53
Figura 10: Áreas não construídas que fazem parte da Escola estudada onde são desenvolvidas atividades de educação física e com potencial para o desenvolvimento de atividades como hortas e jardinagem.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de entrevistados (18 professores) que se manifestaram sobre o conhecimento de políticas e legislações relacionadas à Educação Ambiental.	60
Gráfico 2: Políticas e legislações acerca da Educação Ambiental que os professores declararam conhecer.	61

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BD	Banco de Dados
BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
CF	Constituição Federal
CGEA	Coordenação Geral de Educação Ambiental – MEC
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
EA	Educação Ambiental
EF-I	Ensino Fundamental I
EFMM	Estrada de Ferro Madeira-Mamoré
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
M/F	Masculino e Feminino
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
PCE	Programa Ciência na Escola
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEE-RO	Plano Estadual de Educação do Estado de Rondônia
PEEA-RO	Política Estadual de Educação Ambiental do Estado de Rondônia
PIB	Produto Interno Bruto

PMPV	Prefeitura Municipal de Porto Velho
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político-Pedagógico
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
RCRO	Referencial Curricular de Rondônia
SEDUC-RO	Secretaria de Estado de Educação do Estado de Rondônia
SEDAM-RO	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia
SEMDESTUR	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UNDIME-RO	União dos Dirigentes Municipais de Educação de Rondônia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	20
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	24
2.1 <i>Lócus</i> da pesquisa	25
2.2 Coleta, sistematização e análise dos dados	31
2.3 Aspectos Éticos	33
2.4 Devolutiva da pesquisa.....	33
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
3.1 Perfil e formação dos professores participantes da pesquisa	34
3.2 O Projeto Político Pedagógico (PPP) como norteador da abordagem da Educação Ambiental no contexto escolar: o que aponta o PPP da Escola Estudada?	39
3.3 Percepção e prática docente acerca da Educação Ambiental	42
3.4 O conhecimento dos professores acerca das políticas ambientais	60
4. CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES DA PESQUISA.....	71
REFERÊNCIAS.....	75
ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO.....	833
ANEXO II – GUIA PARA (RE)CONSTRUÇÃO DE PPP ESCOLAR (CAPA).....	85
APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA DOCENTE	135

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea enfrenta desafios socioambientais de proporções épicas. Mudanças climáticas, desmatamento desenfreado, esgotamento dos recursos naturais e perda de biodiversidade são apenas alguns exemplos da grave crise que assola nosso planeta. Nesse contexto, a Educação Ambiental (EA) emerge, novamente, como um instrumento para a construção da sustentabilidade como alternativa principal no enfrentamento dos desafios atuais.

Diante disso, a escola exerce papel crucial por ser uma instituição transformadora, capaz de proporcionar acesso ao conhecimento, promover discussões e reflexões que abordem essa temática de forma crítica, de forma a gerar mudança nas ações das pessoas.

O indivíduo é um ser em construção e, quanto mais cedo tem acesso a um processo de ensino-aprendizagem que envolva a sensibilização e o conhecimento acerca do funcionamento e do cuidado com o meio ambiente, maior é a chance de desenvolver uma consciência para a ação pró-ambiental. A fase da infância, especialmente no Ensino Fundamental I (EF-I), é uma fase importante para a formação de valores e a construção de uma consciência ambiental crítica. É nesse momento que as raízes da aprendizagem se aprofundam e as crianças desenvolvem a capacidade de se conectar ao meio ambiente, reconhecendo sua importância e cultivando o senso de responsabilidade por sua conservação.

Considerando que o indivíduo é um ser em construção e quanto mais cedo ele tiver acesso ao processo de ensino-aprendizagem que inclua a sensibilização e o conhecimento sobre o funcionamento e o cuidado com o meio ambiente, maior será a chance de desenvolver uma consciência para ação pró-ambiental.

Diante disso, buscou-se entender como ocorrem as práticas pedagógicas nas salas de aula voltadas para a promoção da EA no espaço escolar, bem como a relação dessas práticas com o que está preconizado nas normas, leis e programas federais relacionados à promoção da EA, além de considerar o estabelecido nos documentos norteadores da educação em um município do estado de Rondônia.

Estudos mostram que as práticas pedagógicas e suas didáticas alcançam alunos, família e a equipe escolar, onde a racionalidade ambiental se constrói e se concretiza numa inter-relação continuada de teoria e prática, na qual o aluno desenvolve suas habilidades e competências, com vistas a contemplar diferentes saberes, principalmente no que tange aos conhecimentos de EA. Este estudo se justifica por revelar, mesmo após três décadas da implementação das políticas de promoção da EA no país, o desconhecimento por parte dos

profissionais da educação em Porto Velho-RO, da sua existência e das recomendações de como se efetivar as práticas pedagógicas de EA no Ensino Fundamental-I (EF-I). Nesse cenário, o aluno deixa de desenvolver as habilidades e as competências em EA pela falta de formação dos professores para atuarem conforme preceituam as políticas educacionais ambientais voltadas às práticas com os discentes no Ensino Fundamental-I.

A abordagem da Educação Ambiental (EA) na prática pedagógica nas escolas de Ensino Fundamental é um caminho que pressupõe a construção de conhecimentos socioambientais para a aprendizagem de forma singular, e aumenta as possibilidades de termos cidadãos dispostos a cuidar do ambiente. Ela desenvolve habilidades que influenciarão e promoverão ações espontâneas voltadas para a conservação ambiental e à promoção de sociedades sustentáveis.

Nesse sentido, o trabalho docente deve estar alinhado à função social da escola e suas especificidades que envolvem uma “concepção de mundo, ideais, valores, modos de agir, que se traduzem em convicções ideológicas, morais, políticas, princípios de ação frente a situações reais e desafios da vida prática” (Libanêo, 2018, p. 340).

No Brasil, a Educação Ambiental possui um arcabouço legal sólido que a legitima como um direito fundamental de todos os cidadãos. Desde a década de 1980, sob a influência da Conferência de Tbilisi, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei n.º 6.938/1981), que estabeleceu, em um de seus princípios, a oferta da educação ambiental em todos os níveis de ensino. Essa oferta foi reforçada no §1º, inciso VI do Art. 225 da Constituição Federal (CF, 1988), que atribuiu ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Dessa forma, surge o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem acesso à EA.

No âmbito da organização e estruturação dos serviços educacionais, foi instituída a Lei de Diretrizes e Bases, Lei n.º 9.394/96, que faz referência à EA e estabelece que “os currículos do ensino fundamental e médio devem abranger, obrigatoriamente, (...) o conhecimento do mundo físico e natural, e da realidade social e política, especialmente do Brasil”.

O direito constitucional de acesso à educação ambiental é mais bem refletido na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei n.º 9.795/99, que no seu Art. 1º define a Educação Ambiental, como:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a

conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida(...) (Brasil, p.1,1999).

Ainda no Art. 9º, ela define a EA na educação escolar como aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando a educação básica, educação superior, educação especial, educação profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Outra orientação importante para o estabelecimento da EA no contexto escolar vem do Conselho Nacional de Educação (CNE), com o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução n.º 2, de 15 de junho de 2012) (Brasil, 2012). Além de reconhecer a relevância e a obrigatoriedade da EA em todas as etapas e modalidades de ensino, o Art. 13º estabelece os objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino, dentre os quais se destacam:

- I - Desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; II - Garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;
- III - Estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;
- IV - Incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - Estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável; (...) (Brasil, 2012, p.4)

Mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Lei n.º 13.145, de 16 de fevereiro de 2017 (Brasil, 2017), é hoje o documento que norteia as práticas pedagógicas em todo o contexto educacional brasileiro envolvendo a educação infantil e os ensinos fundamental e médio. A BNCC “é referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes e escolas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (Brasil, 2018, p.8).

No documento é destacada a Educação Ambiental como um entre tantos temas contemporâneos¹ que afetam a vida humana em escala local, regional e global. É determinado

¹ Direitos da criança e do adolescente (Lei n.º 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei n.º 9.503/1997), educação ambiental (Lei n.º 9.795/1999, Parecer CNE/CP n.º 14/2012 e Resolução CNE/CP n.º 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei n.º 11.947/2009), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei n.º 10.741/2003), educação em direitos humanos (Decreto n.º 7.037/2009, Parecer CNE/CP n.º 8/2012 e Resolução CNE/CP n.º 1/2012), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, Parecer CNE/CP n.º 3/2004 e Resolução CNE/CP n.º 1/2004), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e

aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar esses temas aos currículos e propostas pedagógicas com abordagem contextualizada e, preferencialmente, de forma transversal e integrada.

Vale ressaltar ainda o que é proposto no Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA, instituído pela Lei n.º 9.799, de 20 de maio de 1999, um marco fundamental para a consolidação da EA no âmbito educacional brasileiro. Este Programa, em sua última atualização, ocorrida em 2023, reafirma o papel crucial da EA na promoção da formação integral dos estudantes, a partir do desenvolvimento de conhecimentos, valores e habilidades socioambientais indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, sustentável e resiliente. Em sua nova edição, o ProNEA se estrutura em torno de seis diretrizes e cinco princípios, a saber: (A) Diretrizes: 1. Transversalidade, transdisciplinaridade e complexidade; 2. Descentralização e articulação espacial e institucional, com base na perspectiva territorial; 3. Sustentabilidade socioambiental; 4. Democracia, mobilização e participação social; 5. Aperfeiçoamento e Fortalecimento dos Sistemas de Educação (formal, não formal e informal), Meio Ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental; 6. Planejamento e atuação integrada entre os diversos atores no território. (B) Princípios: 1. Enfoque holístico; 2. Interdisciplinaridade; 3. Participação social; 4. Contextualização; 5. Compromisso com a sustentabilidade; 6. Transversalidade (Brasil, 2023, p. 23).

Em nível estadual, temos o Plano Estadual de Educação do Estado de Rondônia (PEE-RO), (Lei N.º 3.565/2015), o Currículo Rondoniense regulamentado pela Resolução N.º 1.233/2018 e sua reelaboração em 27 de setembro de 2020 e, mais recentemente, a Política Estadual de Educação Ambiental (PEEA-RO), Lei n.º 4.611/2019, e o Plano Estadual de Educação Ambiental, aprovado em outubro de 2019 a partir do Projeto de Lei N.º 252/2019, de autoria do Governo do Estado de Rondônia.

As bases legais para a prática da EA já estão bem estabelecidas e a escola é um dos cenários importantes no desenvolvimento de mecanismos para transformar essas leis e políticas em ações concretas, buscando entender como isso se configura no cotidiano escolar dos diferentes rincões do Brasil. É importante observar a prática docente, verificar como os professores estão atuando na promoção da EA no contexto escolar, identificar se essa prática está em consonância com as leis, políticas e programas que referenciam a educação e a EA.

Os docentes têm a oportunidade de se tornarem agentes de transformação, e é esperado que através de metodologias inovadoras, engajadoras e contextualizadas, sejam

apresentadas oportunidades para que os alunos explorem, questionem e construam conhecimentos sobre o meio ambiente, adquirindo valores e desenvolvendo habilidades e atitudes essenciais para a construção de sociedades sustentáveis. É esperado o uso de estratégias didáticas que favoreçam “assegurar aos alunos um sólido domínio de conhecimentos, habilidades e o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais, de pensamento independente, crítico e criativo” (Libanêo, 2017, p. 323).

Nesta dissertação, o foco recai sobre a prática docente para a promoção da Educação Ambiental no Ensino Fundamental I, em uma escola no estado de Rondônia. Assim, esta pesquisa buscou entender como ocorrem as práticas pedagógicas nas salas de aula voltadas para a promoção da EA no espaço escolar, bem como a relação dessas práticas com o preconizado nas normas, leis e programas federais relacionados à promoção da EA, além de considerar o estabelecido nos documentos norteadores da educação no estado de Rondônia, *locus* da pesquisa.

Após 30 anos do direito constitucional à Educação Ambiental no Brasil e a obrigatoriedade da adoção da EA em todas as etapas e modalidades de ensino, foi investigado como os professores, munidos da força transformadora da Educação Ambiental, estão entrelaçando o ensino-aprendizagem com a abordagem das questões ambientais em uma escola municipal da cidade de Porto Velho-RO. Foram analisadas as práticas educacionais pedagógicas desses professores na promoção da EA, identificados os conteúdos disciplinares, as ações, projetos e atividades desenvolvidas pelos docentes e sua convergência com o que é preconizado nas políticas de EA nos diversos níveis.

Reconhecendo a importância da formação de cidadãos conscientes e proativos na conservação do ambiente e na promoção de sociedades sustentáveis, espera-se que este estudo contribua para enriquecer o debate sobre a Educação Ambiental no contexto brasileiro, oferecendo subsídios para a análise da aplicação das políticas instituídas nos últimos 30 anos e para a estruturação de políticas públicas mais eficazes.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo se deu a partir da utilização de várias fontes de evidências e dados complementares que permitiram compreender o fenômeno observado (Yin, 2010). A partir de uma abordagem qualitativa (Gil, 2002), de caráter descritivo e analítico, foram investigados como estava sendo aplicada a Educação Ambiental, nos anos letivos de 2021 e 2022, em uma

escola municipal pelos professores do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, uma escola da periferia da cidade de Porto Velho-RO, na região norte do Brasil.

Participaram desta pesquisa 18 professores, em quatro momentos distintos no espaço escolar, sendo que, na primeira etapa, foi realizado um levantamento de dados bibliográficos, no segundo momento, a pesquisa documental, no terceiro momento, a observação em campo, e, por fim, no quarto momento, a entrevista semiestruturada, na qual houve um diálogo entre duas pessoas com duração média de 20 minutos.

2.1 Locus da pesquisa

A pesquisa foi realizada na região norte do Brasil, em uma escola pública do Ensino Fundamental I, em Porto Velho – RO, localizada em um bairro da área periférica da cidade. O município de Porto Velho é a capital do Estado de Rondônia e está situado na margem direita do Rio Madeira. A cidade possui tinha população estimada em 548.952 pessoas no ano de 2021 e PIB *per capita* de 36.059,36 em 2020. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Porto Velho é de 0,736, abaixo do IDH médio brasileiro (0,754) (IBGE, 2023). No ano de 2021, Porto Velho contava com 232 escolas, 3.001 docentes e 75.628 discentes matriculados no Ensino Fundamental. A taxa de escolarização do município na idade de 6 a 14 anos era de 94,5% em 2010. (IBGE, 2023).

A Escola Municipal de Ensino Fundamental I escolhida para o estudo está localizada no bairro Três Marias, na Zona Leste da capital (Figura 1). Algumas ruas do bairro são atravessadas por um igarapé, alvo de degradação, por ser usado por alguns moradores como depósito de lixo. Com chuvas fortes, os moradores sofrem com o transbordamento do igarapé, que causa inúmeros transtornos ambientais, como inundações, lixo, falta de saneamento básico, e que já foram notícia em algumas reportagens jornalísticas, dentre elas: Moradora do bairro Três Marias sofre com os estragos causados pela chuva em Porto Velho (18/04/2024)² e Moradores do bairro Três Marias em Porto Velho protestam pelas condições das ruas³.

² CANAL SIC TV. Moradora do Bairro Três Marias sofre com os estragos causados pela chuva em Porto Velho. Youtube. 18 de abr. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=m4OmvokiaxA>

³ JORNAL DE RONDÔNIA. 1ª edição. Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2263954/>

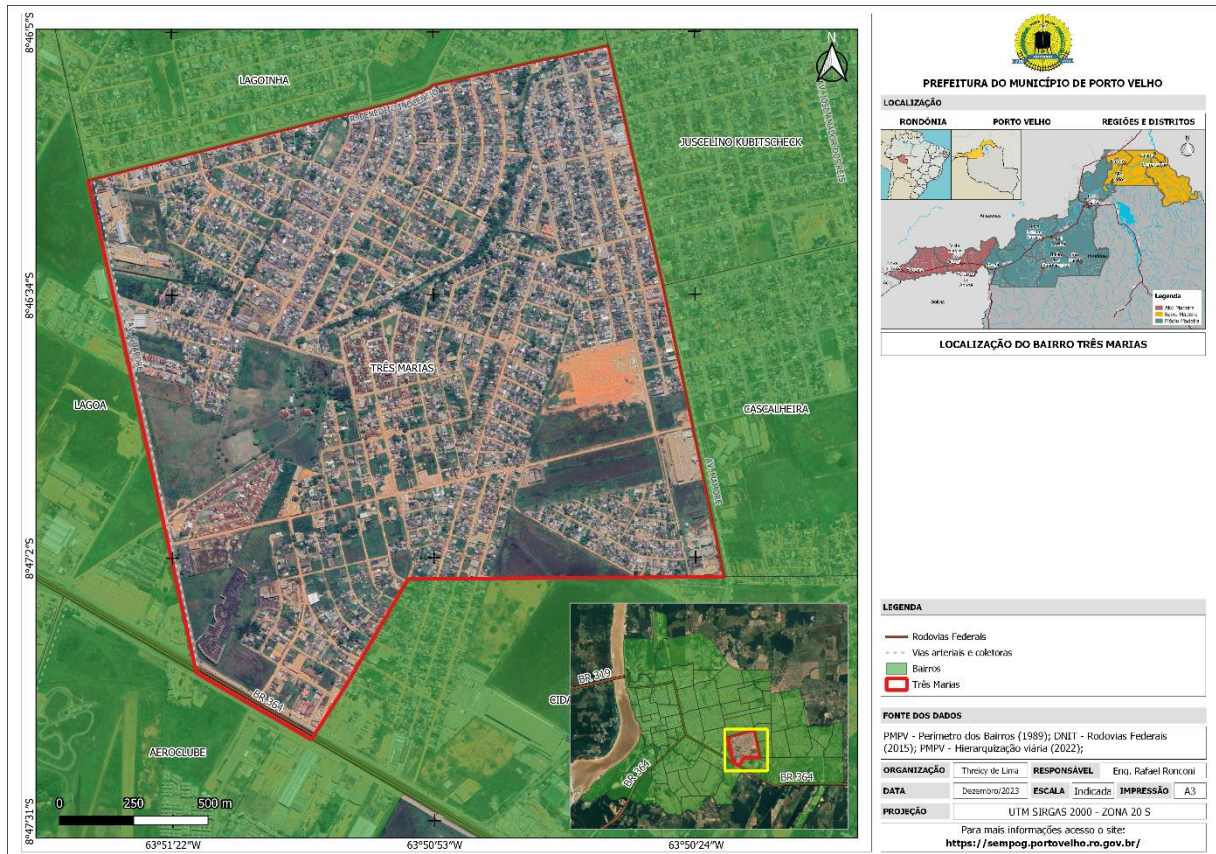


Figura 1: Mapa de localização do bairro Três Marias, cidade de Porto Velho, Rondônia, Brasil.

Fonte: SEMPOG, Geoportal, 2024.

Segundo informações do Geoportal da Prefeitura Municipal de Porto Velho (2024), a formação do bairro Três Marias se deu a partir da ocupação dos espaços periféricos vazios somada à demarcação de lotes para a construção de casas. Situado na Zona Leste do município, o bairro está delimitado pelos bairros Juscelino Kubitschek, Aeroclube, Cascalheira, Cidade Jardim, Lagoa e Lagoinha.

O bairro recebeu esse nome em alusão a um símbolo do município de Porto Velho, as Três Caixas D'Água⁴. As Caixas D'Água são conhecidas popularmente como “Três Marias”, estão localizadas na parte alta da cidade de Porto Velho e podem ser avistadas à distância e ainda na bandeira municipal. Elas se tornaram um símbolo da cidade e representam um marco histórico na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, onde abasteciam água aos trabalhadores da ferrovia e toda cidade até 1957. Importadas dos Estados Unidos, foram instaladas entre 1910 e 1912 para fornecimento de água potável. Atualmente, compõem um espaço público, uma praça que recebe o nome “Três Caixas

⁴ Segundo o portal, caso que provoca indignação em alguns historiadores da capital que não concordam com a homenagem com outro nome, entendendo que o nome Três Marias não remete às Caixas D'Água, mas sim à constelação de três estrelas que se alinham reta e igualmente espaçadas na constelação de Orion.

D'Água”, em alusão a este símbolo, que se constitui em um ponto de encontro popular para a comunidade, principalmente aos fins de semana (Figura 2).



Figura 2: As Três Marias / Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM).

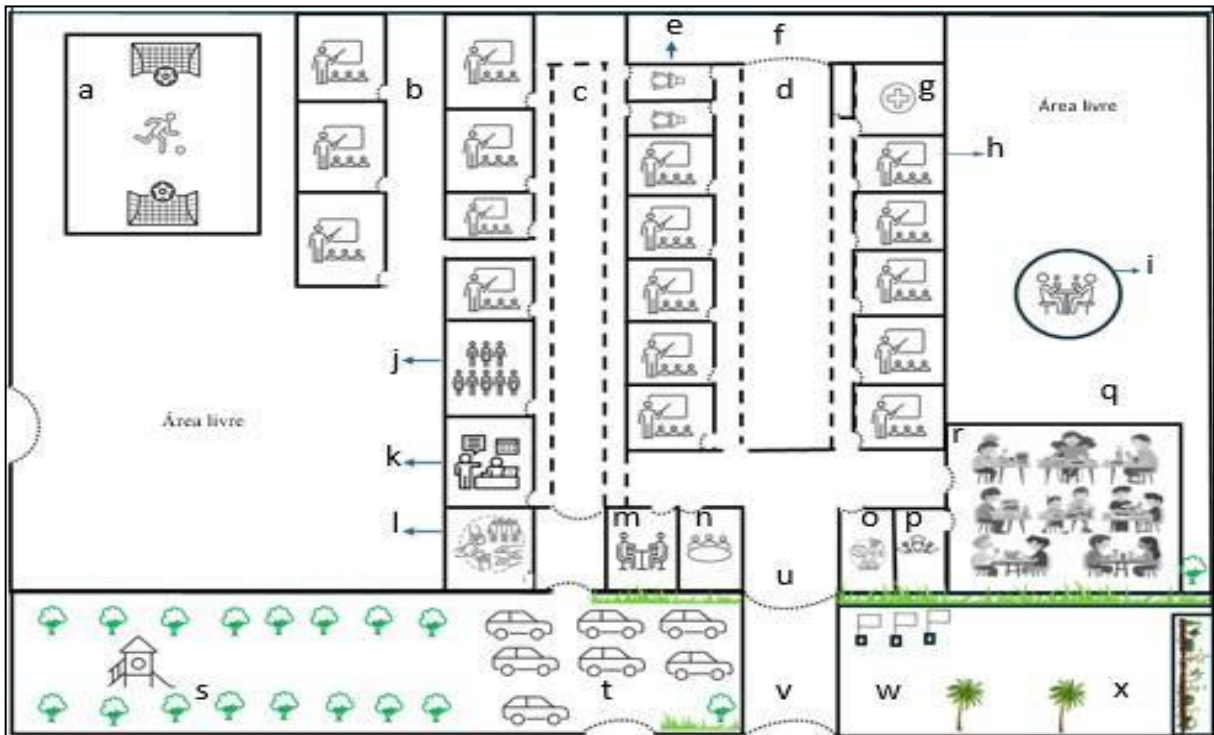
Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Velho - RO. GeoPortal - Bairros - Três Marias. Disponível em: https://geoportal.portovelho.ro.gov.br/bairros/tres_marias.html.

A escola pesquisada é mantida pela Prefeitura do município de Porto Velho, foi inaugurada em fevereiro de 1992 e funciona há mais de 30 anos voltada à formação de crianças e jovens no município.

Com oferta do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental Regular, em 2023, durante o período de realização deste estudo, estava funcionando apenas nos turnos matutino e vespertino e contava com 367 alunos com faixa etária entre 06 (seis) e 11 (onze) anos. A gestão da escola justificou o número reduzido de alunos quando comparado aos de 2019 (690 crianças), devido ao fluxo de evasão ocorrido pós-pandemia de Covid-19.

Quanto às instalações, possui um espaço amplo, com áreas construídas, um estacionamento e boa estrutura de acessibilidade a pessoas com baixa mobilidade física, pois atende crianças com deficiências, como autismo, surdez, deficiência intelectual, visual, física, entre outras. Conta com 17 salas de aula, sendo que nem todas as localizadas no Pavilhão I, 10 salas, estavam sendo utilizadas nos atendimentos ao público, pois necessitavam de reformas. No que diz respeito à área administrativa, há uma sala onde funciona a diretoria e a vice-diretoria, uma secretaria e uma sala de supervisão e orientação que atende aos professores nos dois períodos, além disso possui uma sala de professores e um auditório de reuniões que comporta 50 lugares. Na parte de serviços, possui uma cozinha, um refeitório e uma cantina, utilizada como depósito. Além disso, possui um chapéu de palha/telha e um

consultório para atendimento odontológico, porém sem utilidade por falta de aparatos para o funcionamento (Figura 3).



Legenda:

Representação dos espaços da escola com a descrição dos ambientes contextualizados no croqui.			
a	Quadra de esportes.	m	Direção e vice-diretoria.
b	Última ala - salas de aula.	n	Sala dos professores.
c	Penúltima ala - salas, AEE, secretaria e auditório	o	Sala de coordenação pedagógica e o SOE.
d	Antepenúltima ala - Composição de 10 salas de aula, cuja maioria não está sendo utilizada.	p	Espaço de preparação dos alimentos / copa escolar.
e	Banheiros com acessibilidade - M/F.	q	Espaço livre/saída para o chapéu.
f	Área livre com cobertura.	r	Refeitório/espaco de alimentação.
g	Consultório odontológico atualmente inutilizado.	s	Área com ambiente natural (árvores e parque confeccionado em concreto).
h	Salas de aula.	t	Estacionamento com pequenos canteiros (umas 2duas ou três plantas).
i	Chapéu de palha/telha	u	Acesso à parte técnica e pedagógica escolar - salas de aula.
j	Auditório/sala de reuniões.	v	Acesso à comunidade escolar: pais e alunos.
k	Secretaria/atendimento ao público.	w	Área de realização de momentos cívicos.
l	SRM (Sala de Recursos Multifuncionais).	x	Antigos canteiros onde plantavam hortaliças.

Fonte: Elaboração da autora, com dados da Pesquisa de Campo, 2022 e 2024.

A escola analisada possui uma extensão confortável em suas instalações, com amplas salas de aula. Contudo, há um desgaste predial do espaço, decorrente da falta de manutenção. A Secretaria de Educação está ciente da situação e tem intensificado os esforços para reformar o local. Em seus espaços físicos, existem algumas áreas verdes, com plantas não identificadas,

em uma pequena região arborizada. A área verde em contato com um dos espaços da escola traz tranquilidade e pode contribuir para a ambientação natural, desde que sejam realizadas ações de EA de forma eficaz na escola.

Os espaços verdes (Figura 4) foram estruturados na escola a partir do empenho de alguns funcionários em uma ação ocorrida no ano de 2006, quando, em colaboração com os alunos, demonstraram ser viável viver em um ambiente mais agradável e compartilhar experiências através de ações de educação ambiental.



Figura 4: Escola espaço e ambientação.

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

A presença de áreas verdes e belas paisagens no ambiente escolar é claramente evidenciada pelas imagens apresentadas. Durante a pesquisa, notamos que a escola já adotou medidas de educação ambiental em administrações passadas. Na escola estudada, foram observadas atividades práticas específicas para os alunos, o que demonstra a integração da Educação Ambiental (EA) no ambiente escolar. A Resolução n.º 02/2012 enfatiza a autonomia na organização das atividades escolares, permitindo a adoção de práticas integradas e interdisciplinares. No entanto, é evidente a urgência de implementar ações e projetos para envolver os alunos e toda a comunidade escolar na interação com a natureza, por meio de abordagens multidisciplinares, interdisciplinares ou atividades educativas ambientais voltadas às crianças.

Durante a pesquisa, foram identificados alguns espaços verdes, dentre eles um arvoredo, onde se realizam atividades físicas, propiciando ao aluno o contato com os benefícios ambientais proporcionados pela natureza, como o ar fresco e a sombra. Observa-se que a escola já realizou ações educacionais ambientais em anos anteriores onde ocorriam práticas de plantação de árvores e plantas ornamentais.

Essas práticas se ajustavam ao preconizado na Resolução n.º 02, de 15 de junho de 2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, que enfatiza a importância da autonomia na organização da atividade escolar, possibilitando a implementação de práticas integradas e interdisciplinares (Brasil, 2012). Também é reforçado no Referencial Curricular de Rondônia (RCRO), que a escola “deve ofertar Educação Ambiental para todos os níveis e modalidades de ensino e em todos os componentes curriculares, de forma que fortaleça a cidadania ambiental nas escolas a partir de uma educação participativa, democrática, transformadora e crítica” (RCRO, p.97, 2020).

No entanto, percebeu-se que, hoje, não são mais desenvolvidas ações e projetos envolvendo o público estudantil e toda a comunidade escolar que promovam a interação com a natureza, seja ela de forma multidisciplinar, interdisciplinar ou por meio de ações práticas disciplinares que envolvam as crianças em atividades educacionais ambientais. Foi percebido que na escola existem espaços em que essas ações podem ser implementadas, por meio de atividades práticas a partir da utilização do solo e do plantio de novas árvores.

A Educação Ambiental é um componente essencial da educação primária e consiste numa ação intencional inserida na prática social. Seu propósito é atribuir ao crescimento individual uma dimensão coletiva, ao estabelecer uma ligação entre o indivíduo, a natureza e os outros seres humanos. O objetivo é enriquecer essa atividade humana, transformando-a em algo repleto de interação social e responsabilidade ambiental.

Seu propósito fundamental é a construção de saberes, o desenvolvimento de aptidões, atitudes e valores sociais, o cuidado com a comunidade biológica, a justiça e a equidade socioambiental, assim como a preservação do meio ambiente tanto natural quanto construído. O componente essencial da educação primária é a Educação Ambiental, caracterizada por uma ação intencional no contexto social. Seu objetivo é ampliar a percepção individual para uma perspectiva coletiva, conectando o indivíduo, a natureza e seus semelhantes. O intuito é enriquecer as interações humanas, transformando-as em práticas permeadas por responsabilidade e interação social. A Resolução n.º 422, da CONAMA também estabelece orientações para iniciativas de EA, enfatizando a adoção de princípios e valores que promovam sociedades sustentáveis em diversos âmbitos, como social, ambiental, político, econômico, ético e cultural (Brasil, 2010, p. 1).

Portanto, as imagens apresentadas mostram que é possível desenvolver ações no ambiente escolar por meio do Projetos Político-Pedagógicos (PPP), podendo assim transformar estes espaços em ambientes prazerosos ofertados pelo meio natural já presente na

escola.

Com base nos dados do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola (2019), a maioria dos alunos provém de famílias de baixa renda, com limitado poder aquisitivo. As principais atividades geradoras de renda dessas famílias são serviços autônomos (sem vínculo empregatício), trabalhos como empregadas domésticas, motoristas e pequenos comerciantes. A escola atende estudantes do próprio bairro Três Marias e de bairros periféricos vizinhos, incluindo Lindolfo Collor (Pombal I), Olavo Pires (Pombal II), José Camacho (Pombal III), Jardim Primavera e Juscelino Kubitscheck (JK). Nos arredores da escola, encontram-se diversas instituições socioculturais, como associações de bairro, igrejas, um ginásio poliesportivo que atende às necessidades de lazer e esporte, e a Biblioteca Casa da Juventude, que possui um bom acervo doado pela comunidade e oferece aulas de dança e música.

2.2 Coleta, sistematização e análise dos dados

O estudo foi conduzido por meio de pesquisa documental, levantamentos bibliográficos, entrevistas semiestruturadas com os professores da escola estudada, visitas técnicas e observação participante (Ludke, 1986).

A pesquisa documental incluiu:

- a) Levantamento e análise dos marcos legais e políticas relacionadas à Educação Ambiental no Brasil (por exemplo, CF, PNMA, PNEA, DCNEA, BNCC, ProNEA);
- b) Identificação e análise de documentos norteadores da educação no estado de Rondônia (por exemplo, Plano de Educação do Estado - PEE-RO, Plano Estadual de Educação Ambiental - PEEA-RO, Referencial Curricular de Rondônia - RCRO, entre outros);
- c) Análise do Projeto Político-Pedagógico da escola estudada.

O levantamento bibliográfico sobre o tema Educação Ambiental no ensino fundamental e as construções teóricas norteadoras do estudo foi realizado periodicamente durante todo o processo de pesquisa. As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas com os docentes utilizando roteiros com perguntas abertas e fechadas (Apêndice A).

A escolha por entrevistas semiestruturadas permitiu aos entrevistados discorrer sobre o tema abordado de maneira mais livre, sem se limitar às perguntas preestabelecidas, possibilitando que as informações fluíssem de forma mais natural e menos padronizada (Berchin, 2017).

No estudo, participaram 18 docentes que lecionam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental I, durante os anos letivos de 2021 e 2022. Também foram entrevistados a gestora escolar e a equipe técnica, composta por um supervisor e um orientador, com o objetivo de identificar ações e atividades de Educação Ambiental desenvolvidas pela gestão escolar. As entrevistas foram realizadas no espaço escolar, em momentos previamente agendados com os participantes, de forma a não interferir nas atividades cotidianas da escola. Com a autorização dos informantes, as entrevistas foram gravadas, transcritas e o material sistematizado em uma planilha com codificações, garantindo o sigilo da identidade dos informantes.

Seguindo o roteiro de entrevistas, buscou-se com os docentes:

- a) Identificar a visão do professor sobre a Educação Ambiental e o papel que atribuem à EA no currículo;
- b) Contextualizar as temáticas ambientais em cada disciplina;
- c) Mapear o percurso de formação na temática;
- d) Avaliar o conhecimento sobre as políticas educacionais vigentes e os conteúdos curriculares;
- e) Explorar as dinâmicas pedagógicas adotadas em sala de aula que convergem com as políticas que norteiam a promoção da EA.

Com os gestores e a equipe pedagógica, foram coletadas informações sobre as ações e dinâmicas voltadas à promoção da EA na escola durante o período do estudo, destacando as principais dificuldades encontradas na implementação dessas ações.

O contato inicial com a gestão da escola para a apresentação do projeto ocorreu em setembro de 2023, momento em que também foram realizadas as observações e entrevistas. As visitas à escola permitiram evidenciar ações, atividades e práticas realizadas durante o período do estudo, além de identificar cartazes, atividades e outros documentos relevantes para a pesquisa. Durante as visitas, foram observadas dinâmicas pedagógicas, aulas, campanhas, reuniões e a instalação de cartazes relacionados à Educação Ambiental, uma vez que a observação é um elemento fundamental para a pesquisa (Gil, 2002).

No caderno de campo, foram registrados atitudes e comportamentos da comunidade escolar relacionados à temática. Após a coleta, as informações foram sistematicamente organizadas em um Banco de Dados (BD) e agrupadas em planilhas conforme suas especificidades. A conjuntura situacional foi analisada, permitindo novas interpretações das informações e a assimilação das realidades que compõem o contexto estudado.

Os dados foram organizados para revelar as relações das práticas identificadas com o

cenário educacional sistêmico, conforme determinado pelas legislações locais, estaduais e federais. A análise foi conduzida utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2011), triangulação dos dados levantados durante a observação participante com aqueles obtidos por meio das entrevistas (Minayo et al., 2006) e estatística descritiva.

A análise de conteúdo (Bardin, 2011) foi realizada em três etapas sequenciais:

(a) Pré-análise: Organização das ideias e propostas da pesquisa, delimitação do escopo e objetivos da pesquisa e preparação do material. Todo o material levantado foi submetido a uma análise textual para identificar aqueles que abordavam o tema da pesquisa, sendo separados para a próxima etapa.

(b) Exploração do material ou codificação: Seleção e organização do material identificado anteriormente, analisando-o em profundidade para identificar narrativas e evidências relacionadas ao tema e aos objetivos da pesquisa.

(c) Tratamento e interpretação dos resultados obtidos: Os resultados brutos foram tratados para se tornarem significativos e válidos, passando por um tratamento estatístico que permitiu a elaboração de tabelas condensando e destacando as informações fornecidas na análise.

A estatística descritiva (média, frequência simples, entre outros) foi utilizada para descrever, resumir e apresentar os dados relativos aos fenômenos de interesse relacionados ao objetivo do estudo.

2.3 Aspectos Éticos

Devido à natureza documental da coleta de dados, os aspectos éticos da pesquisa concentraram-se, em primeiro lugar, na honestidade e precisão dos dados coletados, assegurando que os fatos não fossem distorcidos nas interpretações. Com a realização de entrevistas com informantes-chaves (docentes e gestores), o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), via Plataforma Brasil, e obteve aprovação sob o Parecer n.º 6.168.086. Após essa aprovação, e antes de abordar cada entrevistado, foi entregue e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme a Resolução CNS, sob o Parecer n.º 6.168.086 e **CAAE n.º 70918723.4.0000.5020**.

2.4 Devolutiva da pesquisa

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola representa o mapa que orienta as

ações educacionais e define a identidade da instituição. É nesse documento que se estabelecem os princípios, valores e objetivos que norteiam a prática docente e o processo de ensino-aprendizagem proposto pela instituição. Dessa forma, a promoção da integração da Educação Ambiental (EA) no PPP é fundamental para garantir que a EA permeie todas as atividades escolares, desde as disciplinas curriculares até os projetos extracurriculares.

Ao constatar que o PPP da escola estudada não inclui abordagens para práticas voltadas às questões ambientais, foi desenvolvido um Guia para a Incorporação da Temática Ambiental no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de Escolas da Educação Básica (Anexo II), visando estimular e subsidiar a revisão do PPP da escola.

Para a elaboração deste Guia, foi realizada uma pesquisa documental com o objetivo de encontrar produtos similares disponíveis que pudessem servir de inspiração e ser adaptados à realidade da escola em questão. O Guia foi elaborado utilizando uma linguagem atrativa, esquemas e ilustrações para facilitar o entendimento dos envolvidos na (re)elaboração do PPP.

Este Guia será apresentado como uma contribuição do estudo para a reflexão crítica acerca da abordagem das questões ambientais na escola.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Perfil e formação dos professores participantes da pesquisa

No processo de levantamento dos dados da pesquisa, participaram 18 professores do Ensino Fundamental I, dos quais 94,7% são do sexo feminino, representando 85% do total de professores que atuam na escola. Cerca de 94% dos participantes possuem vínculo efetivo com a Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho, e 61,1% são experientes, com mais de vinte anos de atuação em sala de aula (Tabela 1).

Tabela 1: Tempo de atuação em sala de aula.

Tempo de Atuação	N.º de Professores
Mais de 20 anos	11
11 a 20 anos	4
1 a 5 anos	2
Menos de 1 ano	1
Total	18

Fonte: Elaborada pela própria autora, com dados da Pesquisa de Campo, 2023.

Quanto à faixa etária, 67% dos professores possuem idades entre 46 e 50 anos, sendo que três deles já estão próximos da aposentadoria (Tabela 2).

Tabela 2: Faixa etária dos professores do Ensino Fundamental-I participantes da pesquisa.

Faixa Etária	N.º de Professores
40 a 45	3
46 a 50	9
51+	6
Total	18

Fonte: Elaborada pela própria autora, com dados da Pesquisa de Campo, 2023.

Do total de entrevistados, 72,2% possuem formação em Pedagogia. Dos demais, dois têm formação em Licenciatura em Letras, um em Licenciatura em Ciências Biológicas e um em Educação Física. Apenas um dos professores não possui formação superior, tendo concluído o curso técnico em magistério no nível médio.

Os profissionais de nível superior completaram sua formação há mais de 10 anos, com 53% graduados em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e 47% em IES públicas. Todos se graduaram após a instituição da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei N.º 9795/99), que tornou obrigatória a inclusão da Educação Ambiental na formação de professores.

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 11 - A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Logo, era esperado que esses profissionais tivessem cursado Educação Ambiental durante a graduação. Contudo, somente 39% deles declararam ter tido essa disciplina no processo de formação. É notória a diferença na atuação dos profissionais que tiveram Educação Ambiental em sua formação, refletida em suas práticas escolares junto aos alunos, conforme observamos nas respostas das entrevistas:

“Fiz a EA, abri mais a visão e tomei mais consciência e, às vezes, não dava importância a um assunto de extrema importância” (Professor (ª) B - Pedagoga).

“Conscientizando os alunos a manterem o ambiente limpo, a partir da conservação e limpeza em sala de aula” (Professor (ª) F – Ciências Biológicas).

“Tive muitos estudos sobre o assunto quando fiz magistério, inclusive vários cursos a respeito. E muito do que aprendi lembro e aplico até hoje, principalmente no que se refere ao meio ambiente e à cidadania” (Professor (ª) J – Licenciatura em Letras).

Uma professora declarou que aprendeu em um projeto que a EA é:

“Desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente, produção de consumo, garantir a democratização e informações referentes ao meio

ambiente” (Professora (ª) N – Magistério e Pedagogia).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução N.º 2, de 15 de junho de 2012) também estabelecem a inclusão da Educação Ambiental na formação docente:

Art. 1º A presente Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei n.º 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com os seguintes objetivos:

II - Estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III – Orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental (Brasil, 2012).

Quando questionados sobre a formação continuada em Educação Ambiental (EA), 89% dos entrevistados informaram que não tiveram a oportunidade de participar de formações oferecidas pela Escola ou pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Velho (SEMED-PVH/RO). Um dos entrevistados declarou ter buscado formação por conta própria, e outro não respondeu a essa questão.

Isso evidencia o desalinhamento entre a prática e o que está estabelecido no parágrafo único do Art. 1 da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA):

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (Brasil,1999).

Ainda com a diretriz “Garantia de processos educativos articulados, continuados e permanentes” instituída na atualização do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (Brasil, 2023), e uma das Linhas de Ação e estratégias que consiste em:

2.1.1 Promover planos e programas de formação continuada em educação ambiental, para qualificar quadros de profissionais das estruturas organizacionais de educação e da gestão ambiental (grifo nosso). Linha de Ação 2. Formação de Gestores e Educadores, ProNEA (Brasil, 2023).

Dentre os cursos de formação continuada realizados pelos docentes entrevistados,

não houve escolha por cursos de pós-graduação na área ambiental. Do total, 94,7% possuem especialização, sendo a maior parte em Gestão Escolar (47%). Os demais são especialistas em Psicopedagogia (12%), Metodologia do Ensino Superior (12%), Educação Especial (11%), Orientação e Supervisão (6%), Alfabetização (6%) e Educação de Jovens e Adultos (6%).

A lei estabelece que os professores em atividade devem receber formação complementar para atender adequadamente aos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Portanto, o sistema educacional deve prover formação continuada em Educação Ambiental. Além disso, para que o ensino seja eficaz, deve haver interesse por parte dos docentes em pesquisas e formação continuada, conforme destaca Freire (1996):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (Freire, 1996, p. 32)

A Lei N.º 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu Art. 8º, estabelece que as atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar. Portanto, a Educação Ambiental (EA) envolve, conforme o inciso II, o desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentos. Se isto for contemplado, pode ser um avanço significativo nas práticas de EA no contexto educacional formal. A lei é clara ao estabelecer a produção e divulgação de material educativo, ou seja, o educador deve estar habilitado em seus conhecimentos para contextualizá-los junto aos discentes, tornando eficaz a institucionalização da EA nas escolas e a transmissão dos valores e atitudes adquiridos para a sociedade.

Entende-se que, na fase escolar, o indivíduo é capaz de desenvolver-se e adquirir hábitos durante seu desenvolvimento. Montoya, referindo-se ao preconizado por Piaget em sua teoria de desenvolvimento, ressalta:

Não faz apenas uma teoria de desenvolvimento, mas, no melhor e no mais profundo sentido, como talvez ninguém tenha conseguido até então, uma teoria de aprendizagem. E o faz num sentido profundamente original, isto é, como caso particular de adaptação de um organismo ao meio, ou como regulação ativa, para além das regulações automáticas, pela qual não apenas assimila conteúdos, mas, modifica os pequenos assimiladores e, no limite, cria novos instrumentos de assimilação. “Pois aprendizagem é experiência dos esquemas de assimilação.” (Montoya, 2009, p.14)

Os níveis de desenvolvimento no processo de aprendizagem da criança apresentam fases que possibilitam uma melhor compreensão e aquisição de conhecimentos quando

comparados aos dos adultos. Na infância, a capacidade de captar e fixar conhecimentos é mais aguçada, permitindo que as informações sejam assimiladas com maior clareza, tornando o indivíduo capaz de desenvolver uma capacidade coletiva construtiva.

Na sua pesquisa, Schirmann (2019) explorou as etapas de desenvolvimento de Jean Piaget, focando na maturação biológica. Essas etapas se dividem em quatro estágios: sensorio-motor (do nascimento até cerca de 2 anos), pré-operacional (dos 2 aos 7 anos), operacional concreto (dos 7 aos 12 anos) e operações formais (a partir dos 12 anos). Durante a transição entre esses estágios e o processo de aprendizagem, a criança passa por adaptação, acomodação e assimilação do conhecimento. É essencial manter um equilíbrio de maturação que guie esse processo, conectando o estágio anterior ao posterior. Um entendimento eficaz das fases de desenvolvimento permite uma melhor compreensão das potencialidades que devem ser desenvolvidas e estimuladas nas crianças, de acordo com a sua fase específica, facilitando assim a aquisição de conhecimento no processo de ensino. Isso favorece a integração da Educação Ambiental (EA) nessas fases, tornando-a mais acessível na infância e estabelecendo uma base sólida de conhecimento em EA.

Essa aprendizagem pode ser construída através das práticas de ensino-aprendizagem de Educação Ambiental no contexto escolar de forma lúdica, aproveitando as habilidades empíricas do indivíduo. Isso se transforma em um ato social coletivo para conservação e responsabilidade, que, segundo Farias (2023), ocorre: “(...) por meio de dinâmicas com colegas e professores em momentos dedicados a isso”.

De acordo com Sousa *et al.* (2011), a Educação Ambiental é essencial em todos os níveis dos processos educativos, especialmente nos anos iniciais da escolarização, pois é mais fácil conscientizar as crianças sobre as questões ambientais do que os adultos. Eles enfatizam que crianças bem instruídas sobre os problemas ambientais se tornarão adultos mais preocupados com o meio ambiente e mediadores do conhecimento adquirido na escola, junto à família e aos vizinhos.

Para Branco *et al.* (2018, p. 186):

[...] a Educação Ambiental tem o papel preponderante de conduzir a novas iniciativas, de desenvolver novos pensamentos e práticas, de promover a quebra de paradigmas da sociedade, formando cidadãos conscientes e participativos das decisões coletivas. Além disso, seu papel não se reduz ao meio ambiente, mas seu leque se amplia para a economia, a justiça, a qualidade de vida, a cidadania e a igualdade.

Assim, a criança, no processo educacional formal, vivenciará experiências e práticas de Educação Ambiental (EA), adquirindo aprendizagens que geram novas atitudes tanto

individuais quanto coletivas, promovendo uma vivência social sustentável que transcende a esfera pessoal e familiar.

3.2 O Projeto Político-Pedagógico (PPP) como norteador da abordagem da Educação Ambiental no contexto escolar: o que aponta o PPP da Escola Estudada?

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento que reúne as metas, objetivos e diretrizes de uma escola, e deve ser elaborado obrigatoriamente por toda instituição de ensino de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A elaboração do PPP deve envolver a comunidade escolar.

Libâneo (1998, p.42) afirma que:

O Projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando atingir os objetivos que se propõem. É o ordenador, o norteador da vida escolar.

Ao analisar o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola estudada, revisado em 2019, não foi detectada nenhuma menção às leis e normas relacionadas à Educação Ambiental (EA). Verificou-se a ausência de registros sobre a importância e formas de abordagem da temática ambiental e da EA na escola, ignorando totalmente as Diretrizes Nacionais Curriculares de Educação Ambiental (Resolução N.º 2, de 15 de junho de 2012). Além disso, não são apresentados conceitos ou contextualizações relativas às questões ambientais. O documento ignora totalmente esta temática, mesmo diante da sua importância na atualidade.

A inserção da Educação Ambiental no PPP das escolas pode nortear ações que estimulem a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos em nível local (Mota, 2014).

Segundo Corte (2016, p. 22), o PPP reúne as decisões relacionadas às opções educativas, à organização da escola e é o instrumento que define a identidade da escola e suas finalidades educativas. Ele sintetiza a visão sobre a realidade, atuando como um mediador da prática educativa, posicionando os atores quanto à realidade que os cerca e estabelecendo níveis de superação dessa realidade a partir de metas concretas e possíveis estabelecidas neste documento.

Apesar dessas orientações e da importância deste documento na efetividade do trabalho da escola, a maioria dos professores (72%) da escola pesquisada informou desconhecer o PPP da instituição. Quando indagados sobre o motivo desse desconhecimento, eles declararam falta de interesse em acessar o documento. A falta de participação e

envolvimento dos professores na elaboração do PPP pode justificar o desinteresse dos mesmos pelo projeto. Para Mota (2014), implementar a Educação Ambiental de acordo com a legislação vigente pode ser um recurso fundamental para assegurar direitos e transformar a visão da sociedade sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

Segundo o autor, o arcabouço legal para a promoção da Educação Ambiental no Brasil já está estabelecido, sendo crucial a criação de estratégias eficazes para colocar essas leis em prática. Dessa forma, torna-se essencial que as escolas se engajem nesse movimento de transformação e que os educadores interajam com o documento norteador (PPP) e, por meio dele, desenvolvam a EA.

A integração de conhecimento e envolvimento do educador com o PPP é necessária no cotidiano da atuação pedagógica. Na escola pesquisada, apenas 28% dos entrevistados conheciam superficialmente o PPP da instituição, conforme destacado a seguir:

“Conhecem, porém, não há assunto sobre a EA no projeto político-pedagógico da escola” (Professor^(a) E, Pedagogia e F, Ciências Biológicas).

“Conheço, mas não procurei me informar a respeito” (Professor^(a) C, Pedagogia).

“Conhecia antes, mas nunca mais foi apresentado este projeto, nem discutido sobre, então não sei mais sobre” (Professor^(a) B, Magistério/ensino médio).

“Acerca da educação ambiental não foi apresentado” (Professor^(a) M, Pedagogia).

Diante desse cenário, constata-se que ainda temos comunidades escolares despreparadas para a promoção da Educação Ambiental (EA). A atuação do corpo docente, um dos focos deste estudo, mediando o processo de ensino-aprendizagem, é fundamental para atender às expectativas do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas. Sua efetividade baseia-se, essencialmente, na compreensão e envolvimento do corpo docente com os valores e propostas que o compõem.

Todavia, na escola estudada, a EA não emerge como um componente crucial da gestão e do currículo escolar. A abordagem da EA nas escolas é extremamente importante, especialmente no contexto do ensino fundamental, onde se busca promover uma consciência crítica e responsável em relação ao meio ambiente desde a tenra idade.

Stallbaum (2023) aponta que o PPP é um documento que define a identidade de uma instituição, sendo de extrema importância para o planejamento das ações dos sujeitos nele envolvidos. Segundo o autor, lamentavelmente, suas contribuições nem sempre ficam explícitas no cotidiano escolar. No caso da escola estudada, a temática ambiental foi

negligenciada nas prioridades estabelecidas no seu PPP, revisado recentemente, em 2019.

“As atividades são contínuas, dependendo da situação. Na prática, devemos ensinar as crianças no cuidado com o meio ambiente (não rasgar os cadernos, não jogar lixo no chão), porque os adultos já estão mal-acostumados”
(Professor^a M, Pedagogia).

Deste modo, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) precisa ser reestruturado, a fim de desempenhar seu papel fundamental na efetivação desses objetivos, fornecendo diretrizes e estratégias para a integração da Educação Ambiental (EA) de forma transversal e contextualizada em todas as dimensões da prática educativa nesta escola. Ao incorporar a EA no PPP, as escolas reconhecem a importância de desenvolver nos estudantes competências e habilidades que os capacitem a compreender, analisar e intervir de forma consciente nos problemas ambientais locais e globais. Em síntese, há a necessidade de a escola abordada neste estudo incorporar a temática ambiental no seu PPP.

Segundo Carvalho (2008), a EA no contexto escolar deve ser pautada por uma abordagem crítica, interdisciplinar e participativa, que proporcione aos estudantes a oportunidade de vivenciar práticas que promovam a reflexão sobre suas relações com o meio ambiente e a sociedade. Neste contexto, o PPP se configura como o espaço privilegiado para a articulação dessas práticas, uma vez que possibilita a integração da EA em todas as disciplinas e atividades extracurriculares, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

Além disso, ao inserir a EA no PPP, as escolas assumem um compromisso com a formação de cidadãos críticos e atuantes, capazes de promover a sustentabilidade e a justiça socioambiental em suas comunidades. Conforme defendido por Loureiro (2012), a EA deve ser entendida como um processo contínuo e permanente, que transcende os limites da sala de aula e se estende para além dos muros da escola, envolvendo toda a comunidade escolar e local.

Portanto, é imperativo que as escolas de ensino fundamental reconheçam a importância do PPP na abordagem da EA e o incorporem de maneira efetiva em sua prática educativa, pois somente assim será possível formar cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a construção de um futuro sustentável.

Vale ressaltar que a escola é um espaço social que atrai ideias coletivas e plurais, onde o indivíduo, em sua singularidade, compartilha habilidades em que a unidade social escolar pode disseminar espontaneamente, ou intermediada pelo docente, conhecimentos e práticas de EA que vão além do despertar cultural de cada indivíduo. O conhecimento se diferencia nas buscas constantes que o ser humano faz ou procura fazer como um ato de

transformação cultural e de saber.

Essa dinâmica é muito importante para a disseminação de conhecimento e hábitos voltados ao cuidado com o ambiente, sejam professores, alunos ou a comunidade que compartilha ideias de suas práticas com os demais e, assim, se tornam multiplicadores deste processo. Essa jornada na busca de conhecimento através do ensino e da aprendizagem é desafiadora em uma época em que há excesso de informação de infinitas fontes e, principalmente para os estudantes, há a necessidade de mediação para orientar a escolha do conhecimento pertinente, no âmbito da Educação Ambiental ou em qualquer outra área de interesse.

Sousa *et al.* (2011) ressaltam que a educação ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida e com o bem-estar. Para eles, é importante que, mais do que informações e conceitos, a escola se disponha a trabalhar com atitudes, com a formação de valores e com mais ações práticas do que teóricas para que o aluno possa aprender a amar, respeitar e praticar ações voltadas à conservação ambiental.

Logo, o PPP deve estar habilitado pela comunidade escolar para práticas atuantes de EA, conforme a realidade da comunidade local em que a escola se insere e de acordo com as orientações da direção e todos que envolvem o corpo técnico (secretaria, apoio, inspetores e outros que realizam atividades técnicas escolares), docentes, pais e alunos da escola.

Somos reflexos daquilo que aprendemos ou construímos em nossa capacidade ética, moral e social. Assim, é irrefutável a importância do Projeto Político-Pedagógico como norteador das práticas de EA na escola. E, a partir da constatação de que o Projeto Político-Pedagógico da escola estudada não possui abordagens para as práticas voltadas às questões ambientais, foi desenvolvido um Guia para a Incorporação da Temática Ambiental no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de Escolas da Educação Básica (Anexo II), visando estimular e subsidiar a revisão do PPP da escola estudada. Este Guia será apresentado presencialmente em reunião, como devolutiva e contribuição do estudo para a reflexão crítica acerca da abordagem das questões ambientais naquela escola.

3.3 Percepção e prática docente acerca da Educação Ambiental

Participaram da pesquisa 18 professores que atuavam em atividades relacionadas ao Ensino Fundamental I. Com exceção dos professores de Educação Física, da Sala de Recursos

Multifuncionais (SRM) e da Sala de Leitura, os demais professores ministram todas as disciplinas do Ensino Fundamental I (Tabela 3).

Tabela 3: Áreas de atuação dos professores (as) nos anos de 2021 e 2022.

Atuação	N.º de Professores (as)
Todas as disciplinas do Ensino Fundamental	15
Atendimento Educacional Especializado	1
Educação Física	1
Sala de Leitura	1
Total	18

Fonte: Elaborada pela própria autora, com dados da Pesquisa de Campo, 2023.

Foi analisada a percepção desses docentes acerca da Educação Ambiental (EA) de modo a verificar como essa percepção se reflete na prática pedagógica. Neste sentido, quando indagados sobre o entendimento do que é a EA, foi possível agrupar as respostas em duas categorias de percepção:

a) Vinculada a princípios ambientais - Relacionada com comportamentos e valores sociais como o respeito e cuidado com o meio ambiente, explicitados através da prevenção, equilíbrio e atitudes que favoreçam o bem-estar e o cuidado com a natureza. Para 39% dos professores, EA é respeitar, zelar e conviver de forma harmoniosa com a natureza. É também relacionada a como o indivíduo e a coletividade constroem valores, conceitos e ações voltadas para a preservação e a qualidade de vida. Como verificado nas falas a seguir:

“O indivíduo e a coletividade, constroem valores sociais” (Professor (ª) O - Pedagogia).

“Os valores, conceitos e cuidados com o meio objetivam o ato de conhecer para preservar a vida” (Professor (ª) J - Letras).

“Conservar e valorizar o meio ambiente, e a qualidade de vida” (Professor (ª) N - Pedagogia).

b) Vinculada à conscientização ambiental - Relacionada à sensibilização para a promoção da consciência do indivíduo sobre sua relação com o meio ambiente. Para 61% dos professores, a EA está associada à sensibilização/conscientização do indivíduo e à forma como ele se relaciona com a natureza e o ambiente, influenciando suas ações para uma consciência de sua importância para a vida:

“Cuidar e preservar o meio ambiente em que se vive é um dever” (Professor (ª) L - Pedagogia).

A EA é *“conscientizar as pessoas dos recursos naturais e sua importância à*

vida”
(Professor ^(a) K - Pedagogia).

As percepções apresentadas guardam relação com o preconizado na PNEA (Lei N.º 9795/99):

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

De acordo com Marcatto (2002, p. 12), “A Educação Ambiental é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais.” O autor ainda afirma que a EA é um processo contínuo no qual as pessoas atuam como agentes transformadores do conhecimento, pois são seres ativos com atitudes autônomas para reduzir a agressão humana à natureza. Vivemos em uma sociedade onde se percebe que a EA é uma necessidade urgente de ser efetivada no cotidiano, especialmente nas escolas públicas. A Agenda 2030 enfatiza que a EA ajuda a desenvolver nas pessoas um processo de conscientização, onde o indivíduo promove, por meio de suas ações autônomas, cuidados com o meio ambiente (ONU, 2015).

Neste contexto, é preciso reconhecer a consciência como um fenômeno emergente que surge da integração de múltiplos processos neurais e mentais, resultando na percepção consciente do self e do mundo ao redor. Mesmo entendendo a consciência como um ato pessoal, singular e subjetivo da experiência consciente, é indispensável reconhecer o papel crucial que o ambiente escolar e a prática docente desempenham nesse processo, influenciando a forma como os indivíduos percebem, interpretam e respondem ao ambiente.

As escolas precisam incorporar ações relacionadas à EA, possibilitando aos estudantes a aquisição de valores, conhecimentos e habilidades para o cuidado com o ambiente intra e extramuros, atingindo os espaços sociais de convivência na escola e na sociedade. A prática docente em sala de aula refletirá a concepção de EA que o(a) professor(a) possui, adquirida por meio de experiências e conhecimentos adquiridos pelo educador em sua vivência social ou processos formativos.

Quando questionados acerca de sua prática docente em Educação Ambiental e o que foi mais relevante neste contexto, a partir das respostas de 94% dos participantes, foi possível agrupá-las em três categorias:

a) Conhecimento ambiental: Categoria relacionada à aquisição de conhecimentos ambientais, que são aprofundados por meio da participação em projetos e formações. Para

22% dos professores entrevistados, as ações que influenciaram suas práticas como educadores ambientais surgiram de formações e projetos que geraram um despertar crítico, modificando suas atitudes e práticas pedagógicas no cotidiano. Como verificado nas falas de alguns professores:

“As palestras que tínhamos, principalmente na semana do meio ambiente”
(Professor (ª) J - Letras).

“Durante um projeto de arborização na escola, onde se plantou árvores em 2006 e a horta” (Professor (ª) E - Pedagogia).

Nota-se nessas falas a importância do processo de formação continuada para a efetivação de práticas e ações que beneficiem o desenvolvimento da Educação Ambiental (EA) na escola. Sendo assim, ressalta-se a importância dos processos de formação proporcionados pelo sistema educacional vigente. A oferta de formação continuada aos educadores pode ser proporcionada pelas secretarias de educação em parceria com universidades, institutos e outras instituições do Sistema Federal de Meio Ambiente, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

b) Práticas de ensino que abordam conteúdos ambientais: Categoria relacionada ao processo de ensino através de técnicas conteudistas ou didático-metodológicas que estão vinculadas ao ensino-aprendizagem de conteúdos relacionados a temas ambientais. Cerca de 39% dos entrevistados trabalham em sala de aula a partir de orientações recebidas sobre temáticas como reciclagem, preservação da natureza, cuidados com rios e o planeta, além de conteúdos voltados a catástrofes ambientais, conforme verifica-se nas falas a seguir:

“Explicar sobre a poluição” (Professor (ª) B – Magistério - Ensino Médio).

“Mostrar aos alunos o cuidado com o planeta em que vivemos” (Professor (ª) M - Pedagogia).

É possível observar que assuntos como os mencionados acima estão geralmente relacionados às disciplinas de Ciências, História ou Geografia, podendo ser ampliados para incluir a disciplina de Arte como uma forma complementar de abordagem. Neste contexto, revela-se a importância de integrar a Educação Ambiental (EA) de forma interdisciplinar, enfatizando como esse conhecimento pode influenciar a adoção de novos comportamentos que promovam o bem-estar próprio e coletivo. Isso está em consonância com o processo de ensino-aprendizagem, pois o aluno aprende à medida que lhe é proporcionado o conhecimento. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), devem ser assegurados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que as crianças tenham

condições de aprender, se desenvolver, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se (Brasil, 2017, p. 25).

Segundo Gadotti, o:

[...] aluno aprende apenas quando se torna sujeito de sua aprendizagem. E para ele tornar-se sujeito de sua aprendizagem ele precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto de escola que faz parte também do seu projeto de vida. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico. (Gadotti, 2000, p.36)

Essa forma de abordagem está em conformidade com o previsto na BNCC, que leva em consideração os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, estabelecendo cada etapa da educação básica, nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver, tanto em ambientes naturais quanto em outros contextos.

Na perspectiva de Carvalho (2004), a Educação Ambiental (EA) representa um passo inicial crucial, porém não é suficiente se almejarmos progredir na edificação de uma prática deliberada que embasa os projetos colocados em prática. Com isso, se faz necessária a relação entre teoria e prática escolar, pois é por meio de experiências promovidas no ambiente escolar que o estudante reflete de forma crítica e põe em prática questões ambientais na sociedade. Nesse viés, Ruscheinsky e Costa (2004) destacam que as atividades realizadas pelas pessoas no cotidiano, com base no conhecimento previamente adquirido e como parte de sua cultura, devem ser incorporadas com uma nova perspectiva.

A Educação Ambiental crítica não leva automaticamente a uma ação distinta, mas requer a prática, onde a reflexão apoia uma abordagem criativa e essa abordagem fornece elementos para uma reflexão e desenvolvimento de uma nova visão de mundo. Dessa forma, o indivíduo experimenta a cidadania por meio da interação com o coletivo, em um esforço para transformar a realidade socioambiental (Guimarães, 2004).

c) Ações/reações ambientais: Esta categoria está relacionada à qualidade de vida a partir da conscientização ambiental do indivíduo para aquisição de hábitos saudáveis em relação ao ambiente. Para 33% dos entrevistados, as novas atitudes desenvolvidas no contexto educacional refletem-se nas atitudes de cuidado com o ambiente. Isso pode ser verificado nas falas que apresentam trabalhos com temáticas ambientais específicas:

“Sobre o lixo, após aplicação das aulas, os alunos colocaram em prática e mudaram suas atitudes” (Professor (a) G – Pedagogia).

“As professoras realizaram um trabalho de reciclagem e plantio, nesta área da escola” (Professor (a) Q – Pedagogia).

É fundamental que a educação seja integrada de maneira natural no ambiente escolar, incentivando os alunos a refletirem sobre o conteúdo compartilhado, a questionarem e a buscarem informações, indo além das simples tarefas propostas pelos professores. Esse enfoque promove a busca por novas fontes de conhecimento e fortalece a autoconfiança dos alunos, sem depender apenas de imposições legais ou normativas.

O título de professor não basta se a pessoa não estiver plenamente consciente e preparada para desempenhar o importante papel de educador que lhe é confiado (Dias, 1998). Para o autor, um professor bem-preparado e ciente dos conhecimentos saberá identificar o que é mais adequado para seus alunos. Contudo, é relevante salientar que as limitações e desafios presentes no sistema educacional devem ser considerados pelo educador na prática diária, a fim de garantir a eficácia da Educação Ambiental com os estudantes.

Quando indagados sobre como aplicavam os conhecimentos de EA em sua atuação com os discentes, 94% dos professores declararam atuar a partir da sensibilização e atividades lúdicas, enquanto 6% responderam que trabalham a partir da conscientização, como exposto:

“Com as crianças, poderia trabalhar com reciclagem, elaborando brinquedos, conscientizando sobre a importância de reciclar” (Professor (ª) P - Pedagogia).

“Conscientização do não desmatamento, da natureza, e o meio ambiente em que ela está; na sala de aula, conscientizar para não desmatar, pois ficará o ar mais quente” (Professor (ª) F - Ciências Biológicas).

“É explicar o que pode ou não, reciclagem, cuidar das plantas, preservar rios e matas” (Professor (ª) H - Pedagogia).

A maioria dos professores, cerca de 56%, abordou a temática ambiental durante suas aulas de forma genérica (meio ambiente) ou a partir de temas relacionados à reciclagem, lixo, poluição das águas, entre outros (Tabela 4). Não foi declarada a abordagem transversal dos temas ou a utilização de estratégias interdisciplinares em suas práticas pedagógicas.

Tabela 4: Temas ambientais abordados pelos professores (as) do Ensino Fundamental I nos anos de 2021 e 2022.

Tema	N.º de professores (as) que trabalharam o tema
Meio Ambiente	16
Reciclagem	12
Lixo	11
Poluição das Águas	10
Água	5
Queimadas	4
Preservação da Natureza	4
Desmatamento	3
Saneamento	2
Ecologia	2

Arborização	2
Utilização do Solo	1
Ecosistema	1

Fonte: Elaborada pela própria autora, com dados da Pesquisa de Campo, 2023.

Com exceção da professora que atua na Sala de Leitura, os demais professores declararam abordar temáticas ambientais em sua prática pedagógica. No entanto, uma parte significativa dos docentes (44%) não o faz de forma sistêmica e contínua, sendo as abordagens realizadas de maneira pontual, principalmente em datas comemorativas.

“Em 2021, durante o ano, fiz no dia 5 de junho, dia do meio ambiente; na pós-pandemia não foi feito, se trabalhou mais leitura, português e matemática, pela falta de desenvolvimento dos alunos” (Professor (ª) F - Licenciatura em Ciências Biológicas).

“Além de trabalhar reciclagem e poluição das águas, também trabalho nos temas de datas comemorativas, sempre se refere aos temas no Dia Meio Ambiente e Dia da Árvore” (Professor (ª) H - Pedagogia).

“...atividades relacionadas ao dia do meio ambiente” (Professor (ª) I - Licenciatura em Letras).

“Apenas nas datas comemorativas, não é uma frequência, mas trabalha a conscientização, até mesmo em casa; queimadas que causam doenças” (Professor (ª) H – Pedagogia).

Um reforço a essas declarações foi verificado durante as visitas à escola, onde foram identificados trabalhos de professores que estimularam a confecção e fixação nas salas de aula, pelos alunos, de cartazes alusivos às datas comemorativas relacionadas ao Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), Dia da Árvore (21 de setembro) e Dia Mundial da Água (22 de março) (Figura 5).



Figura 5: Fotos dos cartazes e atividades expostas nas salas de aula que evidenciam práticas de EA na escola estudada. Setembro, 2023. **Legenda:** A) Trabalhos alusivos ao Dia Mundial da Água. B) Trabalhos alusivos ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Foram observadas também iniciativas individuais promovidas por docentes em sala de aula, que trataram de questões tanto benéficas quanto prejudiciais ao meio ambiente, além do enfrentamento da dengue. Essas atividades conectam, de certa maneira, a luta contra a doença aos cuidados ambientais, destacando principalmente o problema da água acumulada e do descarte inadequado de resíduos (Figura 6).

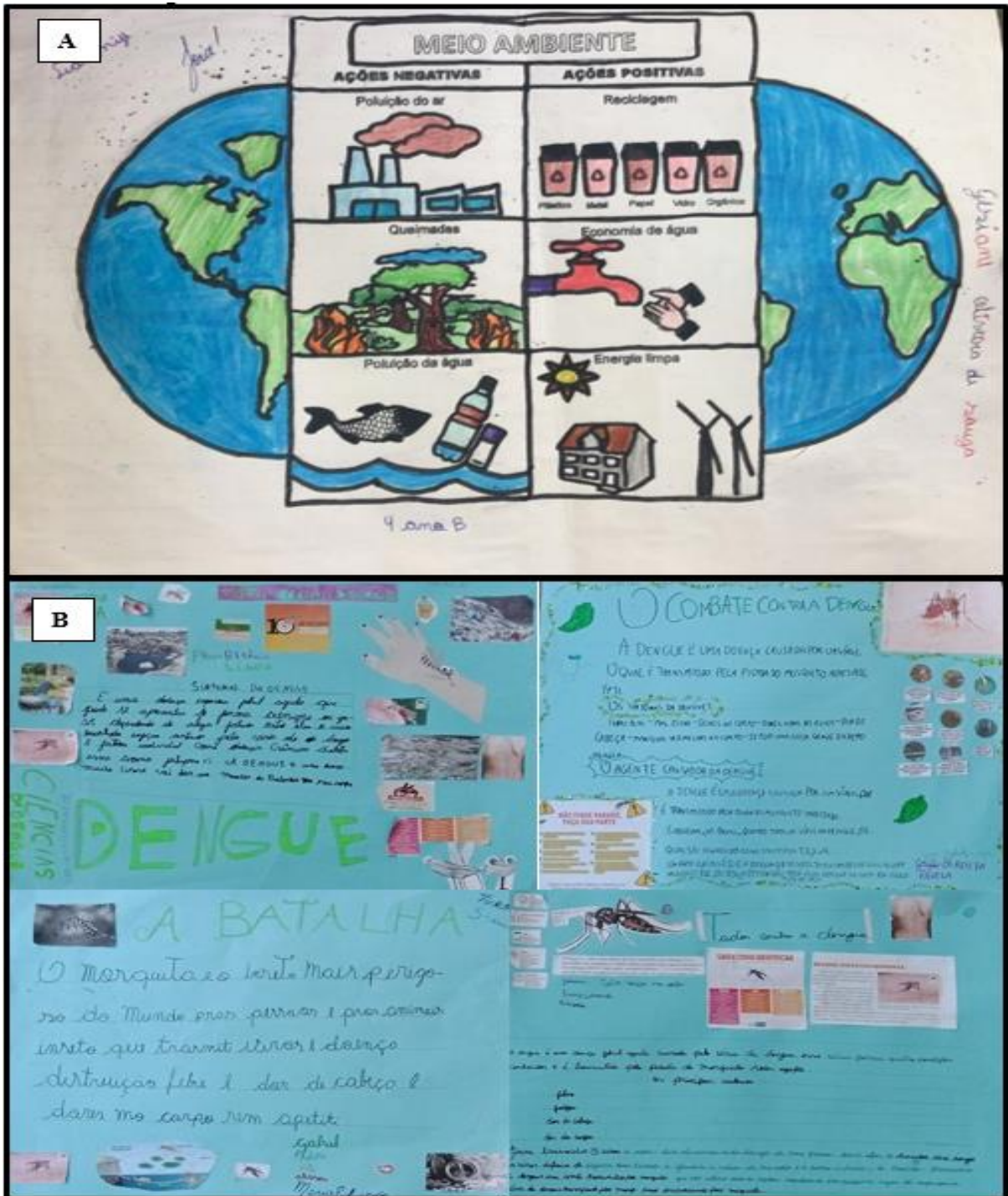


Figura 6: Fotos dos cartazes relativos às atividades da aula de Ciências relacionadas ao combate à Dengue na Escola. 5ºano, fevereiro de 2024.

Legenda: A) Ações positivas e negativas para o meio ambiente. B) Atividades de combate à dengue.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2023.

Outras estratégias para as práticas pedagógicas sobre EA foram ressaltadas:

“Procuro passar filmes, assuntos e confeccionar objetos que conscientizem os alunos a terem novos hábitos no seu cotidiano” (Professor (ª) N – Pedagogia).

“Trabalhei sobre queimadas. A gente apresentou vídeos, palestras de conscientização para os alunos, levaram para casa uma conscientização sobre queima de lixo doméstico para família e vizinhos, os alunos disseram que as pessoas deram apoio” (Professor (ª) B – Magistério).

Os professores atuam isoladamente em suas disciplinas e informaram não haver, por parte da equipe pedagógica e técnica da escola, instruções para as práticas educacionais de Educação Ambiental (EA). Também não foi identificada a existência de projetos desenvolvidos na escola que abordem as temáticas ambientais. Verifica-se que essas atividades se dão a partir da iniciativa individual de cada professor (a), deixando de fora a orientação para a adoção de ações interdisciplinares que remetem ao planejamento e à atuação coletiva.

Essa forma de abordagem da EA não condiz com o que preceituam as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Ambiental, que enfatizam a importância da interdisciplinaridade e da atuação coletiva nas práticas pedagógicas.

Art. 14. A Educação Ambiental nas instituições de ensino, com base nos referenciais apresentados, deve contemplar:

- I - Abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;
- II - Abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas. (Brasil, 2012).

Nota-se a necessidade da adoção da interdisciplinaridade para modificar as práticas pedagógicas em Educação Ambiental (EA) desses profissionais. Essa abordagem poderia ser incentivada e orientada pela equipe pedagógica e técnica da própria escola ou da Secretaria de Educação. Outra forma de abordagem verificada, a partir de registros disponibilizados pela gestão escolar durante as visitas, foi o projeto “Jovens Empreendedores Primeiros Passos - JEPP”. Este projeto foi desenvolvido nos anos de 2022 e 2023, em parceria com o SEBRAE-RO, e é destinado a fomentar a educação e a cultura empreendedora na educação básica.

Uma das atividades realizadas no âmbito do JEPP, nas turmas de 3º ano do ensino fundamental, foi a Oficina de Brinquedos Ecológicos (26 horas), que abordou temáticas ambientais relacionadas ao lixo e à reciclagem, levando à reflexão sobre o que pode ser feito

para atenuar o acúmulo de lixo e promover a reciclagem a partir da confecção de brinquedos. Segundo o (a) professor (a) responsável, além de promover o empreendedorismo, esse processo de reciclagem e reaproveitamento pode, de certa forma, influenciar o cidadão em formação a adotar boas práticas ambientais (Figura 7).



Figura 7: Imagens de alguns brinquedos criados pelos alunos a partir da orientação do (da) professor (a) E (pedagogia), durante o projeto JEPP, em 2022.

Legenda: **A)** Momento da realização das Oficinas dos Brinquedos Ecológicos. Trabalho em pequenos grupos em sala de aula a partir da orientação do professor (a) da sala. **B)** Mural Coletivo confeccionado pelos alunos da Oficina de Brinquedos Ecológicos com figuras representativas de ambientes e brinquedos, que enfatizam o meio ambiente e a produção de brinquedos em pauta – 3º ano. **C)** Ursos confeccionados com EVA. **D)** Avião confeccionado com garrafas PET. **E)** Trenzinho confeccionado com caixas de leite e tampinhas de PET. **F)** Vaso confeccionado com vidro e enfeites.

Fonte: Trabalho de campo. Projeto do JEPP (2022). Fotografias: Professor (a) E – Pedagogia).

Uma das diretrizes apontadas no ProNEA (Brasil, 2005, p.36) propõe que:

A educação ambiental deve ser capaz de integrar os múltiplos aspectos e dimensões da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das inter-relações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, espirituais, históricos, sociais, econômicos e políticos. Mais do que uma abordagem sistêmica, a Educação Ambiental exige a perspectiva da complexidade, que implica em que no mundo interagem diferentes níveis da realidade (objetiva, física, abstrata, cultural, afetiva...) e se constroem diferentes olhares decorrentes das diferentes culturas e trajetórias individuais e coletivas.

As questões ambientais devem cada vez mais estar presentes no cotidiano da sociedade. A educação ambiental é essencial em todos os níveis dos processos educativos e, especialmente, nos anos iniciais da escolarização, já que é mais fácil conscientizar as crianças sobre as questões ambientais do que os adultos (Sousa *et al.*, 2011).

Durante as visitas, também foram verificadas práticas que envolvem vivências e pequenas atitudes relacionadas ao meio ambiente na escola, por meio de produção de cartazes e atividades físicas em ambientes naturais. Observou-se que, em um dos espaços arborizados, o professor de educação física realiza atividades recreativas com os alunos, aproveitando os benefícios ambientais proporcionados pela natureza, como a sombra e o ar fresco (Figura 8). Segundo o professor, esse contato com a natureza é capaz de transmitir paz e harmonia, além de desenvolver a consciência crítica dos alunos.



Figura 8: Atividades realizadas pelo professor que atua no ensino fundamental I na Escola pesquisada. Bairro Três Marias, Porto Velho-RO.

Fonte: Trabalho de campo, 2023. Fotografias: Professor (ª) A – Educação Física.

Durante essas atividades recreativas, nas aulas de Educação Física, as crianças experimentam o prazer de vivenciar experiências na natureza dentro do ambiente escolar, sob

a influência do uso criativo do espaço (Figura 9).



Figura 9: Atividades realizadas pelo professor que atua no Ensino Fundamental I na escola pesquisada. Bairro Três Marias, Porto Velho-RO.

Fonte: Trabalho de campo. Atividades (2023). Fotografias: professor A – Educação Física.

Nas atividades de Educação Física realizadas ao ar livre, foi observado que as crianças desfrutam do espaço natural de maneira prazerosa. Essa iniciativa do professor de Educação Física em oferecer atividades extracurriculares ao ar livre demonstra um movimento pedagógico que poderia ser adotado pelas escolas para proporcionar às crianças meios de desenvolver uma consciência crítica em relação ao meio ambiente, não apenas do ponto de vista ecológico, mas também social.

Essa interação culmina em uma maior conexão física e emocional com a natureza, que acaba por se reverter em benefícios para o desenvolvimento das próprias crianças, que, no futuro, serão pessoas que se sentem conectadas à natureza, percebendo-a como parte de sua experiência e, provavelmente, adotando atitudes que revelem esse cuidado.

Para Barba (2020), os sujeitos formados pela Educação Ambiental (EA) não partem do indivíduo ou do coletivo. No entanto, Tristão (2005, p. 11) considera que a Educação Ambiental cria “um sentimento de pertencimento à natureza, de um contato íntimo com a natureza para perceber a vida em movimento de equilíbrio/desequilíbrio, organização/desorganização, vida/morte, o belo e o bom nela contidos”.

Deste modo, a formação dos sujeitos por meio da Educação Ambiental não parte nem do coletivo nem do individual, pois a principal ênfase está na relação indivíduo-sociedade, constituindo-se na relação com o mundo em que todos são responsáveis. Ou seja, existe a preocupação consigo próprio, com os outros e com o ambiente. Nesse contexto,

Carvalho (2006) entende que o desafio na Educação Ambiental está em formar educadores ambientais engajados na construção de uma cultura cidadã para a formação de atitudes ecológicas, considerando a formação de um sentimento de responsabilidade ética e social.

Para além do que já é realizado, na escola estudada há espaços onde se pode desenvolver, com os estudantes, outras atividades ao ar livre relacionadas com o ambiente, como hortas e jardinagem (Figura 10).



Figura 10: Áreas não construídas que fazem parte da escola estudada, onde são desenvolvidas atividades de educação física e com potencial para o desenvolvimento de atividades como hortas e jardinagem.

Legenda: A) Área de descanso dos cozinheiros (as) – “Chapéu de telha”. B) Área livre onde poderia ser plantado um pomar com frutas regionais. C) Área frontal onde estava, as hortas de projeto dos estudantes do EJA (2006). D) Área arborizada de projeto dos estudantes do EJA (2006) onde, atualmente, são realizadas atividades recreativas.

Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Este local com árvores, presente no ambiente escolar, foi plantado pela própria escola há muitos anos, conforme relataram os professores (as) durante a pesquisa (Figura 10, D). Ele é resultado de uma ação passada de um professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que incentivou os estudantes a criarem hortas e plantarem árvores na escola. Foi um período em que a escola promoveu ações de educação ambiental, envolvendo tanto os adultos quanto as crianças do Ensino Fundamental I.

Estudos apontam que as experiências com a natureza são positivas durante a infância e adolescência, sendo um forte preditor da conexão com a natureza ao longo da vida, influenciando no comportamento pró-ambiental e no bem-estar. Assim, a escola deve ser um meio de acesso a essas experiências por meio da mediação de professores, evitando o distanciamento de ambientes naturais, especialmente nas grandes cidades (Paz et al., 2021).

Naquela época, as crianças cuidavam das hortas e plantas de manhã, sob a orientação

de alunos da EJA, que vinham no contraturno para orientar as crianças nos cuidados. Professores (as) que, à época, participaram desse processo, recordam com saudade essas ações.

Em visita *in loco* realizada em 2023, onde antes havia hortas, restam apenas vestígios de tijolos que compunham os canteiros. Tais práticas não são mais realizadas, embora ainda sejam viáveis. Não se sabe ao certo quem iniciou essas ações, pois a pessoa que destacou esta ação menciona que:

“Durante seus anos de experiência como professor (a), o que mais a marcou em relação à educação ambiental foi um projeto de arborização na escola, realizado em 2006, e a horta, na qual o EJA cuidava em conjunto com as crianças” (Professor (a) A – Educação Física).

Além do uso nas aulas de Educação Física, a área arborizada não é explorada na prática educativa dos demais professores em suas atividades disciplinares ou na realização de atividades voltadas à educação ambiental, e menos ainda em atividades interdisciplinares. Essas áreas poderiam ser usadas durante as aulas de Ciências, pois, como observado pela Professora I, formada em Letras, destaca-se o interesse das crianças por temas como animais e natureza. Essa professora acredita na possibilidade de implementar práticas educacionais ambientais, que as crianças acolheriam de maneira positiva, dada a sua sensibilidade e afinidade com a natureza.

Ao resgatar práticas como as realizadas em 2006, com projetos de arborização, jardinagem e hortas, a gestão da escola poderia implementar, juntamente com professores e estudantes, novas ações ambientais de maneira interdisciplinar e prática. A presença das árvores que hoje servem para a realização de atividades no ambiente escolar, sob a orientação dos educadores, inspiraria os alunos a refletirem sobre a importância da conservação e preservação da natureza.

De acordo com Ávila (2008), o uso da vegetação nas práticas de educação ambiental é importante nas escolas, pois propicia o desenvolvimento de conhecimentos ecológicos e promove a prática de cuidado com o meio ambiente. Em estudo realizado por Rodrigues *et al.* (2023), os autores identificaram que crianças, na maioria das vezes, não percebem a importância da arborização escolar na qualidade de vida. No entanto, após ações educativas, houve uma mudança de comportamento e visão sobre espaços arborizados, além de um maior envolvimento no cuidado ambiental.

Guimarães (2005) afirma que “já é bem comum existir alguma prática que é reconhecida pela comunidade escolar como sendo de educação ambiental, contrastando com o

passado, quando era raro encontrar algo que se identificasse como educação ambiental em uma escola”.

Para Gaudiano *et al.* (2009), o estilo de pensamento ambiental crítico-transformador envolve uma visão mais ampla do processo educativo, compreendendo e analisando os problemas ambientais em suas múltiplas dimensões: naturais, históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas. Assim, não se limita a um pensamento único em que se procura manter o ambiente apenas por um ato de conservação, mas vai moldando o indivíduo, principalmente no contexto escolar, a uma ação que o leva a possuir um novo olhar, crítico e transformador.

Para os autores citados, esse modo de pensar tem uma visão abrangente (globalizante) sobre o meio ambiente, desenvolvendo-se de forma crítica, ética e democrática, capacitando indivíduos a se engajarem na busca por uma relação aprimorada com o mundo. Eles questionam as origens dos problemas ambientais e demonstram preocupação com os elementos específicos e suas interações no ambiente, construindo redes tanto visíveis quanto invisíveis ao seu redor. A abordagem transdisciplinar faz parte da Educação Ambiental, com sua abordagem holística, ampla gama de ações, e a essência da participação tanto individual quanto coletiva.

Contudo, considerando a realidade da escola estudada, verifica-se que há muito a ser feito para que a EA seja implementada de forma a proporcionar ao estudante em formação a preparação para atuar no campo social no qual participa como cidadão.

A BNCC define habilidades e competências para os discentes do Ensino Fundamental I (EF-I). Nessa esteira, ela evidencia a necessidade de desenvolver o estímulo ao pensamento lógico, criativo e crítico, bem como a capacidade de perguntar, argumentar, interagir e ampliar a compreensão como um todo, articulando-se na construção de conhecimentos e no desenvolvimento das competências:

2 - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

5 - Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BNCC, 2017, p.9).

A escola é o marco referencial onde a Educação Ambiental (EA) pode acontecer com

mais efetividade. O desafio está em definir as necessidades básicas ambientais locais para promover uma aprendizagem significativa. Além disso, é necessário traçar estratégias para envolver os estudantes, discentes e o corpo técnico e pedagógico escolar como um todo, fazendo assim acontecer o que nos direciona a BNCC.

Diante da análise dos dados obtidos, 39% dos docentes estudaram a disciplina de EA nas graduações e cursos técnicos que fizeram. Isso resultou em um diferencial nas práticas aplicadas por esses professores com seus alunos, que aprenderam sobre a EA. Segundo o professor B, ao cursar a disciplina de EA:

“Fiz a EA, abri mais a visão e tomei mais consciência e, às vezes, não dá importância a um assunto de extrema importância” (Professor (ª) B - Magistério/curso técnico).

Enquanto a Professora F desenvolve os conhecimentos adquiridos na disciplina de EA durante sua graduação, aplicando-os na prática a partir do contexto do ambiente escolar em que os discentes estão inseridos, ela relata sua prática da seguinte forma:

“Conscientizando os alunos a manterem o ambiente limpo, a partir da conservação e limpeza em sala de aula” (Professor(ª) F – Ciências Biológicas).

Por outra via, obtivemos 61% dos educadores que não cursaram a disciplina de EA em sua formação acadêmica. Dentre eles, o professor (ª) - J se destacou com a seguinte resposta:

“Tive muitos estudos sobre o assunto quando fiz magistério, inclusive vários cursos a respeito. E muito do que aprendi lembro e aplico até hoje, principalmente no que se refere ao meio ambiente e à cidadania” (Professor (ª) J - Letras)

Apesar de não ter cursado a disciplina de EA, os conhecimentos adquiridos em seu Magistério fizeram com que refletisse e colocasse em prática o que foi aprendido nos anos de experiência no processo de ensino. Por sua vez, a professora N também não cursou a disciplina de EA, porém ela trabalha o conteúdo com os alunos, conforme relatou:

“Procuro passar filmes, assuntos e confeccionar objetos que conscientizem os alunos a terem novos hábitos no seu cotidiano” (Professor (ª) N- Pedagogia).

A importância das práticas diferenciais dos professores está evidente quando se observa a diferença nas práticas dos educadores que, em algum momento, tiveram experiência em Educação Ambiental (EA) e a transformaram em ações práticas, mesmo que de forma limitada por um contexto ou situação pontual, como datas comemorativas, uma vez que a escola não inclui ações de EA em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Os demais professores trabalham a conscientização sobre os cuidados em casa, como

reciclagem, queima de lixo, consumo de energia e outras ações que envolvem a conservação da natureza. Eles consideram esses fenômenos como pontos primordiais para a conservação e a preservação da natureza, como uma forma de educação ambiental que pode ser desenvolvida em suas práticas docentes.

A inserção da EA deve promover avanços no processo educativo, porém, ainda se limita a disciplinas como artes, história, geografia e datas comemorativas. Observa-se que os educadores possuem algum conhecimento sobre EA em sua formação acadêmica, mas a formação continuada é necessária para o aprimoramento no desenvolvimento da educação ambiental no âmbito escolar.

Esses resultados nos fazem refletir que, mesmo após 30 anos da Constituição Federal Brasileira instituir o direito à EA e mais de 20 anos da PNEA definir a EA na educação escolar no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando da educação básica ao ensino superior, ainda existem no país escolas que necessitam implementar as políticas educacionais ambientais em conformidade com o que está estabelecido nos marcos legais e orientativos da Educação Ambiental.

Trajber & Mendonça (2007), em pesquisa intitulada “O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental”, realizada sobre a Educação Ambiental praticada nas escolas do ensino fundamental, tendo como referência os resultados do Censo Escolar 2001-2004, apresentou o cenário da Educação Ambiental nas escolas brasileiras. Em 2004, Rondônia figurava com uma taxa de cobertura para a Educação Ambiental em torno de 89%.

Segundo este estudo, nas escolas brasileiras o cenário de abordagem da EA ocorria por meio de três modalidades principais: Projetos, Disciplinas Especiais e Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas. No ano de 2004, a abordagem por meio de Projetos e Disciplinas Especiais teve um crescimento maior (90%), quando comparado ao ano de 2001, enquanto que a taxa de crescimento para a Inserção da Temática Ambiental nas Disciplinas foi de apenas 17%. As escolas das regiões Norte e Nordeste eram as que tinham menor tempo de inserção da EA naquele momento (até três anos), enquanto as das regiões Sul e Sudeste ofereciam EA há mais de 10 anos.

Desde aquele momento, tínhamos fragilidades na inserção da EA nas escolas da região Norte e, considerando o estudo aqui apresentado, podemos inferir que os desafios para a adoção da EA permanecem. Vivemos a incerteza das mudanças climáticas e o processo acelerado de urbanização que nos afasta da natureza, enfraquecendo o entendimento da relação de interdependência, só para mencionar alguns exemplos. Assim, é urgente a implementação de estratégias que oportunizem a abordagem da educação ambiental nas

escolas, nos moldes do que está preconizado nos documentos orientativos. As práticas pedagógicas da EA devem ser capazes de envolver os conhecimentos acadêmicos e absorver as experiências vivenciadas na escola e no cotidiano, estimular a resolução de problemas e o exercício do protagonismo e autonomia na vida pessoal e coletiva na construção da responsabilidade ambiental em prol da qualidade de vida e promoção de sociedades sustentáveis.

A BNCC propõe que, para o discente do Ensino Fundamental I (EF-I), há a necessidade de desenvolver o estímulo ao pensamento lógico, criativo e crítico, bem como sua capacidade de perguntar, argumentar, interagir e ampliar sua compreensão como um todo, articulando-se na construção de conhecimentos e no desenvolvimento de competências:

2 - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

5 - Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (Brasil, p.9, 2017).

Para Barba *et al.* (2020), a Educação Ambiental tornou-se um caminho na busca de reflexões e ações voltadas à busca de soluções para enfrentar a crise ambiental. É importante frisar que o discente, ao se locomover a caminho da escola, já faz consigo um trajeto de memória ambiental singular que, somado ao encontro com os demais colegas na escola, passa a oportunizar vivências natas de cada percurso.

As experiências sobre o meio ambiente que cada cidadão traz consigo possibilitam a associação ao conhecimento, permitindo que este seja pluralizado na escola e integrado nas práticas ambientais de sustentabilidade. Para Leff (2011), a racionalidade ambiental se constrói e concretiza numa inter-relação permanente de teoria e práxis, ou seja, a questão ambiental é incluída na sua problemática gnosiológica.

Essas reflexões ofereceram aos educandos a oportunidade de considerar novas maneiras de ressignificar as ações realizadas no passado, como o plantio de árvores e hortas, refletindo e concebendo ações que, se realizadas, impactarão na qualidade de vida hoje e nas gerações futuras. Os benefícios decorrentes do processo dessa inter-relação no ensino/aprendizagem provavelmente contribuirão para a implementação de novas práticas ambientais na escola, beneficiando as atuais e futuras gerações da comunidade escolar.

3.4 O conhecimento dos professores acerca das políticas ambientais

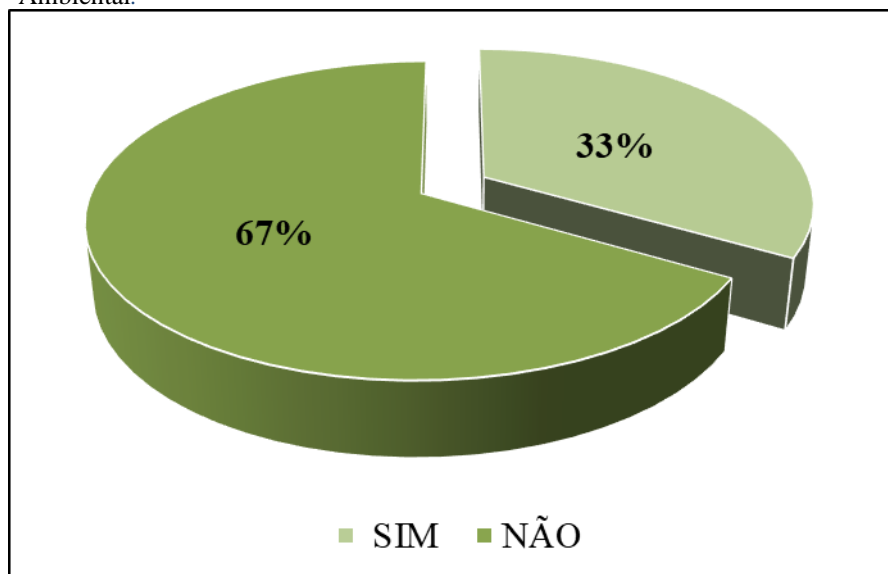
As políticas ambientais estão acessíveis a todos aqueles interessados em adotá-las, e, de modo mais direto, aquelas relacionadas à Educação Ambiental (EA) deveriam ser divulgadas e incorporadas durante a formação do professor, permeando sua prática educacional.

Independentemente da área do conhecimento em que o professor atue, ele deve incorporar as diretrizes das políticas educacionais em vigor. É fundamental a reflexão, adequação e proatividade para que essas políticas se efetivem no cotidiano das escolas. Não basta a aprovação das políticas de EA; o educador precisa ser um dos agentes para que elas se concretizem e cumpram com os objetivos para os quais foram propostas.

O educador precisa atualizar suas práticas em relação às questões ambientais. Neste contexto, a incorporação da EA promove a adoção de práticas sustentáveis no cotidiano, resultando em uma conscientização que motiva ações para combater as causas da crise global atual, configurada no aquecimento global, desmatamento, poluição dos mananciais hídricos, perda da biodiversidade, entre outros.

No entanto, 67% dos entrevistados não têm conhecimento relacionado às políticas e legislações que instituem, de forma obrigatória, a EA no ambiente escolar (Gráfico 1).

Gráfico 1: Percentual de entrevistados (18 professores) que se manifestaram sobre o conhecimento de políticas e legislações relacionadas à Educação Ambiental.



Fonte: Elaborado pela própria autora, com dados da Pesquisa de Campo, 2023.

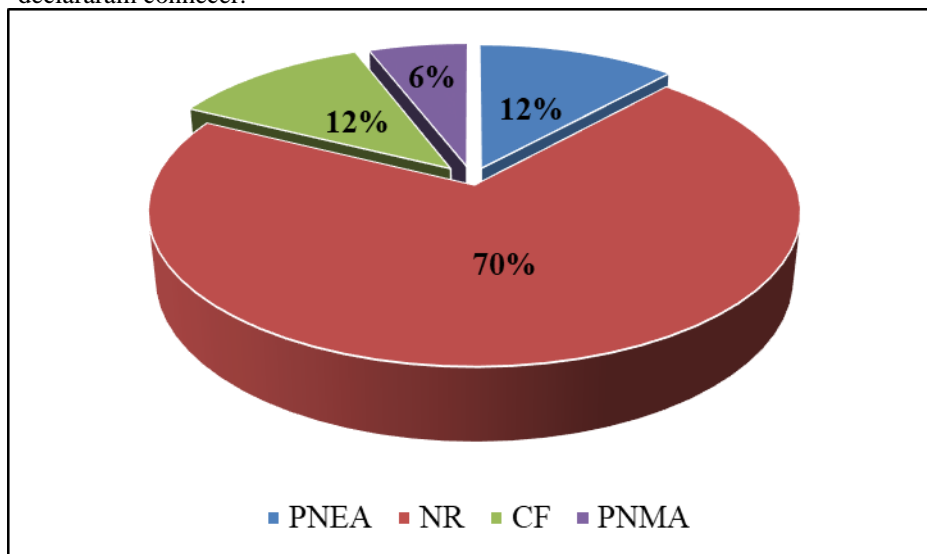
Nunes e Farias (2020), ao analisarem as percepções de professores a respeito da PNEA, constataram que a maioria dos participantes nunca havia lido o texto na íntegra e

tampouco discutido a respeito. Apenas um participante afirmou conhecer o texto, pois participou de especialização em EA. Ou seja, a falta de qualificação dos professores os deixa alheios aos instrumentos necessários ao desenvolvimento da EA na escola, bem como aos processos pedagógicos.

Assim, os professores e a comunidade escolar se limitam às datas comemorativas e ações pontuais sobre o meio ambiente, sendo necessário um investimento em qualificação e debates que criem condições de tempo e materiais no espaço escolar.

Dentre a minoria que declarou conhecer as leis e políticas ambientais, constatou-se que apenas 12% estão familiarizados com o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA), 12% com a Constituição Federal (CF) e 6% com o Plano Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Os resultados apontam uma falta de interesse em se informar sobre marcos legais e políticas que orientam a implementação da Educação Ambiental dentro das escolas, uma vez que 70% dos entrevistados não têm conhecimento de nenhuma das legislações mencionadas que norteiam a EA no contexto educacional (Gráfico 2).

Gráfico 2: Políticas e legislações acerca da Educação Ambiental que os professores declararam conhecer.



Legenda: NR = Nenhuma referência; PNEA = Plano Nacional de Educação Ambiental; CF = Constituição Federal; PNMA = Plano Nacional de Meio Ambiente.

Fonte: Elaborado pela própria autora, com dados da Pesquisa de Campo, 2023.

Isso nos leva a ponderar que a abordagem da Educação Ambiental nas escolas demanda uma ação imediata por parte dos gestores das políticas educacionais, visando promover o conhecimento das políticas e diretrizes acerca da prática de educação ambiental entre os professores. Estas leis são um conhecimento essencial a ser adquirido, pois são elas que subsidiam as práticas efetivas de Educação Ambiental no Brasil, fornecendo diretrizes

claras e objetivas sobre como promover a EA de forma eficaz.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e à promoção de processos de formação continuada em EA, sejam eles no âmbito formal ou não formal, todos os entrevistados demonstraram não saber da existência deste programa, evidenciando um profundo desconhecimento das políticas.

Neste contexto, é preciso destacar também a importância de a prática educativa estar em conformidade com o atual documento orientador da educação nacional. Considerando o contexto da pesquisa, deve-se levar em conta o que está estabelecido nos documentos estaduais que orientam a educação no estado de Rondônia, com destaque para as seguintes legislações: Lei N.º 4.611/2019, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental (Rondônia, 2019); Lei N.º 3.565/2015, que institui o Plano Estadual de Educação de Rondônia (PEE-RO, 2022); e o Currículo Rondoniense, regulamentado pela Resolução N.º 1.233/2018 e sua atualização em 27 de setembro de 2020.

O Plano Estadual de Educação Ambiental de Rondônia (PEEA-RO) aborda metas e estratégias para um decênio, de 2014 a 2024, assegurando à PEEA-RO a formação comum, voltada ao progresso no trabalho e aos estudos posteriores, e à importância de cumprir as etapas de ensino ambiental em todos os níveis. O estado de Rondônia realiza ações educacionais ambientais não formais pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM-RO) por meio de parceria com a SEDUC-RO, que por sua vez tem como parceiro o Conselho Estadual de Educação (CEE-RO) no direcionamento das ações para educação ambiental no estado.

O Referencial Curricular de Rondônia (RCRO) procura inserir as particularidades e contextos locais, sociais e individuais da escola e dos alunos no Estado. Para alcançar esse objetivo, foi fundamental a colaboração de profissionais que incluía professores, técnicos educacionais, coordenadores pedagógicos e especialistas com ampla experiência em sala de aula e profundo conhecimento de nossa trajetória. No entanto, as escolas das redes públicas e privadas terão liberdade para criar seus Projetos Pedagógicos com diferentes métodos de ensino, abordagens e avaliações adequadas às suas particularidades, levando em consideração a etapa de ensino e/ou modalidade oferecida, bem como as características regionais e locais de cada comunidade.

De acordo com o RCRO, para garantir o sucesso no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes em Rondônia, a Secretaria de Estado de Educação irá colaborar com a União e os municípios, buscando aprimorar as estruturas físicas das escolas, introduzir novas tecnologias educacionais, alinhar os materiais didáticos e as diretrizes de avaliação, e,

principalmente, investir na formação inicial e contínua dos professores para assegurar maior qualidade e igualdade no aprendizado dos estudantes rondonienses.

O RCRO passou por um processo de revisão a partir de uma ação de colaboração entre a Secretaria de Estado da Educação e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) de Rondônia. O objetivo foi garantir que todas as escolas, sejam elas públicas (estaduais, municipais) ou privadas, da Educação Infantil e Ensino Fundamental, sejam atendidas sem que sua autonomia seja comprometida e sem distinção entre as redes. O RCRO/RO recomenda que as práticas com EA no EF relacionadas à Educação Ambiental nos currículos de cada área de conhecimento e disciplinas específicas sejam implementadas de maneira que o conhecimento avance através da consolidação das aprendizagens prévias e da expansão das práticas com o uso de abordagens pedagógicas dinâmicas. Essas medidas devem garantir aos alunos uma progressão contínua de aprendizado entre as duas etapas do Ensino Fundamental: dos anos iniciais, do 1º ao 5º ano, e dos anos finais, do 6º ao 9º ano, visando fomentar uma maior integração entre elas. Essa transição é caracterizada por mudanças no sistema educacional, especialmente devido à diversificação das disciplinas, já que os alunos passam de professores generalistas nos anos iniciais para especialistas em diferentes áreas curriculares.

O Departamento de Educação discute a transição do Ensino Fundamental I para o Ensino Fundamental II, enfatizando a importância de um planejamento cuidadoso para evitar discontinuidades na educação dos alunos. A falta de planejamento pode acarretar dificuldades ao longo da trajetória escolar. Nesse sentido, é recomendado que o Projeto Político Pedagógico incorpore a Educação Ambiental em todas as disciplinas e níveis de ensino, visando fomentar a consciência ambiental de forma participativa, democrática e crítica. Essa abordagem contribui para a solução de questões socioambientais, fortalecendo tanto a aprendizagem quanto a comunidade escolar.

Em 2023, foi elaborado um Relatório de Avaliação do Programa de Educação Ambiental de Rondônia (PEE/RO) do ano de 2022. Destaca-se neste documento a importância de incorporar a Educação Ambiental nas esferas municipal e estadual, conforme estabelecido em suas metas e estratégias para o período de uma década até 2024. De acordo com o relatório, a Educação Ambiental no estado de Rondônia deve seguir as diretrizes da DCNEA (Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012) e estar alinhada com a meta 7.1 do Plano Estadual de Educação, que também aborda a inclusão da educação ambiental no currículo.

Além disso, o relatório destaca a necessidade de realizar ações como formação continuada, desenvolvimento de materiais pedagógicos específicos adaptados à realidade

sociocultural de professores e alunos, que valorizem a diversidade e promovam a participação democrática, abrangendo assim a educação ambiental. O documento apresenta as políticas de Educação Ambiental, como o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como referência para as práticas de EA em todo o país.

Assim, ele fornece informações sobre o que as leis, normas e diretrizes das políticas estaduais, federais e até municipais preconizam. Acredita-se que a Secretaria de Educação prioriza no Plano Estadual de Educação de Rondônia ações de EA para o estado. No entanto, durante a pesquisa, não foram encontrados registros de atividades formativas para os professores, o que em parte, poderia explicar as ações pedagógicas relacionadas à Educação Ambiental que são desenvolvidas com alunos do Ensino Fundamental I de forma pontual e disciplinar, divergindo do que preconizam as políticas de EA ao orientar a ação de forma sistêmica, transversal e interdisciplinar.

Quando perguntados sobre o posicionamento em relação às políticas de Educação Ambiental, os professores foram agrupados em três categorias:

a) Políticas educacionais ambientais: 22% veem falhas no sistema para a atuação efetiva de EA nas escolas, considerando-as limitadas a outros tipos de modalidades educacionais, como no caso da alfabetização, especialmente em um período pós-pandêmico (ano de 2021).

b) Políticas efetivas: 39% dos entrevistados acreditam que são importantes para a conscientização da população, mas afirmam que as leis são “lindas no papel” e que ainda estão longe de construir os valores como deveriam na sociedade.

c) Desconhecimento de políticas de EA: 33% dos educadores acreditam que as legislações são punitivas, não educacionais, e demonstram um desconhecimento das políticas educacionais ambientais.

Diante disso:

a) Políticas educacionais ambientais: Esta categoria visa os direitos dos cidadãos em conhecer as políticas no âmbito formal e não formal. No entanto, os profissionais tendem a aguardar um direcionamento para atuação no contexto escolar. Para 22% dos professores, essas políticas ambientais destacam que a educação ambiental precisa ser uma prática efetiva nas escolas e deve partir do sistema para sua efetivação, quando relatam que:

“Vejo que tem muita falha, porque a secretaria só foca na alfabetização”
(Professor (a) F – Ciências Biológicas).

“Serem trabalhados mais temas sobre as políticas de EA” (Professor (a) O - Pedagogia).

b) Políticas efetivas: Esta categoria refere-se às ações e práticas motivacionais para a Educação Ambiental. Embora o poder público estabeleça legislações, essas são insuficientes quanto à efetivação no processo da formação educacional.

“Que ações propostas pelos governantes sejam efetivadas” (Professor (ª) C - Pedagogia)

“São lindas no papel, mas na prática não acontecem” (Professor (ª) K - Pedagogia).

c) Desconhecimento de políticas EA: essa categoria aborda sobre a falta de conhecimento da educação sobre as políticas vigentes para a educação.

“Ela existe para punir, e não para educar, ajudar” (Professor (ª) E - Pedagogia).

“Não sei a aplicação, porque não acompanho” (Professor (ª) P - Pedagogia).

As práticas pedagógicas envolvem dedicação e méritos nas conquistas do espaço em que o educador atua, ramificando-se na escola através do empenho em suas didáticas, seja com os alunos, família, equipe pedagógica ou institucional.

Um professor deve ter em mente que, como mediador, o que faz deve ser feito com esmero. A prática pedagógica faz parte da didática, que eventualmente se constitui do interesse do profissional da educação em melhorar suas práticas por meio de capacitações e interesses que complementam aqueles que dependem delas como campo de aprendizagem, como os alunos e, posteriormente, a sociedade. A escola, em suma, é o campo considerado apto ao acolhimento daqueles que querem aprender ou desenvolver suas habilidades. Dela provém o ensino de qualidade que demanda o esforço pessoal dos educadores em implantar seus conhecimentos adquiridos na prática pedagógica de forma metodológica que contemple diferentes saberes, principalmente no que se refere aos conhecimentos de Educação Ambiental (EA).

Neste contexto, o posicionamento do professor em relação à EA na escola foi caracterizado em duas categorias:

a) Coparticipação Ambiental: Para 67% dos educadores, a EA na escola deve ser promovida por ações de equipes de apoio por meio de palestras, realização de eventos em EA, e políticas educacionais que deveriam acontecer ao longo do ano, abordando diversos temas por meio de políticas públicas.

b) Atuação Ambiental Escolar: Para 28% dos professores, a EA envolve projetos concretos que evidenciem as práticas coletivas nos bimestres, culminando em atividades com

a comunidade escolar, conhecimento das necessidades do bairro e um trabalho de conscientização com as crianças para que levem o conhecimento para suas casas.

Desse modo:

a) Coparticipação Ambiental: Esta categoria envolve parcerias que contribuem com as dinâmicas laborais nas atividades ambientais por meio de instrumentos, técnicas e meios que favoreçam o conhecimento da educação ambiental no espaço escolar. Essas parcerias ocorrem nos mais diversos aspectos sociais, morais, ambientais, culturais e políticos, sejam eles intuitivos ou não, visando o desenvolvimento do indivíduo que vive em sociedade.

“Equipes do IBAMA e Meio Ambiente, Palestras” (Professor ^(a) A – Educação Física)

“Deveria ter mais campanha” (Professor ^(a) Q – Pedagogia).

b) Atuação Ambiental Escolar: Esta categoria refere-se a momentos cruciais no que tange aos conceitos ambientais voltados aos aspectos formais da educação, podendo contextualizar a educação não formal no âmbito familiar, que é parte integrante da comunidade escolar.

“Fazer projetos, não apenas individuais, mas coletivos e bimestrais, com culminância e práticas” (Professor ^(a) H – Pedagogia).

“Projetos voltados para EA na escola, porque não tem, só nas datas comemorativas”
Professor ^(a) I – Letras.

Implementar a Educação Ambiental (EA) nas práticas pedagógicas escolares é de extrema importância, pois contribui para a mudança do indivíduo como agente ativo, promovendo um processo singular de sensibilização que se estende ao coletivo, resultando em autonomia por meio das habilidades e competências adquiridas no ambiente educacional, destacando-se nas questões ambientais presentes na sociedade.

Partindo da premissa da necessidade da EA no Ensino Fundamental I (EF-I), ela é entendida como um caminho pelo qual as pessoas e a sociedade desenvolvem princípios sociais, saberes, capacidades, posturas e aptidões destinadas à preservação do meio ambiente, patrimônio de todos, fundamental para a qualidade de vida saudável e sua perpetuação (PNEA, 1999).

Durante o tempo de experiência da prática docente, o que mais foi relevante aos professores sobre EA em suas respostas foi instituído em três categorias: a) Construção do conhecimento (22%); b) Mudança de comportamento ecológico (39%); e c) Sensibilização

ambiental (33%).

a) Construção do conhecimento: Esta categoria está relacionada ao processo de aquisição dos conhecimentos ambientais. No qual 22% dos professores destacaram que a aquisição de conhecimentos em EA, inserido no contexto educacional, influencia os estudantes no processo de ensino/aprendizagem, onde adquirem habilidades e conhecimentos, gerando autonomia que pode ser compartilhada por meio da coletividade social, desenvolvendo uma capacidade crítica como cidadãos de uma futura nação. Isso é afirmado na fala destacada: “Os alunos são futuros cidadãos, por isso eles têm que adquirir conhecimentos ambientais” - Professor(a) A – Educação Física.

No entanto, o docente tem o papel de ser mediador dos conhecimentos nas práticas ambientais que favoreçam o ato de “*ensinar os alunos a preservarem o meio ambiente, melhorando assim a sua qualidade de vida e cuidado com o meio em que vive*” - Professor(a) O - Pedagogia.

b) Mudança de comportamento ecológico: Para 39% dos professores, essa categoria está relacionada a mudanças comportamentais no indivíduo alcançadas por meio de conhecimentos curriculares e interdisciplinares no contexto escolar, que contribuem para a convivência social com autonomia em relação às questões ambientais.

Segundo Leff (2021, p.186), destaca que:

O processo interdisciplinar mobiliza a produção de novos conhecimentos, enquanto às disciplinas particulares lhes reste um potencial a desenvolver em seu intercâmbio com outros saberes enquanto continue vivo o impulso por saber, pensamento crítico e o movimento criador das ideias

A qual é afirmada através da fala que atitudes geradas no processo educacional apreendido podem “*Mudar o comportamento nocivo para o meio ambiente, também na sociedade*” - Professor (a) C - Pedagogia. Também por meio de práticas ambientais se pode melhorar o meio onde vivemos através da fala que a “*Educação Ambiental pode mudar hábitos, transformar a situação do planeta terra*” - Professor (a) E - Pedagogia. Atualmente, o planeta tem sido alvo de ataques humanos, “A degradação ambiental, o risco de colapso ecológico e o avanço da desigualdade e da pobreza são sinais eloquentes da crise do mundo globalizado” (Leff, 2021, p.9).

c) Sensibilização ambiental: Para 33%, essa categoria representa a sensibilização que gera uma consciência crítica no cidadão, mobilizando-o a exercer de forma consciente as questões relacionadas ao saber ambiental. A Carta de Belgrado ressalta que:

A sensibilização é um sentimento ou emoção que a escola pode provocar, uma

vez que a EA se destina a todos e é ofertada por meio da educação formal, da Educação Infantil até o Ensino Superior, inclusive na formação de professores e outros profissionais; e da não formal, que abrange todos os demais segmentos da população que dispõem de poder ou não nas áreas ambientais (Carta de Belgrado, 1975, p.5)

Nesta vertente, o processo educacional tem como papel educar o indivíduo para *“trabalhar a conscientização da conservação, reciclagem, não só com as crianças, mas com todos”* - Professor (a) F – Ciências Biológicas, pois é por meio de atividades práticas que se pode encontrar meios para sensibilizar o indivíduo, de forma a transformar suas atitudes em relação ao meio ambiente, afirmada em falas, como: *“conscientizar a importância de valorizar o que condenamos e o que jogamos fora”* - Professor (a) L – Pedagogia. Como assinala Sousa (2011), a educação ambiental nas escolas contribui para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade.

Para que a EA aconteça no espaço escolar, é importante que ela percorra um caminho de conhecimentos e, de forma singular, promova comportamentos e atitudes por meio de conceitos educacionais ambientais vivenciados. Diante disso, novos comportamentos e atitudes serão compartilhados coletivamente, favorecendo o bem comum.

Com isso, pode-se perceber que:

O conhecimento que temos sobre como se aprende nos obriga a focar a aprendizagem como um processo de crescimento individual, singular, em que cada aluno avança com um ritmo e um estilo diferentes. Se entendemos o ensino como um ato em que se propõem metas e ajudas personalizadas dificilmente pode se entender uma informação que não se contempla este processo pessoal ou que não relacione o processo em que cada aluno segue aos objetivos que consideramos que devem ser alcançados (Zabala, 1988, p. 213 e 214).

A partir desse contexto, que envolve escola e comunidade, questiona-se o que é preciso para alcançar um nível de autonomia e consciência crítica no discente, uma vez que ele é um agente ativo da sociedade, apto às práticas sociais para o futuro cidadão. Para o questionamento, construiu-se, a partir da visão dos professores, três categorias: a) conhecimentos para ações ambientais (33%); b) políticas ambientais da educação (17%) e c) pensamento reflexivo (50%):

a) Conhecimento para ações ambientais: Para 33% dos entrevistados, as abordagens das questões ambientais adquiridas na escola devem ser colocadas em prática na sociedade, por meio de atitudes pró-ambientais adquiridas no âmbito da educação formal, podendo se dar a partir de palestras, oficinas pedagógicas, entre outras, conforme as falas: *“Fazer na prática o que se ensina na sala de aula”* - Professor (a) K. – Pedagogia; *“transmitindo a importância*

do meio ambiente para a sobrevivência do ser humano” - Professor (a) M - Pedagogia. Nesse contexto, deve-se considerar que as ações humanas são responsáveis por uma variedade de questões ambientais atuais (Foltz, 2022).

b) Políticas ambientais da educação: com 17% do total. Essa categoria é voltada a questões políticas-ambientais em espaços escolares, como a questão do currículo e projetos que contribuam para a promoção de uma educação ambiental no espaço escolar interno ou externo. No entanto, a implantação da EA como uma disciplina é importante não apenas para existir, como salienta o (a) Professor (a) B - Magistério: porém “iniciando com a implantação da EA como uma disciplina importante não apenas para existir”, fazendo valer as ações das políticas de Educação Ambiental nas escolas, presentes na fala do (da) Professor (a) I – Letras, que menciona “projetos focados na EA e não apenas em datas comemorativas”. Conforme a CF/88 a educação ambiental é um direito de todos. Tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, é fundamental desenvolver uma consciência crítica que estimule a participação na tomada de decisões em conjunto, visando à formação de uma sociedade comprometida com a responsabilidade ambiental (Aquino, 2023).

c) Pensamento reflexivo: Essa categoria, com 50%, implica na profunda transformação do indivíduo, conduzindo-o a um novo pensar. No cenário atual, de crises ambientais, é importante que haja a promoção do pensamento reflexivo no âmbito da educação ambiental formal, como podemos abstrair na fala: “*comece a EA na educação infantil, até as universidades, que acompanhe da base para fazer a consciência ecológica nos alunos*” - Professor (a) E – Pedagogia, e reafirmada na fala que assinala que se “*trabalhar a conscientização na criança, fluirá o senso crítico, sobre preservar o meio ambiente*” - Professor R - Pedagogia. Sobre isso, Souza (2014) assinala que: A Educação Ambiental tem ganhado importância como uma opção educacional na formação de princípios que contribuam para sensibilizar a comunidade em relação às questões ambientais.

Em estudo realizado em Ji-Paraná - Rondônia, Silva *et al* (2020) buscaram caracterizar o cenário da EA no ensino básico e encontraram resultados semelhantes aos desta pesquisa, no qual os educadores informaram desconhecer a PNEA, que não realizam atividades com temáticas de sustentabilidade ambiental, e por fim, não se sentem preparados para aplicar ações e atividades na temática de EA em sala de aula. Barba *et al* (2020) levantaram as práticas de EA realizadas em escolas ribeirinhas do município de Porto Velho - Rondônia e observaram que esta se apresenta de forma tímida, apesar das relações sociais e afetivas com o lugar, e das bases da educação do campo. Entre as temáticas abordadas pelos professores, a mais citada foi em relação aos resíduos sólidos, pois trata-se de uma

problemática na comunidade, assim como ocorre na maioria dos centros urbanos do país.

Foi possível identificar que alguns professores realizam esforço para desenvolver ações que apontam como EA, porém, essas ações ainda são incipientes frente ao que preconizam as diretrizes da EA para a educação básica. As metodologias aplicadas pelos docentes não são apropriadas para a abordagem interdisciplinar e contextualizada. Talvez isso ocorra devido à deficiência em sua formação inicial e à ausência de formação continuada na área ambiental verificada neste estudo.

Como podemos notar, o trabalho com a EA na escola é incipiente, sendo necessária a adoção das abordagens preconizadas nas políticas e diretrizes nacionais de EA. Partindo desse pressuposto, fica o questionamento sobre como estarão as demais escolas dos estados periféricos brasileiros.

Considerando a realidade verificada neste e em outros estudos apontados no decorrer do texto, ainda precisamos de formação e animação do corpo docente e técnico das escolas para que a EA seja um elemento importante e sua abordagem se dê de forma adequada na educação brasileira.

4 CONCLUSÃO

Frente aos desafios ambientais e à crise que afeta o planeta, juntamente com outros fatores que impactam a natureza, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta essencial para promover a sustentabilidade. Nesse contexto, as escolas desempenham um papel fundamental, ao intermediarem o acesso ao conhecimento. O Ensino Fundamental I (EF-I) representa uma fase crucial para o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica. Considera-se que o indivíduo está em constante processo de aprendizagem e que, ao ter contato com o conhecimento, desde cedo, aumenta a probabilidade do desenvolvimento de uma consciência voltada para ações pró-ambientais.

Nesta pesquisa, foi analisada a maneira como as estratégias de ensino em sala de aula estão sendo orientadas para fomentar a Educação Ambiental, passadas três décadas desde sua introdução no marco regulatório brasileiro, e a conexão dessas estratégias com o que é recomendado nas diretrizes, leis e programas federais voltados à promoção da EA no país. Na análise, também foi considerado o que está estabelecido nos documentos educacionais do município de Rondônia, lócus da pesquisa, uma vez que as práticas pedagógicas e seus métodos, se adequadamente incorporados no Projeto Político-Pedagógico (PPP), possibilitam a construção e a implementação de uma consciência ambiental por meio de uma interação constante entre teoria e prática.

Considerando os dados analisados sobre as práticas dos professores em uma escola pública de ensino fundamental em Rondônia, foi evidenciado que a maioria dos docentes com mais de 20 anos de experiência e mais de 10 anos de formação acadêmica não recebeu Educação Ambiental como parte de sua formação inicial. Além disso, mesmo após 24 anos da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), esses professores não receberam formação continuada nesse tema. Eles costumam abordar questões ambientais por meio de atividades lúdicas e de sensibilização de forma pontual, focando, principalmente, em temas como reciclagem, lixo e poluição das águas. Ainda não conseguem integrar a Educação Ambiental de forma sistemática e constante em suas práticas pedagógicas, limitando-se a abordagens pontuais, principalmente em datas comemorativas.

No entanto, essa situação não se limita à sala de aula. O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola analisada, que foi revisado em 2019, também não aborda os desafios ou questões ambientais, nem menciona leis, normas ou diretrizes relacionadas à Educação Ambiental na escola. Isso não parece estar ligado às práticas dos professores, já que a maioria deles afirmou não conhecer o PPP da escola e, ainda mais preocupante, demonstrou

desinteresse em acessar o documento. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de destacar a importância do PPP e o quanto é estratégico promover ações para revisá-lo com a participação do corpo docente. Nesse sentido, foi elaborado um Guia como recurso para auxiliar a escola estudada na revisão do seu PPP, buscando incentivar a participação dos docentes e a inclusão do cenário contemporâneo onde as questões ambientais são importantes pilares das práticas educacionais.

Apesar da importância da questão ambiental nos dias de hoje, a abordagem dessa temática na escola em questão ainda é considerada discreta e longe de atender o que preconizam as políticas voltadas para promoção da EA no Brasil. A maioria dos professores parece não conseguir integrá-la de maneira sistemática em sua prática educativa, abordando-a de forma pontual, mesmo diante da orientação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que a considera um elemento essencial e constante no processo educativo. Ao analisar a percepção dos professores em relação à Educação Ambiental, nota-se que eles a associam aos princípios da natureza, à sensibilização ambiental e às ações e reações em relação ao meio ambiente, todas influenciando diretamente a qualidade de vida e a conscientização ambiental dos indivíduos. Assim, é necessário envidar esforços entre instituições de ensino superior e as secretarias estadual e municipais de educação para promover formação e estímulo para a incorporação da EA nas escolas, conforme os parâmetros já bem estabelecidos nas políticas públicas de EA.

Os professores têm uma perspectiva em relação a essas políticas, destacando que, para eles, a Educação Ambiental deve ser realizada na escola com a participação conjunta e envolvimento escolar. Através da ótica dos educadores sobre as políticas ambientais na escola, percebe-se a conexão com o pensamento crítico, os saberes para ações voltadas ao cuidado com o meio ambiente e às práticas educativas. É esperado que este estudo possa trazer benefícios para a escola pesquisada, assim como para o âmbito municipal, estadual, à sociedade e à comunidade acadêmica. A partir desta pesquisa, novas oportunidades de investigação e reflexão podem surgir, propiciando a evolução das práticas educacionais ambientais.

Os resultados obtidos neste estudo nos levam a refletir que, mesmo após três décadas da promulgação da Constituição Federal do Brasil que garantiu o direito à Educação Ambiental, e mais de duas décadas da Política Nacional de Educação Ambiental determinando que a EA na educação escolar seja desenvolvida nos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, abrangendo a educação básica, superior, especial, profissional e de Jovens e Adultos (EJA), ainda há escolas no país que precisam

implementar as políticas ambientais educacionais de acordo com o que é estabelecido nos marcos legais e diretrizes da Educação Ambiental. Os resultados aqui apresentados são importantes para motivar o poder público a criar estratégias que possam modificar essa realidade e para que os professores analisem suas práticas, contribuindo para estimular melhorias nas práticas pedagógicas educacionais alinhadas às diretrizes das legislações vigentes e ao processo de ensino-aprendizagem no contexto da Educação Ambiental.

Com o intuito de colaborar para a transformação do cenário em direção à implementação de práticas adequadas para promover a Educação Ambiental na escola investigada e, possivelmente, no sistema educacional municipal do Estado de Rondônia, é recomendável enfatizar a importância de valorizar e apoiar o professor na abordagem da Educação Ambiental. No Amazonas, o Programa Ciência na Escola, coordenado pela Fundação de Amparo à Pesquisa (PCE/FAPEAM), realiza essa tarefa com excelência, pois prioriza a formação contínua dos professores e estudantes do ensino fundamental no que diz respeito à educação científica nas diversas áreas, entre elas as relacionadas à temática ambiental. Esse e outros programas de incentivo levam os educadores a assumirem um papel de destaque no fazer pedagógico e podem motivar a formação e o envolvimento com a Educação Ambiental.

Uma revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola estudada é sugerida, com o objetivo de contextualizar o ambiente e as políticas e normas relacionadas à abordagem da Educação Ambiental no Ensino Básico. Para auxiliar nesse processo, propõe-se a divulgação do Guia para a Incorporação da Temática Ambiental no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das Escolas de Ensino Básico (Anexo II), elaborado como resultado deste estudo, com o intuito de auxiliar a escola investigada. Com a permissão prévia da direção da escola, o Guia poderá ser apresentado ao corpo técnico e professores que participaram da pesquisa. Também se sugere a disponibilização de um curso de atualização sobre as políticas e diretrizes da Educação Ambiental escolar e a formação de uma Comissão Escolar para debater maneiras de aprimorar a integração da Educação Ambiental na escola, conectando essas iniciativas ao seu Projeto Político-Pedagógico. Por meio do envolvimento da Secretaria de Educação e parceiros, poderia ser estabelecido um Programa de Formação Continuada e Incentivo à Promoção da Educação Ambiental direcionado a professores e gestores das Escolas de Educação Básica de Porto Velho-RO. Com o intuito de garantir a viabilidade financeira do mencionado programa, poderia ser ofertada formação inicial onde as primeiras oficinas motivacionais e cursos de conhecimentos fundamentais poderiam ser ofertados de forma presencial, seguida de uma etapa subsequente de aperfeiçoamento,

utilizando cursos, vídeos e materiais já disponíveis nos sites do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação e em outras plataformas públicas gratuitas que poderiam ser organizados e disponibilizados aos professores.

5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maria Ruzileila Tavares Ramos. **Relatório de Avaliação 2022: Plano Estadual de Educação de Rondônia**. Porto Velho - RO: SEDUC, 2023. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/RELATORIO-AVALIACAO-PEE-2022-FORMATADO-13.02.2023-1.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ALENCAR, Maria Ruzileila Tavares Ramos. **Relatório de Avaliação 2022: Plano Estadual de Educação de Rondônia**. Porto Velho - RO. SEDUC, 2023. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2023/02/RELATORIO-AVALIACAO-PEE-2022-FORMATADO-13.02.2023-1.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2024.

AQUINO, Bruna Aparecida Silva de; IARED, Valéria. Educação ambiental e BNCC: uma análise dos estudos publicados. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 10, p. 1-17, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/revisea/article/view/18244>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

AVILA, Angela Luciana de. A arborização como instrumento de educação ambiental no ensino fundamental. **Monografia** apresentada ao Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1051/Avila_Angela_Luciana_de.pdf?squence=1>. Acesso em: 26 mar. 2024.

BARBA, C. H. de; LIMA, M. S. da S.; NOBRE, R. da S. (2020). Práticas de educação ambiental em escolas ribeirinhas de Porto Velho, RO. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, 25(2), 207–232. <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v25i2.11548>. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11548/7735>>. Acesso em: 16 mai. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; DE GODOI BRANCO, A. B. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 29, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526/pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular - BNCC. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#introducao>>. Acesso em: 17 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n.º 01, de 5 de agosto de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 5 ago. 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n.º 11/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Brasília, DF. 2010. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN112010.pdf?query=LICENCIATURA>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.º 3, de 16 de junho de 2010. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, 16 jun. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n.º 7, de 14 de dezembro de 2010. Define diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio. Brasília, DF, 14 dez. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 8/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF, [data de publicação]. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN82012.pdf?query=resolu>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA. Resolução n.º 422, de 23 de março de 2010. Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais. N.º 1/92 a 42/2203 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.º 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

BRASIL. Decreto Estadual de Rondônia n.º 3.565, de 21 de novembro de 2002. Regulamenta o Artigo 180, Parágrafo 7º, da Constituição do Estado de Rondônia. Rondônia, 21 nov. 2002. Disponível em: <<http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/L3565.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Decreto n.º 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério da Educação. Brasília, DF, 21 dez. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <<http://www.ltr.com.br/loja/folheie/5673.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. Lei N.º 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 31 de mai. de 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, DF, 23 set. 1997. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=857557#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20tr%C3%A2nsito,do%20Sistema%20Nacional%20de%20Tr%C3%A2nsito.. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Lei N.º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1º out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF, 10 mar. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Lei Ordinária do Estado de Rondônia n.º 4.611, de 15 de outubro de 2019. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências. Porto Velho, RO, 15 out. 2019. Disponível em: <https://sapl.al.ro.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2019/9120/1_4611.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Disponível: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP n.º 14/2012. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, DF, [data de publicação]. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN142012.pdf?query=Educacao%20Ambiental. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de janeiro de 2012. Define normas para a oferta dos cursos de pós-graduação "lato sensu" por instituições de educação superior integrantes do Sistema Federal de Ensino. Brasília, DF, 17 jan. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP n.º 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de graduação e sequenciais) e para a formação continuada. Brasília, DF, 15 jun. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Educação Ambiental por um Brasil Sustentável. ProNEA, Marcos Legais e Normativos (Recurso eletrônico). Nadja Janke, Patrícia Fernandes Barbosa (Org.). 6.ª Edição. Brasília, MMA, 2023. 82p. Disponível em: <https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/4592/mod_data/content/23625/Educa%C3%A7%C3%A3o%20ambiental%20por%20um%20Brasil%20sustent%C3%A1vel%20ProNEA%20marcos%20legais%20e%20normativos.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Educação ambiental por um Brasil sustentável: PRONEA, marcos legais e normativos. Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Educação – MEC. Brasília, DF: MMA, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA): terceira versão. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Brasília Secretaria de Educação Fundamental. Ano: 1998, volume 9. Meio Ambiente e Saúde.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. Referencial Curricular do Estado de Rondônia. Porto Velho, RO, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/mpb-1233-2018_60d99d7c771dd.pdf?query=Documento%20Curricular>. Acesso em: 31 mai. 2024.

CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico: identidades e subjetividade na formação dos educadores ambientais.** In.: Sato, M. & Carvalho, I. C. M. (Org.) Educação Ambiental; pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. In.: **Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente.** Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico.** 4.ª ed. Cortez Editora, 2008.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução CONAMA n.º**

Disponível

em: <http://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=603>. Acesso em: 19 maio 2024.

FARIAS, Naira Paiva. Desenvolvimento infantil e a aprendizagem: estudo de caso no curso de Pedagogia. **Revista Communitas**, v. 7 n.º 16 (2023): Práticas educativas retratadas em experiências e pesquisas. Disponível em: <<https://periodicos.ufac.br/index.php/COMMUNITAS/article/view/7108/4359> > Acesso em: 21 dez. 2023.

FOLTZ, Bruna Luiza de Souza. **Psicologia ambiental: uma revisão sobre a importância do comportamento pró-ambiental**. 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23814>>. Acesso em: 22 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática social**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GAUDIANO, Edgar González & LORENZETTI, Leonir. Investigação em educação ambiental na América Latina: mapeando tendências. **Educação em Revista**. Belo HorizonteM v.25, n.03, p.191-211, dez. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edur/a/VcZV6yyGd4mkrs69PHJbNKK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Governo do Estado de Rondônia cria lei que institui a Política Estadual de Educação Ambiental. Disponível em: <<https://www.sedam.ro.gov.br/governo-do-estado-de-rondonia-cria-lei-que-institui-a-politica-estadual-de-educacao-ambiental/>>. Acesso em: 18 maio 2024.

GUIMARÃES, Mauro. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In.: MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Org.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2007. p. 85-9.

GUIMARÃES, Mauro. In.: **Identidades da educação ambiental brasileira**. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **IBGE**. Porto Velho. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/porto-velho.html>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

LIBANÊO, José Carlos. **Didática**. 2.^a ed. São Paulo, SP: Cortez, 2018. 288p.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. 2002. Disponível em: <<http://jbb.ibict.br/handle/1/494>>. Acesso em: 24 mar. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.^a ed. São

Paulo: Atlas, 2017.

MEDEIROS, Maria Franco Trindade; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **Dicionário Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia**. Recife: Nupeea, 2012.

MONTOYA, Adrián Oscar Dongo. **Teoria da aprendizagem na obra de Piaget**. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. 14.^a ed., revista e modificada pelo autor. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

MOTA, J. E. F. 2014. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA. **Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica**. Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares/Universidade de Brasília-UNB. Brasília, DF. 38p.

MOTA, José Eraldo Fernandes. **A educação ambiental no projeto político pedagógico da escola**. 2014.

MOTA, Silvio R. F. **Desenvolvimento Sustentável**. Vol. 4, n.º 1, maio de 2008.

MINAYO, M. C. (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

NUNES DE FARIAS FILHO, E.; DE OLIVEIRA FARIAS, C. R. Duas décadas da Política Nacional de Educação Ambiental: percepções de professores no contexto de uma escola pública de Pernambuco. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. V. 101, n.º 258, p. 22, 20 set. 2020. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/4648>. Acesso em: maio de 2024.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), 2024. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/>. Acesso em: 18 de jan. 2024.

OLIVEIRA, Lucas de; NEIMAN, Zysman. Educação ambiental no âmbito escolar: análise do processo de elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n.º 3, p. 36-52, 2020.

PAZ, D. T., HIGUCHI, M. I. G., ALBUQUERQUE, D. S., LIMA, A., & ROAZZI, A. (2021). Entendimentos sobre Natureza e Níveis de Conexão com a Natureza entre Professores/as da Educação Básica. **Currículo sem Fronteiras**, 20(3), 987-1005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - RO. GeoPortal - Bairros - Três Marias. Disponível em: https://geoportal.portovelho.ro.gov.br/bairros/tres_marias.html. Acesso: mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO - RO. Disponível em: <https://sempog.portovelho.ro.gov.br/>. Acesso em: 31 mai. 2024.

Projeto Vem pro Parque. **Conscientização ambiental em Guajará-Mirim**. Disponível em: <https://www.sedam.ro.gov.br/post/Ceam-segunda-edicao-do-projeto-vem-pro-parque->

promove-conscientizacao-ambiental-em-guajara-mirim>. Acesso em: 18 mai. 2024.

Referencial Curricular do Estado de Rondônia. **Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais**. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/referencial-curricular-do-estado-de-rondonia-ensino-fundamental-anos-iniciais-e-anos-finais/>>. Acesso em: 19 maio 2024.

RODRIGUES, Ana Beatriz Almeida; SANTOS, Fábio Manoel Almeida dos; GARCIA, Bruna Naiara Rocha; NETO, Raimundo Alves dos Reis; VIEIRA, Thiago Almeida. A importância da arborização urbana: a percepção de crianças no bairro de Santa Terezinha. **Educação Ambiental em Ação**. 2023. Disponível em: <https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=4483> > Acesso em: 12 jun. de 2024.

RUSCHEINSKY, Aloísio; COSTA, Adriane Lobo. In.: **Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente**. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SANTOS, Silvia Aparecida Martins dos. **Reflexões sobre o panorama da educação ambiental no ensino formal da Educação Ambiental no Ensino Fundamental**. P. 33, 2001.

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/coea/panorama.pdf#page=39>>. Acesso em: 24 abr. 2024.

SCHIRMANN, Jeisy Keli et al. **Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget**. In.: VI Congresso Nacional de Educação. 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_S_A9_ID4743_27092019225225.pdf>. Acesso em: 26 abril 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE RONDÔNIA. Referencial Curricular do Estado de Rondônia: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais. 2020. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/publicacao/referencial-curricular-do-estado-de-rondonia-ensino-fundamental-anos-iniciais-e-anos-finais/>>. Acesso em: 31 mai. 2024

SEDAM, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental, 2022. Disponível em: <<https://rondonia.ro.gov.br/sedam-realizou-acoes-de-conscientizacao-para-a-preservacao-da-natureza-aos-rondonienses>>. Acesso em: 21 de jan. 2023.

SEMDESTUR, Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho. As Três Marias. Jan. 2022. Disponível em: <<https://semdestur.portovelho.ro.gov.br/artigo/33633/praca-das-tres-caixas-daguA>>. Acesso em: 01 maio 2024.

SILVA, D. P. P.; MEDEIROS, P. S. M.; CARAMELLO, N. D. A. Percepção de educadores sobre aspectos da educação ambiental em escolas do município de Ji-Paraná/RO. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**. V. 11, n.º 6, p.688-699, 2020. DOI: <<http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.006.0055>>. Acesso em: abril de 2024.

SOUZA, Angelo Ricardo de. O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. **Educar em Revista**, n.º 48, p. 53-74, 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40602013000200005&script=sci_abstract>.

Acesso em: 05 fev. 2024.

SOUSA, Gláucia Lourenço de et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. **Revista Eletrônica Faculdade Montes Belos**, v. 4, n.º 1, 2011. Disponível em:

<<https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/educacao/artigos/A%20IMPORTANCIA%20DA%20EDUCACAO%20AMBIENTAL%20NA%20ESCOLA%20NAS%20SERIES%20INICIAIS.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SOUZA, Marina Cristina Cunha. Educação Ambiental e as trilhas: contextos para a sensibilização ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (REVBEA)**, 9(2), p. 239– 253, 2014. Disponível em:< <https://doi.org/10.34024/revbea.2014.v9.1807>>. Acesso em: 24

mar. 2024.

TRAJBER, Rachel; MENDONÇA, Patrícia Ramos (Org.). **Educação na diversidade: o que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental**. Edição eletrônica. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao5.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2024.

TRISTÃO, Martha. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. **Educação e Pesquisa** [online]. 2005, v. 31, n. 2 [Acessado 31 Maio 2024], pp. 251-264. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200008>>. Acesso em: 31 mai. 2024.

YIN, R.K. **Pesquisa Qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico]. Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso 2016.

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO
AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA
AMAZÔNIA - PPGCASA



TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada **“Prática docente após mais de 30 anos da instituição do direito constitucional à educação ambiental no Brasil: o caso de uma escola do Ensino Fundamental I no município de Porto Velho-RO”**, tendo como pesquisadora responsável a mestranda **Elieude Bacelar Matos**, estudante do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – da Universidade Federal do Amazonas – (PPGCASA/UFAM).

A pesquisa é orientada pela Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão, vinculada ao Instituto de Ciências Biológicas - ICB como Professora Adjunta e docente do PPGCASA da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, situada na Av. Gen. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200 - Campus Universitário Bloco T Setor Sul – Coroado | Manaus - AM | CEP: 69077-000 – Brasil. Telefone (92) 3305-1181, endereço eletrônico: <http://ppgcasa.sites.ufam.edu.br/>. Além, do contato institucional seguem os contatos da pesquisadora: (92) 98432-4848 ou elieudeufam2022@gmail.com.

A pesquisa tem como objetivo geral compreender a realidade da Educação Ambiental escolar, a partir da atuação docente, das práticas pedagógicas e das relações com as políticas da educação ambiental no Ensino Fundamental I, em uma escola municipal na cidade de Porto Velho, RO. Para tal, um dos objetivos específicos é analisar as práticas educacionais pedagógicas dos professores e gestores na promoção da educação ambiental, para isso foi elaborado um questionário com o intuito de fazer um levantamento sobre as práticas educacionais pedagógicas no processo de ensino e aprendizagem na educação ambiental escolar.

Quanto aos benefícios, a pesquisa possibilitará contribuições para o fazer pedagógico na prática docente de forma reflexiva, com vistas a proporcionar pensamento crítico e holístico sobre a prática da educação ambiental no contexto educacional do Ensino Fundamental. Espera-se que o estudo possa contribuir para uma aprendizagem significativa, por meio de estratégias didáticas, que poderão auxiliar no ensino da Educação Ambiental, mais especificamente, sobre a temática da prática docente na educação ambiental escolar.

Reiteramos que os (as) participantes têm o direito de retirar o consentimento a qualquer momento, independente do motivo e sem nenhum prejuízo, bem como não terão nenhum tipo de despesa nem remuneração ao aceitarem. A participação no estudo é **voluntária e gratuita**. Havendo dúvidas, essas poderão ser esclarecidas a qualquer momento tanto pelo(a) pesquisador(a) responsável, quanto pela própria instituição. Quaisquer outras informações e/ou esclarecimentos poderão também ser obtidas junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), situado na Rua Teresina, 495 – Adrianópolis, Manaus/AM - Escola de Enfermagem de Manaus - Sala 07. Contato: (92) 3305-1181 – ramal 2004; e-mail: cep.ufam@gmail.com.

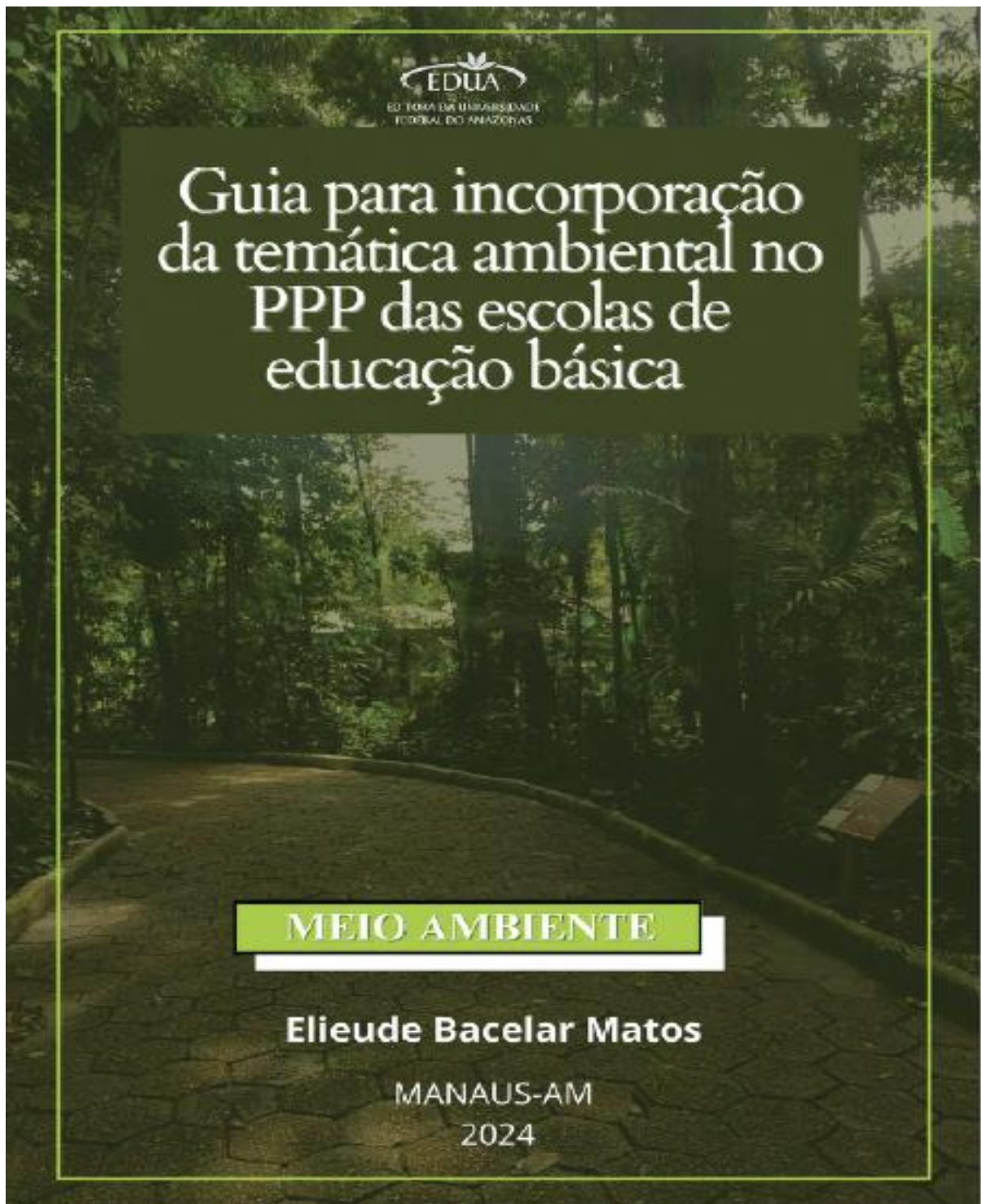
CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Concordo em participar da pesquisa “**Prática docente após mais de 30 anos da instituição do direito constitucional à Educação Ambiental no Brasil: o caso de uma escola do ensino fundamental I do município de Porto Velho-RO**”, fui devidamente esclarecido (a) pela mestrande Elieude Bacelar Matos, sobre o estudo a ser realizado, os procedimentos, bem como os possíveis riscos e benefícios. Estou ciente que toda informação por mim disponibilizado(a) será utilizada na investigação. Minha participação é voluntária podendo retirar meu consentimento a qualquer momento, sem qualquer tipo de impedimento, penalidade ou desconforto. Nesse sentido, autorizo a utilização das informações para o trabalho de pesquisa.

Porto Velho/RO, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do (a) participante voluntário (a)

ANEXO II – GUIA PARA (RE)CONSTRUÇÃO DO PPP ESCOLAR (CAPA)



EXPEDIENTE

Ministério da Educação - MEC

Camilo Santana | Ministro da Educação

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Sylvio Puga | Reitor

Profª Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe | Vice-reitora

Anderson Pereira | Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade do Amazonas - PPGCASA

Elieude Bacelar Matos

Mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA

Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão | Orientadora

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Instituto de Ciências Biológicas - ICB

Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia - PPGCASA

Equipe de Editoração

Produção e Elaboração:

Elieude Bacelar Matos

Revisão Textual e de Imagens:

Thaila Lorena Rocha da Silva

Revisão Técnica:

Profª Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão

Design e Diagramação:

Manoel Vieira de Carvalho Neto

Glenda dos Santos Luniere

Elementos Gráficos:

vecteezy.com, wikimédia commons, canva.com, pinterest.com



APRESENTAÇÃO

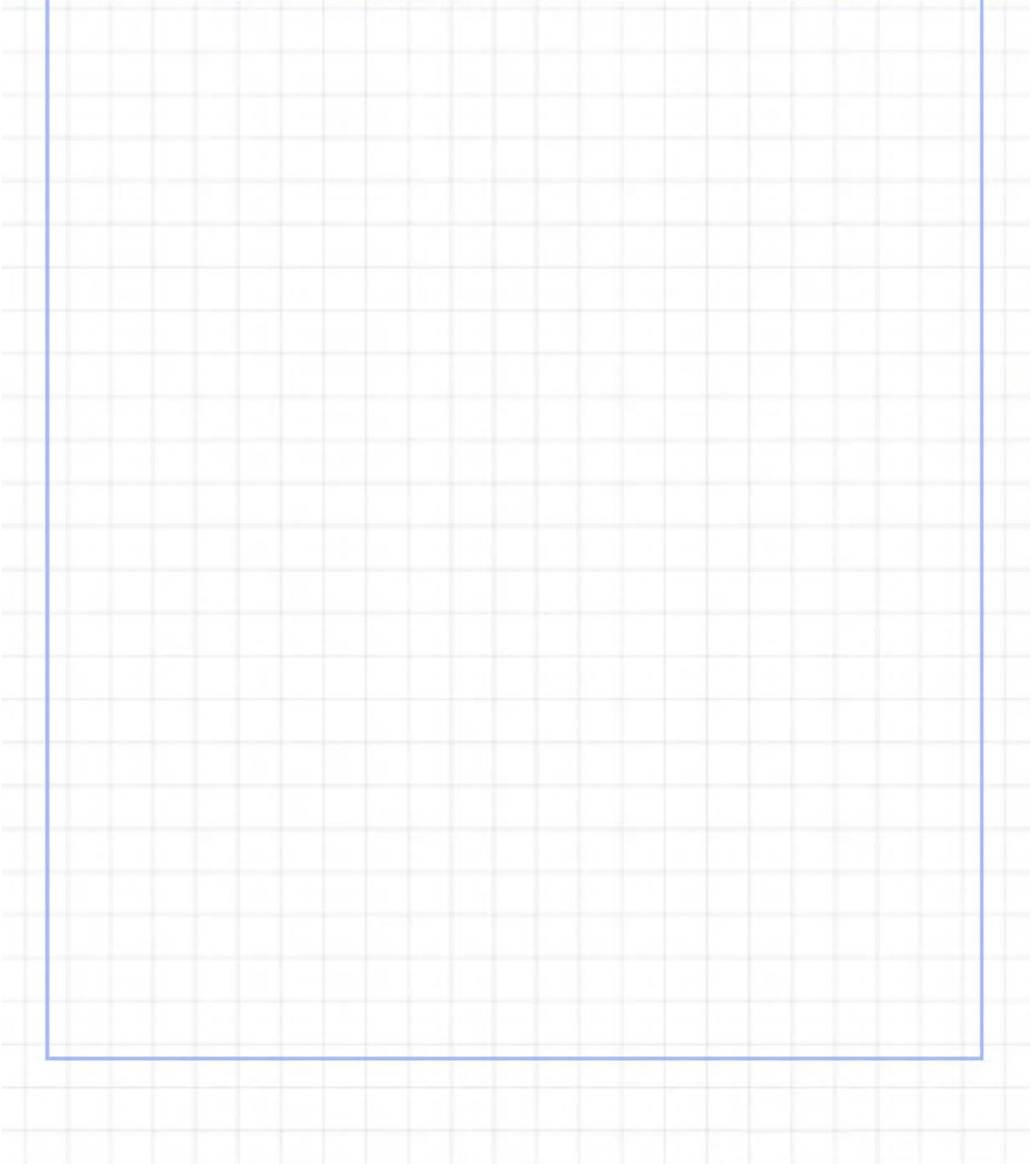
A Universidade Federal do Amazonas, por meio do PPGCASA, oferece aos seus estudantes de mestrado possibilidades interdisciplinares de pesquisa na área ambiental, visando a criação de meios que contribuam para a conservação dos recursos naturais na sustentabilidade.

A primeira edição visa orientar o processo de elaboração, revisão e avaliação das ações educacionais nas escolas públicas voltadas para as questões ambientais. Este guia detalha as etapas, chave para o processo de construção, bem como os fundamentos conceituais e metodológicos alinhados com os princípios da Educação Básica e as políticas ambientais em vigor, conforme estabelecido nos documentos orientadores da área.

Todos os direcionamentos são pautados por um processo de diálogo, interdisciplinaridade e colaboração. O Projeto Político Pedagógico (PPP) ser concebido como um documento que promove pertencimento, contemplando ações alinhadas com os objetivos, missão e valores da comunidade escolar e considerando o contexto atual, a inserção das questões ambientais.

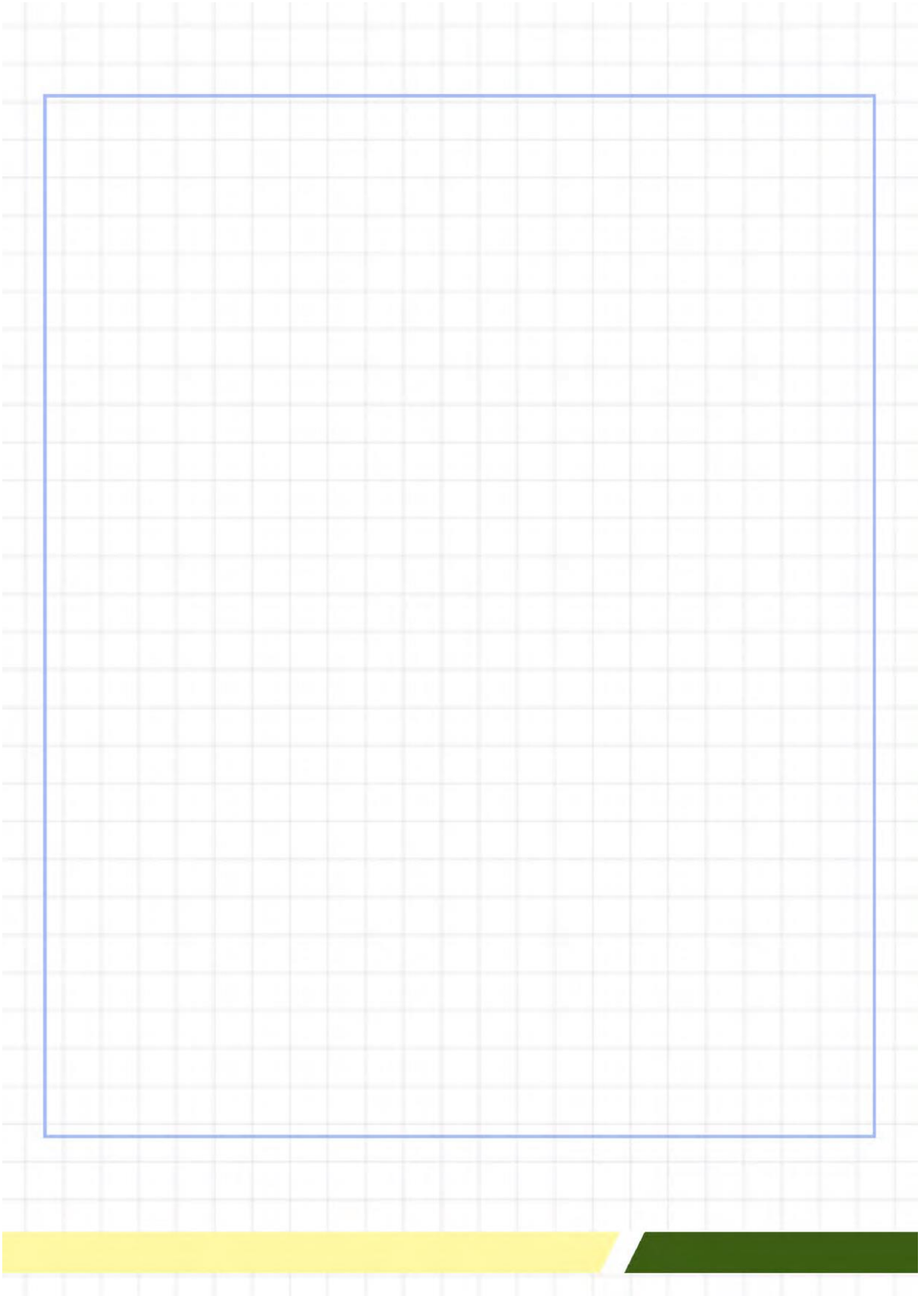
Ressalta-se a importância dos processos de acompanhamento e avaliação do documento, considerados elementos essenciais e democráticos para a construção de uma instituição sólida e transparente.

Portanto, é fundamental valorizar o envolvimento e comprometimento de todas as equipes das unidades educacionais. Almejamos, assim, que a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos seja conduzida com responsabilidade e empenho por todos os envolvidos, visando potencializar as ações de Educação Ambiental nas escolas públicas.



SUMÁRIO

1. Fundamentos Conceituais	7
1.1 Atributos do PPP.....	15
1.2 Metas do PPP.....	16
2. Bases legais	17
2.1 Constituição Federal de 1988.....	17
2.2 LDBEN – Lei Nº 9.394/1996.	17
2.3 Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA-Lei N. 9.795, de 27 de Abril de 1999.	18
3. Percursos para Elaboração do PPP no contexto da Educação Ambiental	19
3.1 Prefácio	21
3.2 Introdução para PPP	21
4. Panorama Geral da Unidade Escolar	22
4.1 Dados da Unidade Escolar	23
4.2 Contexto da Unidade Escolar	23
5. Construção prática e perguntas norteadoras	24
6. Infraestrutura Física e Ambientação	26
6.1 Quadro de servidores da unidade escolar	26
7. Pressupostos Filosóficos.	32
8. Pressupostos Teórico-Metodológicos	32
8.1 Concepções sobre Currículo	33
9. Avaliação do PPP	34
9.1 Cronograma para execução das ações em Educação Ambiental	34
9.2 Sugestões para o processo de construção do PPP	35
10. Normas para a Formatação do PPP	37
11. Simplificando o Projeto Político Pedagógico	38
11.1 Compreendendo o Processo de elaboração no contexto situacional.....	39
11.1.1 Descrição da realidade escolar	39
11.1.2 Ponto de referência conceitual.	39
11.2 Marco Operacional.	40
11.3 Propostas.	40
11.4 Ações importantes para construção do PPP.....	40
12. Indicações de Leitura	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	47



1. Fundamentos Conceituais

Uma educação de qualidade demanda intenção e envolvimento. Para isso, é necessário refletir e implementar princípios em consonância com as leis que referenciam o marco norteador educacional. Além de integrar toda a comunidade escolar, indagações sobre as etapas a seguir podem ser o ponto de eficácia. Dessa forma, as conversas, conceitos, discordâncias e pontos de vista que surgem nesse processo tornam o projeto também político, embora não ligado a partidos. O Projeto Político Pedagógico (PPP) orienta as atividades das escolas, contendo propostas, metas, estrutura pedagógica, princípios e a identidade da comunidade escolar.

O PPP é a bússula que define nossas metas e estratégias.



Ilustração canva.com

O PPP deve ser dinâmico, autônomo e contar com a participação ativa de todos os envolvidos. Almeja-se uma escola mais inovadora, que reflita e planeje suas ações, comprometendo-se com a realidade da educação no país e em harmonia com as necessidades locais. É essencial que essa escola promova os valores democráticos, como a liberdade de escolha e a igualdade de direitos na educação, dando relevância à inserção da Educação Ambiental no espaço escolar por meio do PPP.

É imprescindível indicar quem deve participar desse processo de construção do PPP. Segundo Gandim (2001) “O Planejamento Participativo é, de fato, uma tendência dentro do campo de propostas de ferramentas para intervir na realidade”, onde todos os membros devem fazer parte do contexto escolar: docentes, equipe técnica, equipe gestora, discentes e, principalmente, os pais.



Através do envolvimento coletivo na construção ou reconstrução do Projeto Político Pedagógico (PPP), os participantes têm a oportunidade de aprofundar seu conhecimento sobre a escola, compreendendo seu funcionamento, necessidades, desafios, projetos e ideais. Dessa forma, poderão contribuir significativamente para dar novos significados às práticas existentes na comunidade escolar como um todo. O PPP é um instrumento único para orientar ações no âmbito escolar. Portanto, é essencial estabelecer maneiras de garantir o sucesso dos alunos no processo do ensino e aprendizagem, além de definir os objetivos que a escola deseja alcançar nesse aspecto, conforme sugerido neste guia: “Fundamentos orientadores para construção ou readaptação do PPP.

Diante dos desafios que a sociedade contemporânea enfrenta tais como mudanças climáticas, desmatamento desenfreado, esgotamento dos recursos naturais e perda da biodiversidade, para citar apenas alguns exemplos, é necessário a preparação da sociedade para atuar diante da crise que assola nosso planeta.



Ilustração canva.com

Neste contexto a Educação Ambiental (EA) emerge novamente como um instrumento para a construção, da sustentabilidade. Assim, a escola exerce um papel importante por ser uma instituição transformadora capaz de proporcionar acesso ao conhecimento, discussões e reflexões que abordem esta temática de forma crítica e por gerar mudanças nas ações das pessoas.

Quanto mais cedo o cidadão em formação tem acesso ao processo de ensino-aprendizagem que envolva a sensibilização e o conhecimento acerca do funcionamento e do cuidado como meio ambiente, maior a chance de desenvolver uma consciência para ação pró ambiental. O acesso à educação é um direito fundamental para todos. Este guia propõe-se a assegurar a identidade da escola no contexto social presente através da adaptação ou construção do PPP, com direcionamento para a Educação Ambiental.



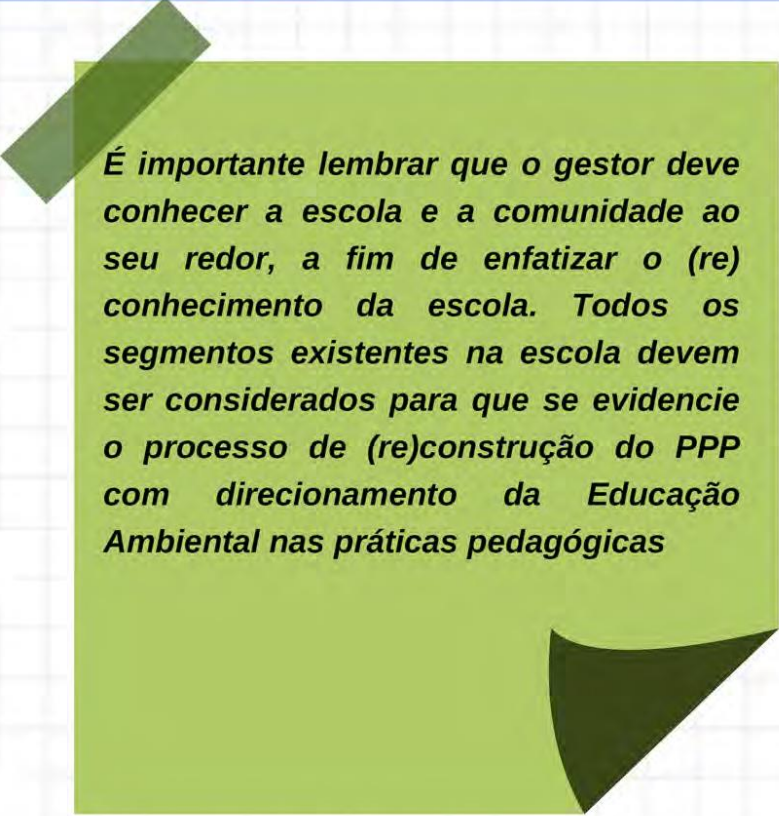
Ilustração canva.com

Questões importantes para elaboração do PPP

- 1** Partindo do princípio in loco e da situação vigente da escola, como se evidenciaria a melhor forma de comunicação entre a comunidade escolar?
- 2** O que seria comunicado por meio desta modalidade definida para a comunidade escolar em questão?
- 3** É coerente a forma de comunicação definida para todos os públicos da escola de forma única, ou seriam usadas comunicações específicas para cada público envolvido neste processo ?
- 4** Há uma demanda que exige recursos para este fim. O que seria viável ?
- 5** Onde e quais parceiros nos proporcionam estes meios de recursos físicos ou econômicos ?
- 6** Nesta fase, há uma demanda temporal que liga as necessidades de outros seguimentos, como a comunidade externa e interna da escola, aos fins de localização das necessidades e intervenções para as práticas educacionais ambientais. Quanto tempo seria disponibilizado a estes meios?

IMPORTANTE





É importante lembrar que o gestor deve conhecer a escola e a comunidade ao seu redor, a fim de enfatizar o (re) conhecimento da escola. Todos os segmentos existentes na escola devem ser considerados para que se evidencie o processo de (re)construção do PPP com direcionamento da Educação Ambiental nas práticas pedagógicas

ilustração canva.com

Assim, observamos com precisão a escola que queremos, diante do contexto em que está inserida, de acordo com seus sujeitos e o que se espera que esses sujeitos busquem na atividade relacional de seus membros quanto aos anseios desta comunidade escolar (pais, alunos, professores). Nesse sentido, evidenciamos a importância de colocar em prática as abordagens abaixo descritas.

Pontos essenciais para a construção e adaptação do Projeto Político Pedagógico (PPP)

<p>Igualdade</p>	<p>Requer que se assegure a todas as pessoas o acesso à educação. É um princípio assegurado pela Constituição Federal.</p>
<p>Propriedade</p>	<p>Inserir no contexto escolar como pauta de qualidade de forma igualitária, sem honrarias privilegiadas ao estudante.</p>
<p>Gestão Democrática</p>	<p>É o agente que assegura o acesso e a efetividade de todos os agentes comunitários e escolares às ações pedagógicas e técnicas administrativas da escola. De acordo com VEIGA (2013, P.18), a gestão participativa é um princípio essencial estabelecido pela Constituição atual, que abrange os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros. Isso requer uma transformação histórica na administração escolar, envolvendo lidar com questões de exclusão, reprovação e evasão escolar, que têm contribuído para a marginalização das camadas menos favorecidas da sociedade. Esse compromisso implica na criação coletiva de um Projeto Político Pedagógico direcionado para a educação das classes populares</p>
<p>Independência</p>	<p>O princípio da autonomia é uma competência da BNCC e deve ser promovido por todos os envolvidos no contexto educacional, por meio de ações e práticas que dimensionem a participação na integralidade social. Não se restringe apenas à formalização de documentos, mas se faz presente no ato de agir.</p>

Valorização dos profissionais da educação

Faz-se necessária a formação continuada nas ações previstas para garantir a qualidade do ensino, o mérito e o êxito no processo de ensino-aprendizagem. Isso está associado às demandas sociais e ao processo de formação inicial e continuada dos servidores, docentes, entre outros. Isso leva a uma condição de trabalho adequada, uma vez que promove o aperfeiçoamento para práticas garantidas no PPP.

Diante dos fundamentos que orientam a construção do PPP, abordando os pontos essenciais para este processo construtivo das boas práticas que evidenciam a escola como um todo em sua representatividade, estão os atributos que delineia as características e os conceitos que diferenciam o fazer pedagógico em uma dimensão em que a formação continuada também contribui para a qualidade da educação almejada na escola



Ilustração canva.com

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos. (VEIGA, 2013, p. 20).

1.1 Atributos do PPP

Nesta etapa, a escola necessita exercer sua autonomia ao propor iniciativas singulares que abordem as particularidades da instituição, visando estruturar as práticas pedagógicas da Educação Ambiental.



“Prioriza-se o processo de ensino-aprendizagem, em conformidade como desenvolvimento de habilidades e competências conforme definido pela BNCC (2018), garantindo a melhoria do ensino e aprendizagem”.

Características	Concepções
Dimensão	Deve contemplar todas as atividades e projetos articulados no PPP, sejam elas no âmbito da diversidade, da inclusão, ambientais, sociais e culturais, de forma ampla a todas as necessidades singulares do processo escolar
Tempo/ extensão	Ações que devem estar adequadas a um período, onde se estabeleçam e discriminem momentos de reflexão sobre as ações, verificando se são coerentes ou se há necessidade de um novo parecer ou de modificações de práticas em busca da qualidade. É necessário estabelecer um marco para referenciar as ações realizadas, seja no início do ano ou ao final, com possibilidades de novas ações ou não, independentemente das necessidades de atuação do momento ou do cenário global da sociedade.

Envolvimento

A coletividade e a interação são importantes, devendo ser participativas e democráticas, envolvendo todos os inseridos no contexto escolar, direta ou indiretamente, bem como a participação dos pais e parcerias de órgãos ou repartições, quando necessário.

Corporificação

A constante revisão das práticas é uma das ações que interligam e evidenciam novas práticas e ações do (PPP), em uma efetividade que englobe as ações presentes com o descrito no PPP, em uma dinâmica rotativa.

1.2 Metas do Projeto Político Pedagógico

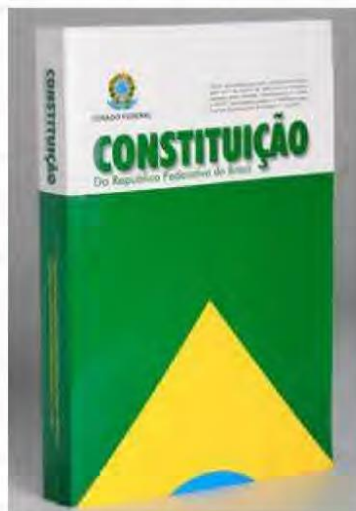
As metas do PPP têm como finalidade assegurar-se na vertente que se propõe às práticas e necessidades da comunidade escolar. Devem estar associadas às normativas e leis vigentes para o ensino de qualidade, considerando os elementos norteadores das práticas e atuação na educação básica, de forma a finalizar as boas práticas, gerando autonomia e independência ao estudante, como parte do meio e como cidadão crítico e construtivo de ideias inovadoras, principalmente no que diz respeito à Educação Ambiental.

Para isso, é necessário realizar análises das e físicas, humanas ou organizacionais em busca de aprimoramento de práticas pedagógicas com equidade, promoção de acesso à Educação Ambiental, uma urgência o cenário global atual. Responder aos questionamentos que possam ser levantados nos momentos em que se concretizam as atividades e projetos na escola, integrando ações de âmbito nacional (PNEA) e local (necessidades do contexto escolar inserido), buscando ressignificar o espaço educacional conforme propõem as legislações educacionais como a BNCC e PNEA.

2. Bases Legais

2.1 Constituição Federal de 1988

No artigo 205, a Constituição trata da educação como um direito de todos, tendo como objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para exercer sua cidadania e o trabalho. Nesse sentido, foi um passo importante para pensar a Educação Ambiental (EA), podendo alcançar a todos. No artigo 206, inciso I, é explicitado o direito à igualdade para que todos



Constituição da República Federativa do Brasil. - Foto: Beto Oliveira/Senado Federal - wikimediacommons

possam frequentar e permanecer na escola. O Inciso IV trata da valorização dos profissionais da educação. Em todo o artigo 206 ficam bastante claros os princípios norteadores que devem compor o Projeto Político Pedagógico.

2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei N° 9.394/1996

Em relação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – LEI N° 9.394/1996, em seu Art. 12º, parágrafo I, a lei determina que os estabelecimentos de ensino têm a responsabilidade de elaborar e implementar sua proposta pedagógica, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino.

O artigo 13 determina que os professores participem ativamente na elaboração da proposta pedagógica da escola desenvolvendo e cumprindo um plano de trabalho de acordo com essa proposta. O artigo 14 explicita que é papel dos sistemas de ensino estabelecer as diretrizes para uma gestão democrática, levando em conta o contexto no qual estão inseridos e partindo do princípio de que os profissionais da educação, a comunidade escolar e os conselhos ou órgãos equivalentes devem contribuir na elaboração do projeto pedagógico.

2.3 A política Nacional de Meio Ambiente Lei N° 9.795/1999

A lei dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e estabelece outras providências. Nesta Lei, estão contidas as diretrizes para a União, Estados e Municípios quanto aos princípios norteadores da prática escolar com a Educação Ambiental no espaço escolar.

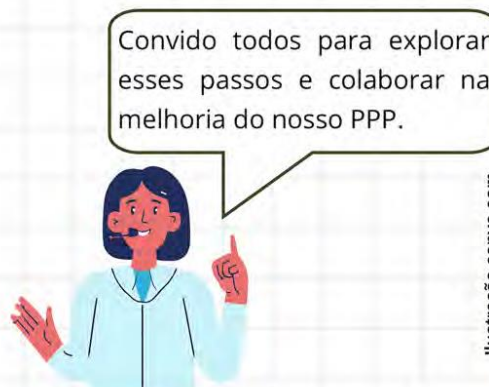


Póstico lei de acesso a informação - Foto: Almanaque Lusofonista - wikimediacommons

Assim, nesta resolução estão incluídas diretrizes que irão orientar os envolvidos na elaboração e na execução do Projeto Político Pedagógico. Dessa forma, há a necessidade legal de atuar dentro das escolas com a Educação Ambiental seguindo as políticas e diretrizes para a educação, como desdobramento do PPP.

3. Percursos para Elaboração do PPP no contexto da Educação Ambiental

No intuito de auxiliar a escola na reestruturação ou elaboração do PPP, este guia disponibiliza passos estruturais, contendo partes a seguir em três ângulos:



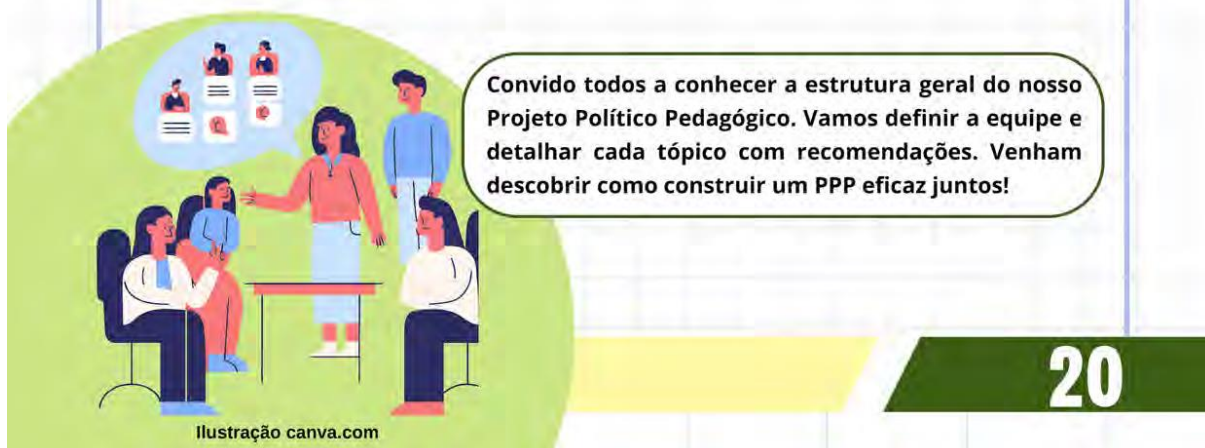
1. **Quadro situacional-** Nesta etapa, devem ser estabelecidas as características da escola e do público escolar. Deve-se considerar quais critérios necessitam ser implementados de acordo com o aspecto socioeconômico vigente da comunidade escolar, que podem ser fatores determinantes na contribuição do processo de ensino-aprendizagem mediante as práticas com Educação Ambiental. Assim, favorece a descrição identitária da escola nos aspectos de atuação dos fatos relevantes ou não que se pretende manter ou alterar para efetivar a Educação Ambiental na escola.

2. **Aspectos conceituas-** Estão relacionados s ao embasamento teórico em que este Guia se propõe ao final dar indicação de leituras sobre estas teorias que promovam e justifiquem as ações da escola em Educação Ambiental, embasadas nas leis vigentes de nosso país para educação, seja ela de forma geral ou específica na atuação.

com Educação Ambiental no espaço escolar. Nisto, a escola parametriza suas ações baseadas em conceitos legais das legislações que regem e direcionam as normativas educacionais para efetivar suas práticas.

3. Operacionalização escolar- Descrição Dinâmica das ações e projetos que delineiam a maneira de trabalhar com as práticas de Educação Ambiental, ponto inicial e final dessas ações, impactos e trajetos a serem percorridos no contexto da aprendizagem, avaliação e novos rumos a seguir com metas e objetivos estabelecidos a serem alcançados. Isso deve considerar as estratégias, elementos e recursos envolvidos nesse processo, levando em conta o cenário atual da escola em relação aos questionamentos **“QUEM SOMOS COMO ESCOLA ?”**, nos aspectos conceituais **“O QUE DESEJAMOS ?”**. A operacionalização escolar deve responder à pergunta **“COMO FAZER ?”**.

Esse procedimento deve ocorrer de forma clara na efetividade de sua elaboração, sendo crucial a definição da equipe responsável pelo desenvolvimento do PPP (coordenador pedagógico, gestores, representantes escolhidos continuamente pelos professores, pais, alunos e demais colaboradores, parceiros). Por conseguinte, a seguir, apresentaremos a estrutura geral estabelecida para o PPP. Em seguida, será apresentado o detalhamento de cada um desses tópicos, com recomendações para operacionalização e sistematização.



3.1 Prefácio

O texto do prefácio deve descrever de forma geral as motivações e a importância do documento no contexto das ações de Educação Ambiental para o Ensino Fundamental.

Além disso, é importante informar a realização do meio pelo qual foi elaborado e analisado o PPP. É fundamental que o prefácio contemple os aspectos e procedimentos no componente de forma geral e em apenas uma lauda.

3.2 Introdução

A introdução precisa expressar a finalidade do Projeto Político Pedagógico (PPP), estabelecendo sua função no contexto definido pelo documento orientador das ações escolares de acordo com as diretrizes e bases educacionais vigentes. Nesse contexto, é essencial abordar de maneira clara e sucinta a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), destacando o desenvolvimento nos capítulos do PPP com práticas educacionais ambientais, com foco holístico e sustentável, especialmente no que se refere à proteção do meio ambiente. Também é importante descrever o processo de implementação do PPP, estabelecendo conexões com o regimento escolar.

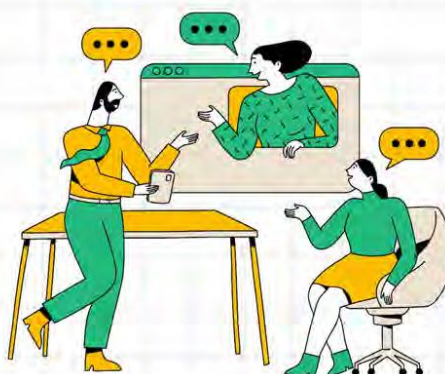


Ilustração canva.com

4. Panorama Geral da Unidade Escolar

Neste momento, a equipe responsável pela elaboração do projeto pedagógico deve descrever a escola em relação à sua organização, abrangência, caracterização e formas de atuação. Recomenda-se apresentar, em dois ou três parágrafos, o papel da unidade



escolar em relação às práticas de Educação Ambiental, fornecendo informações gerais sobre a criação das unidades e suas contribuições para a sociedade.

Nome do órgão:

Obs: (Qual Secretaria a escola é vinculada)

CNPJ:

XXXX

Endereço:

XXXX

Bairro:

XXXX

CEP:

XXXX

Município/ UF:

XXXX

Contato/ fone:

XXXX

Endereço eletrônico:

XXXX

Fonte: Adaptado - Cetam - 2017

4.1 Dados da Unidade Escolar

Nome da Escola	
Endereço:	
Bairro:	
CEP:	
Cidade:	
Contatos:	
Endereço eletrônico	
Redes Sociais	

Fonte: Adaptado - Cetam - 2017

4.2 Contexto da Unidade Escolar

Nesta etapa deverá conter um histórico que descreva o processo da criação do CNPJ, nome da instituição e suas especificidades (público alvo, população dados que mostrem a contextual idade escolar).



br.pinterest.com

5. Perguntas norteadoras para a construção do PPP

Passo 1: Alinhar os valores com a missão e visão da Escola, buscando a transformação e a sustentabilidade na perspectiva da Educação Ambiental no PPP.



Ilustração canva.com



Ilustração canva.com

Passo 2: Personalizar os valores de acordo com a realidade e visão de sociedade e educação de cada unidade, potencializando suas ações em prol da preservação ambiental.

Passo 3: Apresentar os valores em formato de expressões explicativas, valorizando e explicitando para toda a comunidade escolar o compromisso com a educação ambiental.



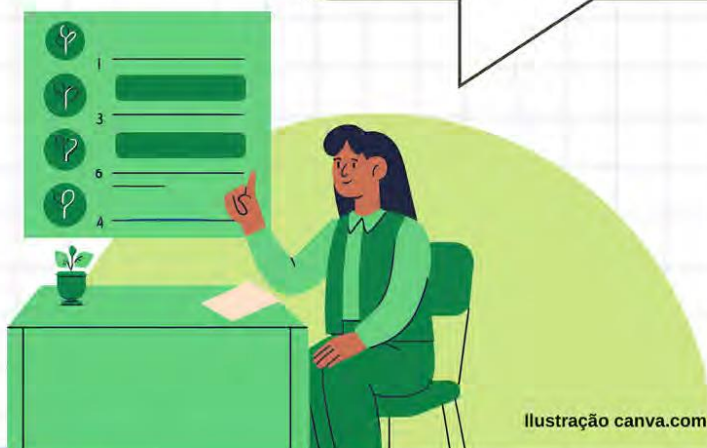
Ilustração canva.com

Passo 4: Ao elaborar os primeiros marcos referenciais. As equipes devem pensar em questões como:

- Para que a Escola existe em termos de Educação Ambiental?
- Quem devemos alcançar para promover a conscientização ambiental?
- Quais são as nossas metas em relação à preservação do meio ambiente?

- O que queremos nos tornar como agentes de transformação ambiental?
- Como alcançar nossas metas de sustentabilidade ambiental?
- O que norteia as ações da nossa escola no contexto da educação ambiental?
- Quais as responsabilidades sociais relacionadas à preservação do meio ambiente?
- Em que direção devemos apontar os esforços para promover a educação ambiental?
- Quais são as ações prioritárias de Educação voltadas para a preservação ambiental?

Essas questões nos ajudarão a definir propósitos claros, estabelecendo metas e garantindo ações eficazes. Vamos juntos construir caminhos sólidos para nossa escola ser um verdadeiro agente de transformação ambiental.



6. Infraestrutura Física e Ambientação

Neste item é necessário apresentar as instalações gerais da Unidade (salas de aula, coordenação, orientação, direção, secretaria, sala de reuniões, cantina, etc.).

É IMPORTANTE INSERIR O QUADRO COM OS DADOS DOS SERVIDORES DA ESCOLA (NOME; FUNÇÃO; ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO)

Ilustração canva.com



6.1 Quadro de servidores da unidade escolar

Nome	Função	Escolaridade

Observação: no quadro abaixo deverá se definir os temas voltados à Educação Ambiental, o que será definido no processo de aprendizagem para cada Série/Ano de Estudo.

Temáticas sobre EA: Obs: Indicar que temas serão abordados em cada série	Série/ Ano Obs: Indicar a série de estudo	Carga Horária
	1° ANO	XXX
	3° ANO	XXX
	4° ANO	XXX
	5° ANO	XXX
	AEE	XXX

Disciplinas e Eixos Temáticos para cada Série

ANO/ SÉRIE	PORTU GUÊS	MATEMÁTICA	HISTÓRI A	GEOGRAFI A	ARTE	ED. FÍSICA
1°EF...						
2°EF...						
3°EF...						
4°EF...						
5°EF...						
6°EF...						

Importante! Observar os conteúdos interdisciplinares que envolvam a Educação Ambiental para cada série aplicada às disciplinas. Pode-se delimitar a carga-horária.

- Dados quantitativos de alunos por Série/ Ano vinculado ao período letivo de pelo menos cinco anos .

Quantitativo de Alunos por Série / Ano					
Série/ Ano	2020	2021	2022	2023	2024
1º ANO					
2º ANO					
3º ANO					
4º ANO					
5º ANO					
AEE					



Ilustração canva.com

- **Apoio Interno / Externo:** é importante delimitar quais parceiros estarão envolvidos e quais ações serão realizadas no desenvolvimento do projeto, relacionadas à Educação Ambiental. Deve-se considerar se serão apenas agentes internos ou se haverá a inclusão de parceiros externos, tais como SEMEDE, SEMA, SEDAM, entre outros

Parceiros	Ações Relacionadas à parceria (Inserir: Financeiros; Palestras; outro tipo de apoio)

- **Rendimento escolar:** descrever o quantitativo de alunos retidos e evasão por ano/série, pelo menos dos últimos cinco anos.

DADOS GERAIS

Período de Análise: / / a / /

Ano Letivo	Série/ Ano	% Aprovados	% Reprovados	% Evadidos
2020	1° ao			
2021	5° e			
XXX	AEE			

DADOS POR TURNO

Período de Análise: / / a / /

TURNO	% Aprovados	% Reprovados	% Evadidos

- **Indicadores de Qualidade:** descrever o processo de avaliação da escola com os alunos e como eles serão avaliados, com base em autores que justifiquem essas delimitações. Nesse processo, é possível avaliar, além do desempenho dos alunos, as práticas educacionais efetivas que definem os indicadores de qualidade do ensino, incluindo aspectos comunitários e a avaliação do atendimento às demandas sociais, especialmente no que se refere aos projetos educacionais ambientais.

Importante! Para se avaliar os indicadores da qualidade de ensino da escola, poderá utilizar-se de questionários:

Questionários aos Discentes	Questionários para os Docentes	Questionários aos demais funcionários
No que se refere ao ensino, expresse sua satisfação ou insatisfação em relação a cada um dos indicadores propostos.	Na esfera do ensino, especifique o grau de satisfação ou insatisfação experimentado em relação a cada um dos indicadores propostos	Na esfera do ensino, especifique o grau de satisfação ou insatisfação experimentado em relação a cada um dos indicadores propostos.
Em relação ao ambiente de relações humanas, aponte o nível de satisfação que você sente em relação a cada um dos indicadores.	Quanto ao ambiente e condições de trabalho, indique o seu nível de satisfação ou insatisfação em relação a cada um dos indicadores	No que diz respeito à organização institucional, indique o seu grau de satisfação ou insatisfação em relação a cada um dos indicadores mencionados.

Dica: Os questionários podem ser adaptados à realidade da organização escolar e elaborados de forma mais dinâmica, de acordo com as preferências do responsável pela elaboração do PPP e as normas educacionais vigentes.



Ilustração canva.com

7. Pressupostos Filosóficos

Nesse eixo epistêmico, é importante refletir sobre elementos substanciais da práxis pedagógica, tais como: a educação como transformação da realidade, formação crítica, humanizada e emancipadora, educação e democracia, relação homem natureza, responsabilidade ambiental, sociedade sustentáveis, entre outros.



Ilustração canva.com

8. Pressupostos Teórico- Metodológicos

Podem ser abordados temas como o processo de ensino-aprendizagem, visando contribuir para as ações pedagógicas dos docentes, que definam o embasamento teórico metodológico da unidade escolar no âmbito educacional, forma e comunitário voltados às práticas educacionais ambientais.

8.1 Concepções sobre Currículo

Neste item, podem ser descritos os eixos temáticos que a escola acredita atribuir aos valores éticos, morais e sociais no currículo escolar, alcançando o objetivo almejado. Através das habilidades propostas pela BNCC, é possível promover nas práticas pedagógicas uma integração de conhecimentos, competências (tanto práticas quanto cognitivas e socioemocionais), posturas e princípios para lidar com desafios complexos do dia a dia, promover a plena cidadania e ingressar no mercado de trabalho. Dessa maneira, o professor é capacitado para impactar a sociedade de maneira crítica e coletiva.

Para mais informações e detalhamento da BNCC, aproxime seu celular do QR code ou acesse o site:



Ilustração canva.com

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>



9. Avaliação do PPP

A elaboração da avaliação necessita ser estratégica. Nela, estarão as ações que, ao serem efetivadas, possibilitarão melhorias contínuas nas questões apontadas nas discussões e diagnósticos realizados.

9.1 Cronograma para execução das ações em Educação Ambiental

DELIMITAÇÃO DAS AÇÕES DE PROJETOS TEMÁTICOS	PERÍODO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES- Ano:											
	J A N	F E V	M A R	A B R	M A I	J U N	J U L	A G O	S E T	O U T	N O V	D E Z

9.2 Sugestões para o processo de construção do PPP.

Encontros	Atividade	Metodologia	Participantes	Duração
1°	Definição da Comissão de Coordenação e alinhamento das etapas de Construção do PPP.	Dinâmica de Integração e discussão sobre as bases teóricas e epistemológicas do PPP, mostrando sua importância.	Servidores, Docentes, Estudantes e outros colaboradores	4h
2°	Avaliação Prognóstica da escola.	Levantamento das necessidades básicas educacionais.	Equipe Gestora, Docentes, Estudantes e pais e conselhos	4h
3°	Avaliação Prognóstica da escola.	Questionários escritos ou de forma on-line, de acordo com a realidade da escola	Equipe Gestora, Docentes, Estudantes e pais e conselhos.	4h
4°	Elaboração da Missão, Visão e Valores	Reuniões presenciais e/ou virtuais, quando necessário	Equipe Gestora, Docentes, Estudantes e pais e conselhos	4h
5°	Discussão sobre as Concepções Norteadoras.	Reuniões presenciais e/ou virtuais, quando necessário	Equipe Gestora, Docentes, Estudantes e pais e conselhos	8h
6°	A construção do plano das ações didático-pedagógicas, com ênfase na educação ambiental, para o PPP.	Reuniões presenciais e/ou virtuais, quando necessário	Equipe Gestora, Docentes, Estudantes e pais e conselhos	4h

9.2 Sugestões para o processo de construção do PPP.

7°	A construção do plano das ações didático-pedagógicas, com ênfase na educação ambiental, para o PPP.	Reuniões presenciais e/ou virtuais, quando necessário	Equipe Gestora, Docentes, Estudantes e pais e conselhos	4h
8°	1ª Leitura Coletiva do PPP	Reuniões presenciais e/ou virtuais, quando necessário	Equipe Gestora, Docentes, Estudantes e pais e conselhos	4h
9°	Leitura Final e coletiva do PPP	Reuniões presenciais e/ou virtuais, quando necessário.	Equipe Gestora, Docentes, Estudantes e pais e conselhos.	4h

Fonte: Adaptado – Cetam – 2017



Ilustração canva.com

10. Normas para a Formação do PPP

Quanto às normas seguir orientações ABNT para: margem; espaço; fonte.

SEGUIE ABAIXO CINCO ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

Sugerimos que certas informações das ações realizadas na escola, provenientes da avaliação da escola, bem como o Plano de Trabalho, sejam compartilhados no quadro de gestão à vista da unidade escola.

fundamental manter o PPP acessível para toda a comunidade escolar.

É fundamental manter o PPP acessível para toda a comunidade escolar.

Sempre realizar uma revisão gramatical e metodológica (conforme as normas da ABNT).

É importante realizar as dicas de leitura e fazer a comunidade ter ciência das leis e normas que regem a educação ambiental para melhor reconstrução do PPP no espaço escolar, conforme PNEA.



Ilustração canva.com

11. Simplificando o Projeto Político Pedagógico

O PPP deve ser elaborado de forma colaborativa, envolvendo gestores, professores, funcionários, comunidade e conselhos escolares. O coordenador pedagógico desempenha um papel fundamental nesse processo, coordenando reuniões que visam identificar as necessidades atuais e dando voz a todos os envolvidos na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Pode-se afirmar que o PPP está estruturado em três marcos: o marco situacional, o marco conceitual e o marco operacional. Com ênfase para o marco conceitual por acreditar que seja a primeira ação que parece fundamental para nortear a organização do trabalho escolar e a construção do projeto pedagógico embasado na concepção de sociedade, educação e escola que vise à emancipação humana. Ao ser claramente delineado, discutido e assumido coletivamente ele se constitui como processo contínuo. E, ao se constituir como processo, o PPP reforça o trabalho integrado e organizado da equipe escolar, enaltecendo sua função primordial de coordenar a ação educativa da escola para que ela atinja seu objetivo político pedagógico (VEIGA, 1996, p.157)



Ilustração canva.com

11.1 Compreendendo o Processo de Elaboração No Contexto Situacional

Observar e descrever os seguintes pontos:

- Manifestação da identidade da escola.
- Reflexo do diagnóstico da situação escolar.
- Análise detalhada de todos os aspectos das atividades diárias.
- Identificação de ideias, princípios e ambiente cultural promovidos pela instituição.

11.1.1 Descrição da Realidade Escolar

- Reflexão sobre aspectos políticos, econômicos, sociais e educacionais.
- Observação, ação e intervenção.
- Identificação das necessidades internas da escola.
- Conhecimento das situações conflitantes.
- Diagnóstico das ações prioritárias.

11.1.2 Ponto de Referência Conceitual

- Visão almejada pela escola como objetivo final.
- Fundamentação teórica e filosófica que sustentam a função social da escola.
- Discussão sobre as questões sociais, educação, currículo e processo de ensino e aprendizagem.
- Pesquisa, discussão e inserção de teorias que justifiquem as ações escola/sociedade.
- Pretensão a ser alcançada.
- Mudança de práticas pedagógicas, sociais e ambientais.

11.2 Marco Operacional

Deve se definir:

- Estratégias, recursos e responsáveis pela execução de ações de curto, médio e longo prazo.
- Inclusão da proposta pedagógica da escola concebida.
- Implementação de programas e projetos necessários.
- Planejamento da situação real de forma geral (visão, situações evidentes, sinais de intervenções urgentes).

11.3 Propostas:

Analisar e descrever sobre:

- Gestão democrática.
- Currículo escolar alinhado à BNCC.
- Formação continuada em educação ambiental para docentes/funcionários.
- Conhecimento das condições físicas da escola.
- Qualificação didático-pedagógica escolar.

11.4 Ações importantes para a construção do PPP

a) Conversa com a Comunidade Escolar

- A comunidade escolar será colaboradora na elaboração do PPP.
- Ações e objetivos serão adequados à realidade local da escola.
- Pais serão integrados através de mecanismos criados pela escola.

b) Participação dos Pais

- Elaboração de ações conjuntas com os pais para:
 - Definição do comparecimento às reuniões escolares.
 - Visitas quando não comparecerem às solicitações da escola/reuniões.
 - Influência dos pais sobre regras e uso de tecnologia para os filhos.
 - Definição de momentos e local para estudos.
 - Auxílio nas atividades escolares em casa.
- Interesse no cotidiano do estudante, perguntando como foi seu dia.

c) Colaboração da Comunidade Escolar

- O PPP deve envolver a comunidade escolar interna e externa, com enfoque na realidade local, econômica, social e cultural.
- Atuação dos gestores, professores, funcionários, comunidade e conselhos escolares.



Ilustração canva.com

Pais e comunidade escolar apoiam reuniões, monitoram tecnologia, ajudam nos estudos e refletem a realidade local no PPP.

Modelo Básico de Estrutura de PPP

1. Sumário

2. Apresentação do PPP

- Contextualização da importância da participação da comunidade escolar na elaboração do PPP.

3. Identificação da Escola

- Informações gerais sobre a escola, localização, estrutura física, número de alunos, entre outros.

4. Visão

- Declaração sobre a visão de futuro da escola e da comunidade escolar.

5. Missão

- Propósito e valores que norteiam as ações da escola.

6. Organização Escolar

- Estrutura organizacional da instituição, incluindo gestão, corpo docente e discente.

7. Estrutura Física

- Descrição detalhada das instalações físicas da escola, incluindo salas de aula, laboratórios, áreas comuns, etc.

8. Justificativa

- Razões que motivam a elaboração do PPP e sua importância para a comunidade escolar.

9. Objetivos e Metas

- Estabelecimento dos objetivos gerais e específicos do PPP, bem como metas a serem alcançadas.

10. Princípios Educacionais

- Fundamentos que orientam as práticas educativas na escola.

11. Pressupostos Educacionais

- Crenças e valores que embasam a educação na instituição.

12. Educação Ambiental

- Inclusão de práticas e ações voltadas para a conscientização ambiental no contexto educacional.

13. Proposta Curricular

- Descrição do currículo adotado pela instituição, metodologias de ensino e aprendizagem.

14. Plano de Ação

- Detalhamento das ações a serem implementadas para alcançar os objetivos estabelecidos no PPP.

15. Implementação e Avaliação

- Estratégias para implementar o PPP e mecanismos de avaliação contínua do processo educativo.

16. Considerações Finais

- Reflexões finais sobre o PPP e sua importância para a comunidade escolar.

17. Referências

O Conselho Municipal de Educação fornece um modelo de estrutura do PPP.



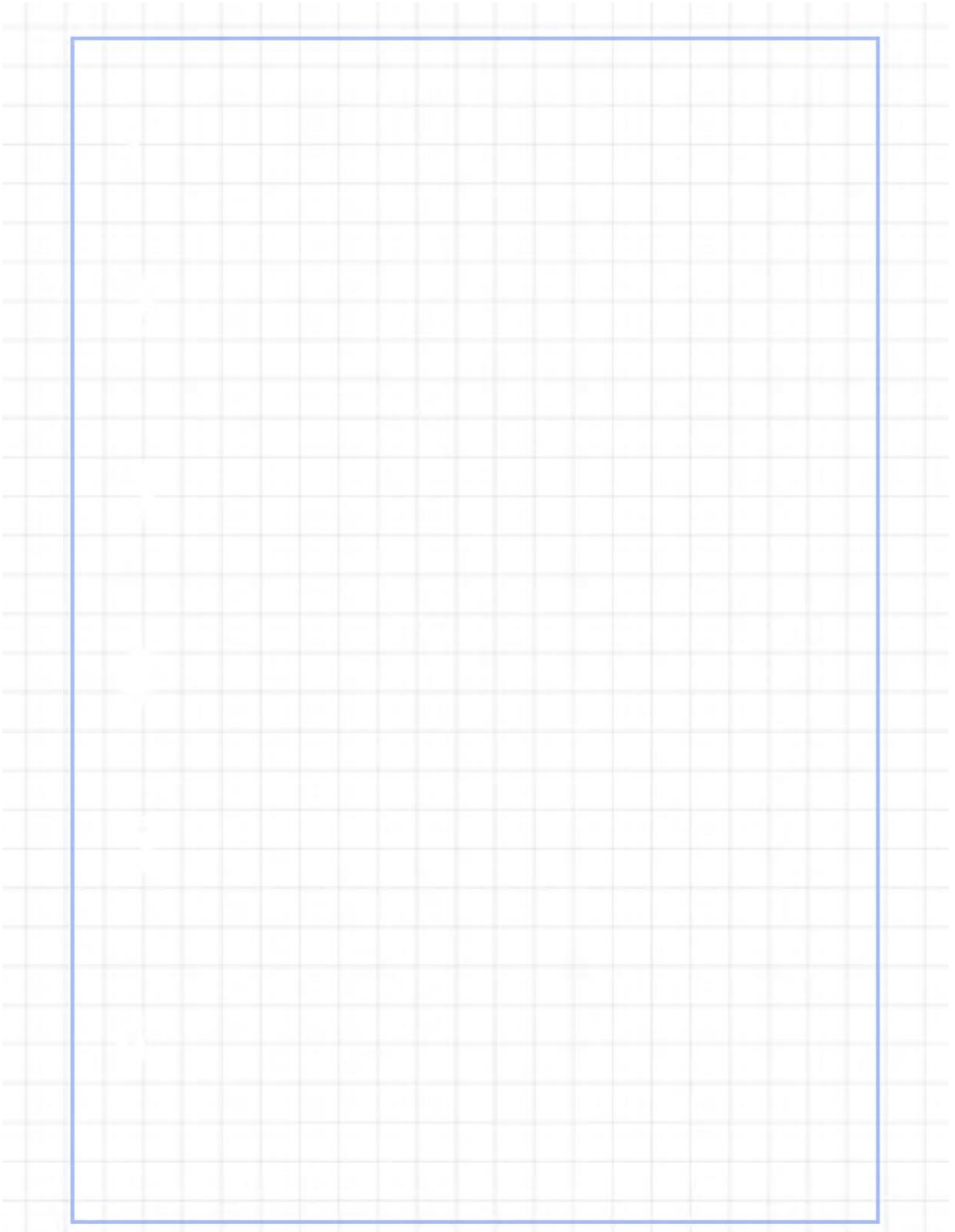
Aponte sua câmera para o QR code e acesse.



Ilustração canva.com

12. INDICAÇÕES DE LEITURA

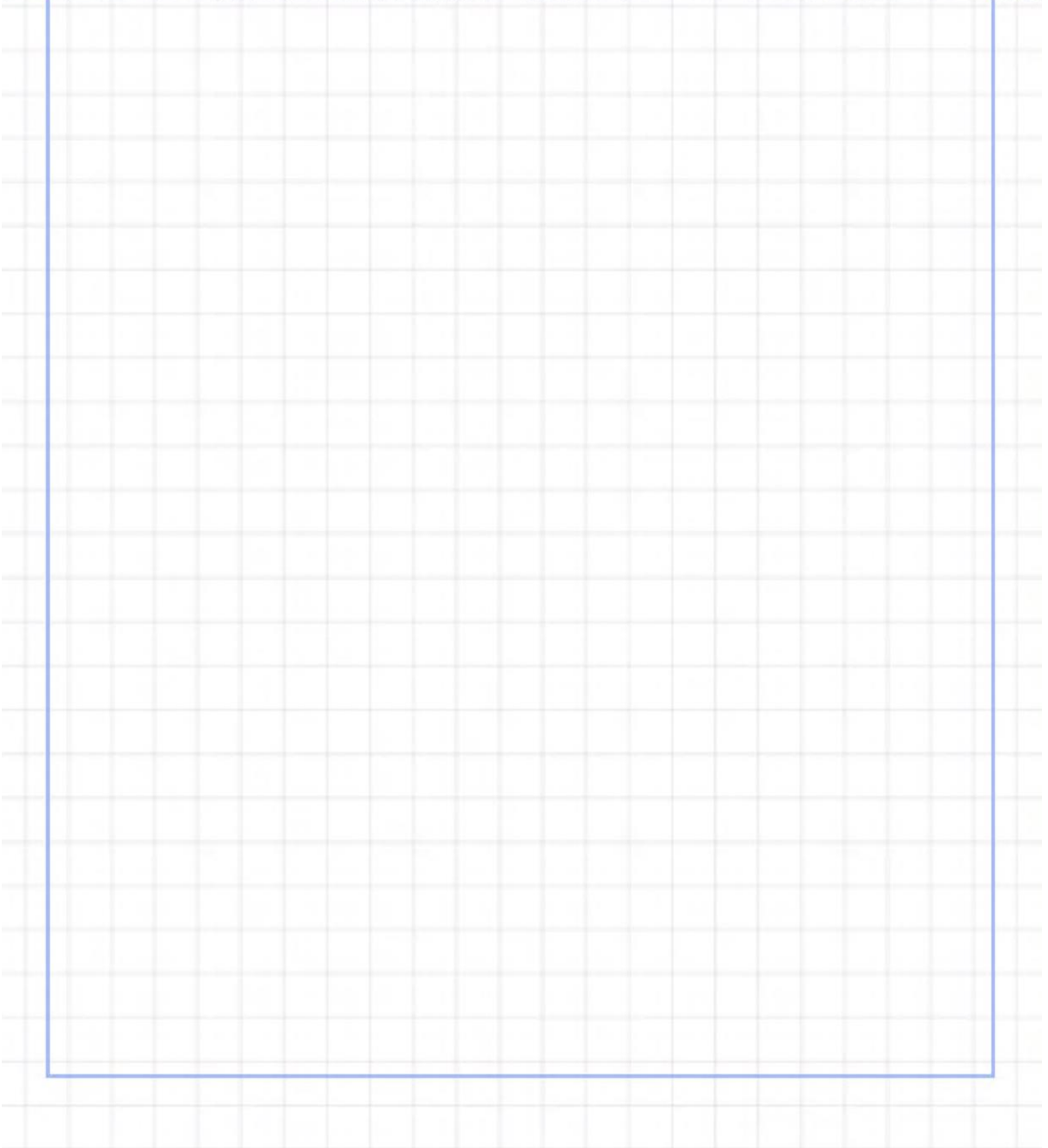
Documento/ Acervo	Síntese	QR code
Constituição Federal de 1988	BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais. N ° 1/92 a 42/2203 e pelas Emendas Constitucional de Revisão N ° 1 a 6/94 - Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm > Acesso em: 19 mai. 2024	
BNCC- Base Nacional Comum Curricular	BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Disponível: < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/imagens/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf >. Acesso em: 07 jan. 2023.	
PNEA- Política Educacional de Educação Ambiental	BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm > Acesso em: 07 jan. 202	
PNMA- Política Nacional do Meio Ambiente	Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é uma lei federal Brasileira (LEI Nº 6.938) que estabelece as diretrizes e objetivos para a gestão ambiental no país. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm > Acesso em: 19 mai. 2024	
PRONEA- Programa Nacional de Educação Ambiental	BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Educação ambiental por um Brasil sustentável: PRONEA, marcos legais e normativos/ Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Educação- MEC - Brasília, DF: MMA, 2018. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf > Acesso em: 19 mai. 2024.	



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa é que o Guia funcione como uma ferramenta para aprimorar as práticas educacionais voltadas ao meio ambiente nas escolas. Para isso, é fundamental que o projeto político pedagógico seja elaborado de forma colaborativa entre todos os membros da comunidade escolar, incluindo alunos, professores, pais, direção, equipe técnica de apoio e a coordenação pedagógica, sendo este último um indicador chave para a (re)construção do referido projeto. Em consonância, esse guia colabora com a escola no processo de (re)construção do Projeto Político Pedagógico, de modo que os professores, juntamente com os supervisores, se esforcem para transformar as práticas educacionais através de ações previstas no PPP em EA. A aplicação da Educação Ambiental por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP) é essencial, sendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Referencial Curricular de Rondônia (RCRO) instrumentos orientadores que direcionam as práticas pedagógicas relacionadas à Educação Ambiental no ensino fundamental.

O espaço social escolar é um ambiente de ensino e aprendizagem onde estão inseridos os componentes essenciais que contribuem para esse propósito. A Educação ambiental pode ser devidamente explorada e fomentada entre os indivíduos que compartilham desse ambiente. Dessa forma, os estudantes poderão aprimorar suas habilidades de acordo com a BNCC, bem como desenvolver um pensamento crítico, permitindo-lhes desfrutar de maneira única e contribuir de forma diversificada na sociedade em que se inserem como indivíduos. Assim, poderão promover ações coletivas que preservem o meio ambiente como um bem comum, conforme determina a Constituição Federal, aplicando os conhecimentos adquiridos por meio do processo educacional ambiental nas escolas públicas. O indivíduo tem a capacidade de desenvolver hábitos e costumes, e a educação desempenha um papel fundamental nesse processo de Educação Ambiental, que ocorre de forma dinâmica no ambiente escolar. O espaço social da escola é um cenário de ensino e aprendizagem no qual elementos essenciais contribuem para esse propósito, possibilitando a abordagem e o desenvolvimento da Educação Ambiental entre os indivíduos que compartilham esse ambiente.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 24 Mai 2024.

CORTE, Marilene Gabriel Dalla; SILVA, Luciana Guilhermano da; MELLO, Gabriela Barichello. O processo de [re]construção do Projeto Político-Pedagógico nas escolas municipais de Santa Maria/RS. In: CORTE, Marilene Gabriel Dalla (Org). Projeto político-pedagógico: entre políticas, conhecimentos e práticas educacionais. São Leopoldo: Oikos, 2016.

GANDIN, D.A posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. Currículo sem Fronteiras, v. 1, n. 1, p. 81-95, jan./jun. 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2024.

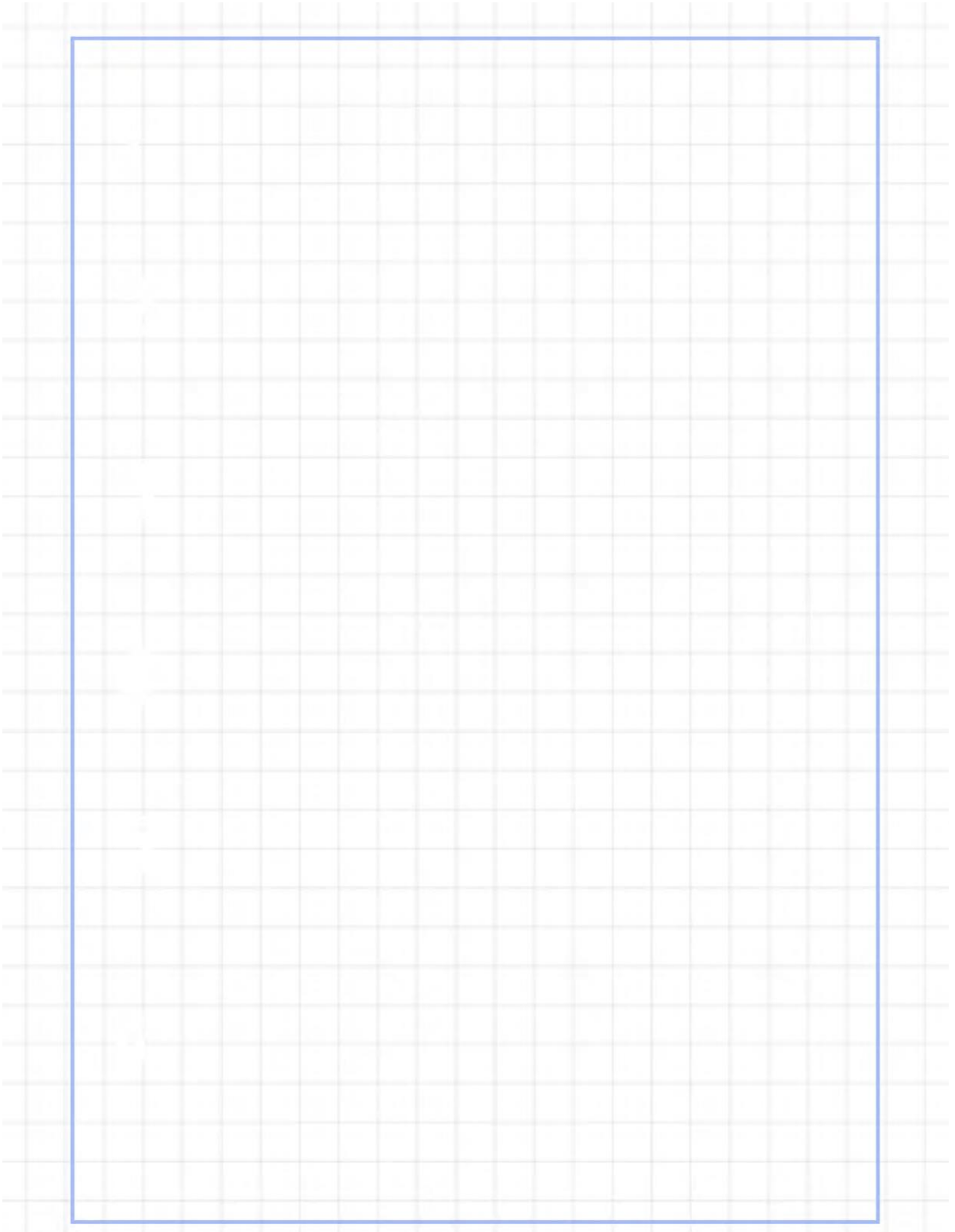
GUEDES, Neide Cavalcante. A importância do Projeto Político Pedagógico no processo de democratização da escola. Ensino em Perspectivas, v. 2, n. 2, p. 1-15, 2021. Disponível em <<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4815>>. Acesso em: 01 abr. 2024.

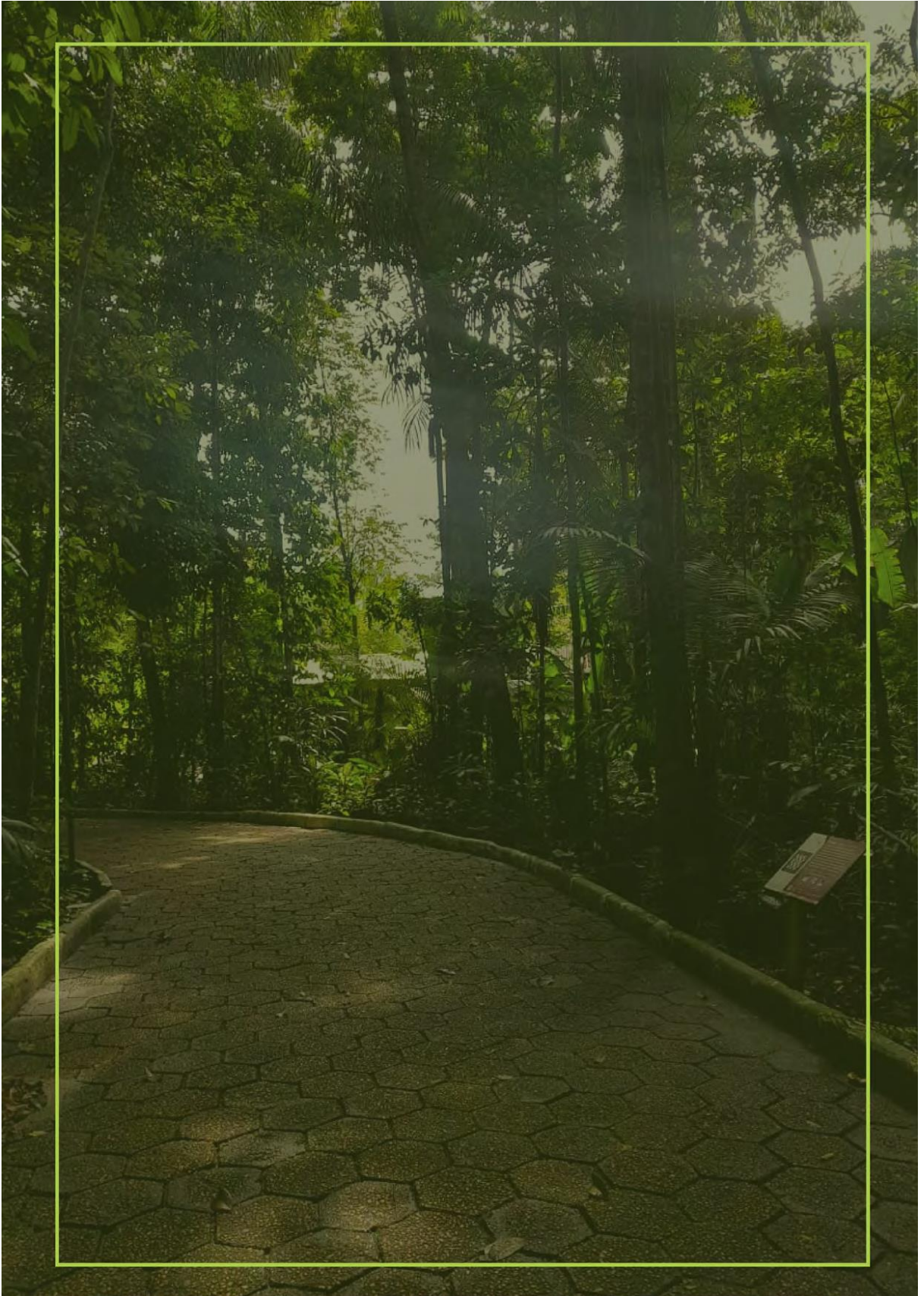
SAVIANI, Demerval. Histórias das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Pedro Santarém de et al. O assessoramento técnico-pedagógico dos coordenadores de cursos da EPTNM no CETAM: percursos pedagógicos em busca da educação omnilateral no contexto amazonense. 2022. Disponível em: <<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/1005>> Acesso em: 24 Mai 2024.

VASCONCELLOS, C. dos S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização. 24 ed. São Paulo: Libertad, 2014.

VEIGA, I.P.A. Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1996.





APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA DOCENTE

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA DOCENTE N° _____

PESQUISADOR: _____ DATA: __/__/__

1. Dados do informante:

1.2 Sexo: () Feminino () Masculino

1.3 Idade: _____ anos

2. Formação:

() Ensino médio

() Magistério

() Graduação, curso de formação: _____ () Licenciatura () Bacharelado

() Especialização: qual? _____

() Mestrado () Doutorado Qual curso? _____

() outros, quais: _____

2.2 Ano se início e término de sua formação acadêmica:

Graduação início: _____ término: _____

Especialização: início: _____ término: _____

Mestrado: início: _____ término: _____

Doutorado: início: _____ término: _____

2.3 Sua carreira acadêmica foi em instituição:

() Pública () Privada

() Outros _____

2.4 Qual o vínculo empregatício em que você atua:

() Efetivo () Emergencial () Outro _____

3. Série/ano em que atuou como docente nos anos letivos de 2021 e 2022:

() 1º Ano () 2º Ano () 3º Ano () 4º Ano () 5º Ano

4. Quanto tempo de atuação em sala de aula:

() menos de 1 ano () de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos () 11 a 20 anos () mais de 20 anos

4.1 Quanto tempo atua nesta escola?

() menos de 1 ano () de 1 a 5 anos () de 6 a 10 anos () 11 a 20 anos () mais de 20 anos

5. Quais disciplinas você ministrou nos anos de 2021 e 2022?

6. O sr.(a) aborda temáticas ambientais nessas disciplinas?

() Sim () Não

Se sim, quais as temáticas ambientais abordadas nos dois últimos anos letivos (2021 e 2022):

7. Como você aplica estes conhecimentos no seu campo de atuação com os discentes?

8. Quais outros temas relacionados à problemas ambientais foram abordados em projetos ou atividades realizadas pela escola nos dois últimos anos letivos (2021 e 2022)?

9. O que você entende por Educação Ambiental?

10. Na sua formação acadêmica você cursou disciplina de Educação Ambiental?

Sim Não

Se sim, você usa algo que aprendeu naquele momento em suas aulas hoje?

Sim Não

Se sim, o que você aplica?

11. Houve outra formação ou atividade que lhe motivou a prática da educação ambiental na sua atuação pedagógica?

Sim Não

Se houve quais?

12. Durante o tempo de experiência na sua prática docente, o que mais foi relevante para o sr. (a) sobre a educação ambiental? E em que momento isto se deu?

13. O sr. (a) fez alguma formação específica sobre EA com recursos próprios ou ofertados pelo sistema educacional? Se fez quais foram essas formações? Se não fez, quais foram as razões para não o fazer?

14. Quais metodologias você utiliza para a prática da educação ambiental com seus alunos:

- () Currículo disciplinar
 () Projeto pedagógico
 () Vídeos
 () Contos e histórias
 () Atividades coletivas designadas por meio da supervisão
 () Elaboração de ações de EA de forma autônoma, quais: _____
 () Atividades artísticas: quais _____ de que forma você as realizou: _____
 Outros: _____

15. Você conhece as políticas e legislações relacionadas à Educação Ambiental?

- () Sim () Não

Se Sim, quais?

- () CF (Constituição Federal)
 () PNMA (Plano Nacional de Meio Ambiente)
 () PNEA (plano Nacional de Educação Ambiental)
 () PRONEA (Programa Nacional de Educação Ambiental)
 Outras: _____

16. Qual seu posicionamento sobre essas políticas de Educação Ambiental?

17. Como você acha que deveria acontecer a Educação Ambiental na escola?

18. Você conhece o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola?

- () Sim () Não

Se sim, você tem conhecimento das diretrizes deste PPP acerca da Educação Ambiental? quais e como?

Se não () por quais razões não conhece o PPP?

19. Partindo do princípio da obrigatoriedade da Educação Ambiental na educação básica como “processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” - qual importância você daria a aplicação da Educação Ambiental na escola?

20. De que forma o sr. (a) acha isto possível para alcançar um nível de autonomia e consciência crítica no discente uma vez que ele é um agente ativo da sociedade e considerado um cidadão com práticas sociais no futuro. Comente:
